



CRISTINA DE SOUZA PRIM

**A SINTAXE DOS ADJETIVOS
EM PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**CAMPINAS,
2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CRISTINA DE SOUZA PRIM

A SINTAXE DOS ADJETIVOS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto
de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de Doutora em Linguística.**

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Lazzarini Cyrino

**CAMPINAS,
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

P935s Prim, Cristina de Souza, 1986-
A sintaxe dos adjetivos em português brasileiro / Cristina de Souza Prim. –
Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Sonia Maria Lazzarini Cyrino.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos
da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Adjetivo. 2. Língua portuguesa - Sintaxe. I. Cyrino,
Sonia Maria Lazzarini, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The syntax of adjectives in brazilian portuguese

Palavras-chave em inglês:

Portuguese language - Adjective

Portuguese language - Syntax

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora:

Sonia Maria Lazzarini Cyrino [Orientador]

Maria Teresa Espinal Farre

Maria José Gnatta Dalcuche Foltran

Mary Aizawa Kato

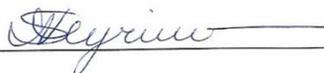
Maria Cristina Figueiredo Silva

Data de defesa: 06-03-2015

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

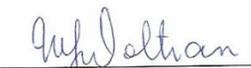
Sonia Maria Lazzarini Cyrino



Maria Teresa Espinal Farre



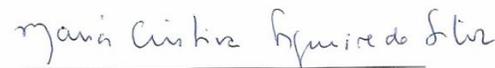
Maria José Gnatta Dalcuche Foltran



Mary Aizawa Kato



Maria Cristina Figueiredo Silva



Juanito Ornelas de Avelar

Charlotte Marie Chambelland Galves

Aquiles Tescari Neto

IEL/UNICAMP
2015

Abstract

This dissertation aims to bring a new way of analyzing the syntax and the semantics of adjectives in the NP/DPs of Brazilian Portuguese. Generally the literature gives an explanation based on the correlation position-interpretation of the adjective, but it cannot solve many cases. In this work we defend that adjectives, except those exclusively prenominal, are generated, in addition, on the right side of the noun, and that adjectives, instead of nouns, move to a higher position. The determiner motivates this movement and, depending on its features, offers an ambience to host the qualifying adjective. In the case of referential DPs, the specific determiner projects a TopP category that becomes able to receive the adjective, which is also specific. If the determiner is not specific, there is not a projection able to receive the qualifying adjective because, in this case, there is not a projected TopP and then the adjective cannot be moved. We also discuss that adjectives can be moved to a focal projection in quantificational DPs cases. In this way, we show that the comparison between the movement of the adjective and the left periphery of the sentence can solve the problems presented in other analysis, besides offering an explanation to what literature had already achieved. Our proposal is economic since only one class of adjectives is moved and the other movements are independent from the readings and the requirements of adjectives.

Keywords: Adjective movement; Topic; Specificity; Focus.

Resumo

Buscamos com esta tese trazer uma nova forma de analisar a sintaxe e a semântica dos adjetivos que ocorrem dentro dos NP/DPs do Português Brasileiro. De forma geral, a literatura oferece uma explicação baseada na correlação posição-interpretação do adjetivo, o que mostrou não dar conta de uma série de dados. Neste trabalho, defendemos que os adjetivos são gerados à direita do nome, em adjunção, com exceção dos exclusivamente pré-nominais, e que são os adjetivos, e não os nomes, que se movem para uma posição mais alta

que o nome. A motivação do movimento parte do determinante, que, a depender de seus traços, oferece ambiente para hospedagem do adjetivo qualificativo movido. No caso dos DPs referenciais, o determinante que é específico projeta uma categoria TopP, capaz de receber o adjetivo, também específico. Caso o determinante não seja específico, não há projeção que possa receber o adjetivo qualificativo, pois TopP não é projetado nestes casos, e por isso, o adjetivo não pode se mover. Também argumentamos que no caso dos DPs quantificacionais, o adjetivo poderá se mover para uma projeção focal. Assim, mostramos que a comparação entre o movimento do adjetivo com a periferia esquerda da sentença dá conta de resolver os problemas que as propostas anteriores apresentavam, além de também oferecer explicação para o que a literatura já havia alcançado. A proposta é econômica, na medida que somente uma classe de adjetivos se move, e os demais movimentos que possam ocorrer são independentes da leitura e dos requisitos do adjetivo.

Palavras-chave: Movimento do adjetivo; Tópico; Especificidade; Foco.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS	13
1 A INTERPRETAÇÃO DO ADJETIVO E O MOVIMENTO DO NOME: PROPOSTAS ENCONTRADAS NA LITERATURA	17
1.1 Hipótese de Movimento de Núcleo	17
1.2 Hipótese de Movimento de Constituintes	35
1.3 Por qual caminho seguir?	41
2 OS ADJETIVOS PÓS-NOMINAIS E OS NOMES	43
2.1 A distinção DP/NP e a origem dos adjetivos pós-nominais	46
2.2 Os adjetivos pós-nominais	50
2.2.1 <i>Adjetivos relacionais ou adjetivos exclusivamente pós-nominais</i>	51
2.2.2 <i>Adjetivos qualificativos ou adjetivos que ocorrem nas posições pré e pós-nominais</i>	64
2.3 Há relação entre determinantes e adjetivos qualificativos pós-nominais?	71
2.4 Propostas sintáticas para os adjetivos pós-nominais	75
2.4.1 <i>Bosque e Picallo (1996)</i>	75
2.4.2 <i>Demonte (1999)</i>	77
2.4.3 <i>Adjetivos pós-nominais como adjuntos</i>	79
2.5 Ainda sobre a adjunção à direita	82
3 OS ADJETIVOS PRÉ-NOMINAIS E OS DETERMINANTES	87
3.1 Os adjetivos pré-nominais	95
3.1.1 <i>Adjetivos exclusivamente pré-nominais</i>	97
3.1.2 <i>Adjetivos qualificativos pré-nominais</i>	105
3.2 Determinantes: conceitos e distinções relevantes	106
3.2.1 <i>Definitude</i>	107
3.2.2 <i>Especificidade</i>	109
3.2.2.1 <u>DPs referenciais específicos e não-específicos</u>	115
3.2.2.2 <u>Relação entre especificidade e tópico</u>	118

3.3 Interação determinante e adjetivo	122
3.4 Proposta de estrutura	128
<i>3.4.1 Evidências de movimento por especificidade em diversas línguas</i>	132
<i>3.4.2 Os dados diacrônicos</i>	134
4 O ADJETIVO PRÉ-NOMINAL EM QPS DO CONTEXTO IRREALIS	141
4.1 A sentença genérica versus o DP genérico	147
<i>4.1.1 A leitura dos adjetivos na posição pré-nominal em DPs inseridos em sentenças genéricas</i>	151
4.2 As interações de escopo	153
4.3 Comparando: quantificacionais na periferia esquerda da sentença	155
4.4 Foco nos DPs quantificacionais	158
CONCLUSÕES E REFLEXÕES	163
REFERÊNCIAS	169

Agradecimentos

Esse trabalho não teria sido concluído sem a ajuda que partiu de muitos lados.

Agradeço a Capes pelo apoio durante todo o processo de doutoramento. O auxílio recebido possibilitou minha mudança para Campinas e mais tarde para Barcelona, onde realizei meu doutorado-sanduíche.

Agradeço à minha orientadora Sonia Cyrino, que aceitou me orientar mesmo que meu tema de pesquisa não fosse o mesmo que o seu. Agradeço pelas conversas, por confiar no meu trabalho, por estar sempre disponível para me auxiliar, pelas leituras atentas e pelas perguntas sempre pertinentes.

Agradeço à Maria Teresa Espinal pela interlocução durante meu doutorado-sanduíche. Sem dúvida meu trabalho não teria sido o mesmo sem esse tempo pesquisando na UAB. Foram várias as perguntas que consegui esclarecer com sua ajuda. Obrigada!

Também devo um muito obrigada ao Aquiles Tescari e à Mary Kato, por aceitarem participar de minha banca de qualificação de doutorado e por trazerem questões e motivação para a finalização deste processo.

Às Marias, que aceitaram participar de minha banca de doutorado – Maria Teresa Espinal, Maria Cristina Figueiredo Silva, Maria José Foltran, Mary Kato –, muito obrigada. Também agradeço aos suplentes da mesa, Aquiles Tescari, Juanito Avelar e Charlotte Galves, por aceitarem o convite.

Aliás, não posso deixar de mencionar um agradecimento especial à professora Charlotte Galves, que me incentivou a pesquisar no Corpus Histórico do Português Europeu sobre o tema que venho trabalhando, e o resultado disso interferiu diretamente na hipótese deste trabalho; melhor, devo dizer que mudou o percurso que eu vinha traçando na tese.

Agradeço também aos professores com quem tive aula no IEL, que participaram ativamente da minha formação como linguista: Sonia Cyrino, Ruth Lopes, Juanito Avelar, Charlotte Galves, Mary Kato, Maria Teresa, Andrew Nevins, Chris Reintges, Bernadete Abaurre, Filomena Sandalo. Também agradeço aos professores de linguística da UAB, sempre atenciosos e muito competentes.

Aos funcionários da Unicamp, em especial os do IEL, sempre prestativos.

Aos meus amigos linguistas da Unicamp, da UFSC, da UFPR, da UFRGS e da UAB/Barcelona, valeu demais pela companhia, pela discussão do trabalho, pelo ombro amigo, pelo apoio incansável. Todos nós temos amigos fora da academia, mas poder contar com quem entende o que a estamos passando, que vive o mesmo na pele, que sofre e torce junto, é imprescindível. Essa ajuda é muito mais que emocional, porque vocês também estavam lá para discutir, para sugerir leituras, para me incentivar a explicar melhor, pesquisar mais, ir além...

Falando em ajuda emocional, tenho que agradecer em particular a algumas pessoas por me ajudar imensamente na vida em Campinas e em Barcelona: Vanessa Tel, Elena Ciutadescu, Ares Llop.

Também agradeço ao Cristiano, que sempre apoiou minhas escolhas, cuidou pra que eu não enlouquecesse, em especial na última fase da tese. Você esteve presente, mesmo quando ausente. Você é um porto seguro na minha vida.

Não menos importante dos que os já citados, agradeço muito aos meus pais e irmãos pela confiança e por entender que meus sonhos podem me levar pra longe de casa, mas que estamos sempre igualmente unidos.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Este trabalho tem como objetivo entender quais são as regras sintáticas envolvidas no posicionamento dos adjetivos pré e pós-nominais do Português Brasileiro (doravante PB), em especial daqueles adjetivos que podem ocorrer tanto antepostos quanto pospostos ao nome. O estudo do posicionamento variável dos adjetivos nos DPs das línguas românicas é um tema bastante recorrente na literatura, e é preciso dizer, bastante escorregadio. Diversos autores, por vertentes tradicionais, descritivas, gerativas, propõem que o posicionamento dos adjetivos se altera pela semântica do adjetivo, ou pelo número de sílabas que este possui, pela prosódia, pela estilística, etc. E mesmo dentro da semântica, encontram-se propostas de que o posicionamento se altera pela intenção do falante ou pelo significado lexical do adjetivo. E ainda assim podemos dizer que em geral os estudos teóricos têm dado conta de explicar os dados de (1a), (2a) e (3a), mas não a agramaticalidade de (1b), (2b), (3b). Neste último caso, imaginemos um concurso em que o professor mais votado ganhará um prêmio.

- (1) a. O mais velho estudante da turma (será o representante da sala).
b. *Um mais velho estudante da turma (será o representante de sala).
- (2) a. Uma brutal agressão (deixa marcas na mente da vítima).
b. *A brutal agressão (deixa marcas na mente da vítima).
- (3) a. O maravilhoso professor ganhou o prêmio.
b. *O maravilhoso professor ganhará o prêmio.

Estudar o comportamento dos adjetivos é especialmente complexo porque estes possuem grau de flexibilidade funcional que nenhuma outra categoria manifesta: podem ser predicados primários (tipicamente em conjunção com verbo copular), predicados secundários (com argumentos ou adjuntos) ou ainda podem ser modificadores de nominal. Somente este último grupo, que é formado por adjetivos que aparecem ao lado do nome, constitui base para este trabalho.

Mas se deve dizer que nem sempre estes adjetivos expressam propriedades do nome: algumas vezes os adjetivos podem ser intensionais e se comportar como operadores que modificam propriedades expressas pelo nome, e assim todo o sintagma descreve uma nova

propriedade. Também daremos atenção a estes casos, mas primeiro vamos nos concentrar na literatura sobre adjetivos.

Uma observação interessante a se fazer é que nem toda língua deve ter um conjunto distinto de palavras que sejam somente adjetivos, como ocorre com nomes e verbos, por exemplo, e mesmo que a língua possua um conjunto bem estabelecido de adjetivos, pode ter propriedades diferentes em línguas diferentes. Baker (2003, p.200-207) cita alguns casos interessantes. Em Yimas, língua falada em Nova Guiné, somente um adjetivo pode se combinar atributivamente com um nome. As línguas africanas Vata e Gbadi permitem que o adjetivo apareça somente em contextos atributivos. Em Yagaria temos um caso parecido, mas se pode alcançar o efeito do predicativo através da combinação do adjetivo com o elemento nominal. Já no Eslavo Atabascano (falado no Canadá norte-ocidental) o adjetivo só é usado predicativamente, como complemento de um verbo copular. O inglês possui adjetivos exclusivamente predicativos, e o português, por sua vez, não¹. Há casos ainda de línguas que não possuem um conjunto distinto de adjetivos, e para expressar essa mesma noção usam estratégias como as sentenças relativas, por exemplo. Por conta disso, tentar criar algum universal para adjetivos não será uma meta deste trabalho nem é o de muitos dos trabalhos presentes na literatura².

Mas vamos ver que muitos autores tentam fazer uma aproximação entre as línguas românicas, e também as germânicas, a depender da teoria, com o objetivo, também ambicioso, de elaborar uma proposta que dê conta de explicar o posicionamento do adjetivo em todo este grupo de línguas de uma só vez. Isto não quer dizer que estas propostas possam ser expandidas automaticamente a outras línguas. Autores como Cinque (1993) defendem que línguas com adjetivos exclusivamente pré-nominais podem ser comparadas a línguas nas quais o adjetivo [A] pode ocorrer anteposto ou posposto ao nome [N] e não podem ser comparadas a línguas com adjetivos exclusivamente pós-nominais. Isto porque é postulado que as línguas sempre obedecem a uma das seguintes hierarquias dos adjetivos: [AN] (o adjetivo antecede o nome), ou [NA] (o nome antecede o adjetivo)³. Nas línguas em que o

¹ Alguns exemplos de adjetivos exclusivamente predicativos em inglês seriam *asleep*, *awake* e *ready*, que poderiam ser traduzidos respectivamente como *adormecido*, *acordado*, *preparado/pronto*.

² Há exceções, como Cinque (2010), que tende a criar universais para adjetivos, como vamos ver no capítulo um deste trabalho.

³ Seria difícil explicar o caso do Eslavo Atabascano dessa forma, mas deixaremos este caso extremo de lado.

adjetivo pode ocupar as duas posições, a hierarquia é idêntica, segundo Cinque, ao padrão encontrado nas línguas [AN], o que as torna comparáveis para muitos autores.

Este trabalho está focado no PB; isto não quer dizer, contudo, que a proposta que iremos apresentar não possa ser estendida a outras línguas. O trabalho está organizado da seguinte maneira: apresentaremos no capítulo um as propostas sintáticas encontradas na literatura sobre o tema, observando atentamente suas limitações e vantagens. Em seguida, exporemos as propriedades dos adjetivos pós-nominais, que podem ser de dois tipos – exclusivamente pós-nominais ou adjetivos que têm seu posicionamento variável. Assumiremos que este é o lugar de origem destes adjetivos. O capítulo dois se encerrará elucidando diversas vantagens para esta análise. No terceiro capítulo, trataremos das propriedades dos adjetivos exclusivamente pré-nominais e dos adjetivos de posicionamento variável quando ocupam a posição anteposta ao nome. Diremos que os exclusivamente pré-nominais foram gerados nesta posição mais alta que o Nome e que os de posicionamento variável ocorrem na posição pré-nominal somente se houver movimento do adjetivo. Este movimento só poderá ocorrer se o determinante oferecer ambiente para hospedagem deste adjetivo movido. A hipótese deste trabalho, portanto, será basicamente a que segue: o movimento do adjetivo está condicionado pelo tipo e pelas características do determinante que encabeça o DP. Esta hipótese é suficientemente econômica, visto que sugere movimento de uma única classe de adjetivos. A proposta deste trabalho aproxima o movimento do adjetivo a algumas das propriedades da periferia esquerda da sentença; esta aproximação nos possibilitará responder algumas perguntas que a literatura sobre adjetivos tem deixado em aberto.

1 A INTERPRETAÇÃO DO ADJETIVO E O MOVIMENTO DO NOME: PROPOSTAS ENCONTRADAS NA LITERATURA

Abordaremos nesta tese o tema do posicionamento dos adjetivos por uma perspectiva sintático-semântica. Por isso, a literatura que tocará a este trabalho será restrita àqueles trabalhos que se concentram na sintaxe e na semântica dos adjetivos.

Neste capítulo serão apresentados trabalhos que têm em comum o fato de buscarem correlacionar posição e interpretação do adjetivo, de modo que cada interpretação que o adjetivo possa ter receba uma posição pré-estabelecida para ocupar na estrutura. Alguns destes trabalhos seguem a linha cartográfica, como os de Crisma (1990, 1993, 1996) e Cinque (1993, 2010), mas vamos ver que há trabalhos que buscam vias alternativas para conseguir postular esta correlação supracitada, como o trabalho de Bernstein (1993).

Apresentaremos a seguir duas propostas teóricas bastante difundidas no que toca ao posicionamento e à interpretação do adjetivo, a Hipótese de Movimento de Núcleo e a Hipótese de Movimento de Constituintes.

1.1 Hipótese de Movimento de Núcleo

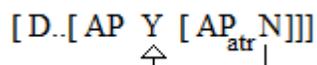
Boa parte das análises de DPs contendo nomes e adjetivos presente na literatura considera a posição que o adjetivo ocupa o único fator relevante para entendermos a interpretação que este pode ter. Muitos trabalhos se apoiam na Hipótese de Movimento de Núcleo (HMC – Head Movement Constraint) para alcançar uma explicação plausível para o posicionamento variável dos adjetivos nos DPs. Alguns dos mais conhecidos talvez sejam de Bernstein (1993), Crisma (1990, 1993), Cinque (1993). De modo geral a HMC aponta uma aproximação entre línguas românicas e germânicas, e defende que a diferença entre os dois grupos linguísticos seria o movimento do nome por sobre o adjetivo, que existiria somente nas românicas.

Importante esclarecer que nos trabalhos dos autores citados há duas formas diferentes de analisar a natureza dos adjetivos: Crisma (1990, 1993) e Cinque (1993) defendem que adjetivos entram nos DPs como especificadores de projeções funcionais específicas e, assim,

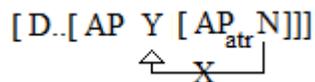
são sempre XPs; já Bernstein (1993), por sua vez, defende que adjetivos podem ser núcleos ou adjuntos. Apresentaremos brevemente os trabalhos de Bernstein (1993), Crisma (1990, 1993) e Cinque (1993) a seguir⁴, começando por este último, que expõe razões mais explícitas para sustentar esta hipótese.

Cinque (1993) apresenta razões para defender que a HMC teria a vantagem de aproximar línguas românicas e germânicas postulando o movimento do nome sobre o adjetivo, gerado à esquerda do nome, somente nas línguas românicas. As diferenças de posicionamento dos adjetivos observadas nas línguas humanas, portanto, seriam devidas ao movimento do nome para os diferentes núcleos das projeções que abrigam os adjetivos. Se levarmos em consideração que sem coordenação há somente um nome no sintagma, mas que podemos ter cinco ou mais adjetivos presentes no DP/NP, podemos entender o argumento oferecido por muitos autores que defendem que esta hipótese oferece uma opção mais econômica para a língua do que se postular o movimento do adjetivo.

(4) a. Nas línguas românicas:



b. Nas línguas germânicas:



Cinque defende que, em ambos os grupos de línguas, AP_{atributivo}⁵ precede o nome, mas nas línguas românicas N pode mover-se para uma posição mais alta que a desse AP. Este movimento resulta em mudanças semânticas para o sintagma: nas línguas românicas, quando o AP_{atributivo} se localiza após o nome (cf. 5), ele tem interpretação de modo; mas se o adjetivo estiver precedendo o nome (cf. 6), sua interpretação pode ser orientada para o sujeito ou de

⁴ Uma apresentação mais detalhada pode ser vista em Prim (2010).

⁵ Neste trabalho de Cinque a distinção é entre adjetivos atributivos e adjetivos predicativos. Cinque também se refere a adjetivos temáticos, que são uma subclasse dos atributivos. Predicativos são os adjetivos que podem ocorrer na posição pós-copular ou na posição à direita do nome (tanto nas línguas românicas quanto nas germânicas). Estes adjetivos são, na verdade, relativas restritivas reduzidas. Um teste que esclarece isso é o que mostramos a seguir, em que se insere explicitamente o pronome *que*, marcador da relativa:

- i. Uma mulher linda
- ii. Uma mulher que é linda

Os atributivos, por sua vez, ocorrem nas posições à direita e à esquerda do nome. Nos casos em que o adjetivo ocupa a posição à direita do nome, a diferença entre atributivos e predicativos, segundo Cinque, se esclarece pela inserção de um complemento, como será comentado no texto.

modo⁶; e, por fim, (7) evidencia que o adjetivo atributivo não pode ocupar uma posição mais baixa que a do complemento.

- (5) A agressão brutal deles à Albânia. (= o modo de agressão foi brutal)
- (6) A brutal agressão deles à Albânia. (= foi brutal da parte deles atacar a Albânia)
- (7) *A agressão deles à Albânia brutal.

Esta posição dos adjetivos de modo é partilhada com os AP_{temáticos}. É esperado assim que esses dois tipos de adjetivos concorram pela mesma posição e que não possam coocorrer. Sobre as restrições de outras coocorrências de adjetivos, Cinque aponta que sequências de APs orientados para o sujeito seguidos por APs temáticos ou de modo são impossíveis entre N e seu complemento, porque em posição pós-nominal não há leitura orientada para o falante ou para o sujeito, mas somente de modo ou de um adjetivo que faz parte da grade temática do nome. Cinque também descreve que os APs atributivos orientados para o sujeito (portanto precedendo o N) podem ser antecidos por APs orientados para o falante, e por isso pode-se dizer que a estrutura do DP incluirá a seguinte ordem de APs, segundo Cinque sob o olhar da HMC:

- (8) [AP_{orientado para o falante} [AP_{orientado para o sujeito} [AP_{modo/temáticos} [N]]]]

A ordem que vemos em (8) é a que encontramos superficialmente nas línguas germânicas; nas línguas românicas, por sua vez, N pode mover-se para uma posição mais alta, passando sobre AP_{modo/temático}. Com isso em mente pode-se afirmar que as posições de base são as mesmas nos dois grupos de línguas e, por isso, esta ordenação é argumento para o movimento de núcleo. É preciso dizer que o movimento de N é proposto como uma forma de alcançar a ordem observada nos exemplos (5) e (6), mas não fica claro por que o nome deve se mover para esta posição (não há uma razão própria do nome, ele se move para satisfazer a leitura do adjetivo, apenas) e por que não poderia seguir seu movimento para posições mais altas.

Outro argumento é estabelecido através de análise de AP_{predicativos} nas línguas românicas e germânicas. Tomemos novamente um adjetivo como *brutal*, que além de

⁶ Retomaremos em detalhes esta classificação em Crisma (1990, 1993).

atributivo também pode ser predicativo. Ainda que a ordem [*N Compl AP] seja inaceitável quando o AP é atributivo (cf (7)), ela se torna aceitável com quebra de entonação entre o complemento e o AP (cf (9)), ou quando os APs estão coordenados (cf (10)) ou modificados por especificador (cf (11)) ou complementos (cf (12))⁷:

- (9) A agressão deles à Albânia, BRUTAL.
- (10) A agressão deles à Albânia, improvisada e brutal.
- (11) A agressão deles à Albânia, muito pouco brutal.
- (12) A agressão deles à Albânia, brutal em seus efeitos.

Esses casos envolvem APs_{predicativos}, que aparecem após N e seu complemento nas línguas românicas e germânicas. Consideram-se APs_{predicativos} aqueles que podem ocorrer em posição pós-copular. Outros adjetivos, que não ocorrem na posição pós-copular (como é o caso de *principal* em (13)), tampouco ocorrem na construção [N Compl AP], como mostra (14).

- (13) *Este motivo é principal.
- (14) *Este é o motivo de sua partida, PRINCIPAL.

Nas línguas germânicas, encontramos uma situação paralela. Em inglês, por exemplo, os adjetivos aparecem normalmente à esquerda de N, mas se coordenados ou modificados eles também podem ser encontrados após N, como mostra (15b).

- (15) a. *A man proud
/um homem orgulhoso/
- b. A man proud of his son
/um homem orgulhoso de seu filho/

A posição à direita é uma posição predicativa nas línguas germânicas. O fato de que nessas línguas nenhum AP ocorre lá se não puder também ocorrer em posição pós-copular

⁷ O mesmo contraste se vê no nível oracional, ocorrendo com os advérbios. Essas e outras aproximações entre estas categorias instigam diversos autores a estudar a aproximação entre adjetivos e advérbios, como é o caso de Crisma (1990, 1993), cuja proposta será apresentada ainda neste capítulo.

(exatamente como nas línguas românicas) adiciona evidência para a asserção de que as posições de base de adjetivos são as mesmas nos dois grupos de línguas. Isto também pode ser visto como evidência de que as posições de base para adjetivos das línguas românicas e germânicas devem ser as mesmas.

- (16) *The indignity was utter.
/a humilhação foi absoluta/
(17) *The indignity, utter and simple.
/a humilhação, absoluta e simples/

Cinque (1993) apresenta ainda mais dois argumentos a favor da hipótese de que todos os adjetivos atributivos nas línguas românicas são gerados à esquerda de N, ainda que apareçam com mais frequência à direita do nome. O primeiro argumento supõe que, se estes APs são gerados à esquerda de N, eles devem apresentar alguma restrição no campo pré-nominal que os afete também no campo pós-nominal. Uma característica bastante conhecida dos APs é sua incapacidade de receber complemento na posição pré-nominal e sua habilidade de recebê-lo na pós-nominal:

- (18) a. *Tua fiel (ao texto do dramaturgo) interpretação. (AP_{atributivo} pré-nominal)
b. Tua interpretação fiel (ao texto do dramaturgo).

Cinque defende que sem a inserção de um complemento para N não se percebe com clareza que se tratam de adjetivos diferentes. O complemento é suficiente para diferenciarmos APs_{atributivos}, que devem preceder o complemento e apresentar a mesma restrição da posição pré-nominal (o que seria prova de que há movimento), e APs_{predicativos}, que devem seguir o complemento e não apresentar restrição.

- (19) a. *A interpretação fiel ao texto do dramaturgo de João (AP_{atributivo} pós-nominal)
b. A interpretação de João fiel ao texto do dramaturgo (AP_{predicativo})

O segundo argumento fundamenta-se nas regularidades de ordem relativa dos adjetivos em diversas línguas, baseadas na escala de distância de N. Línguas que admitem apenas adjetivos pré-nominais impõem a seus adjetivos a seguinte organização: AP_{avaliativo} > AP_{tamanho} > AP_{cor} > Nome. Já línguas que só permitem o posicionamento do adjetivo após o nome organizam-se na ordem oposta, como se um grupo de línguas fosse o espelho⁸ do outro grupo: Nome > AP_{cor} > AP_{tamanho} > AP_{avaliativo}. As línguas românicas possuem certa flexibilidade, e seus adjetivos podem ocorrer tanto antepostos ao nome como pospostos. O ponto interessante é que, segundo Cinque, estas línguas possuem a mesma ordem de adjetivos que as línguas que só permitem adjetivos antepostos a N: adjetivos avaliativos, de tamanho, N, de cor. Cinque propõe que a ordem seja derivada do movimento de N por sobre os APs mais baixos.

Lamarche (1991), baseado na ideia de espelhamento citada, apresenta algumas contra-evidências para a teoria de movimento de núcleo. Tomemos o inglês, por exemplo, uma língua que estabelece apenas a ordem [Adj N] como possível. Como dissemos na introdução deste trabalho, a comparação do inglês com as línguas românicas seria possível para muitos autores, porque as línguas provenientes do Latim possuem adjetivos pré- e pós-nominais. No inglês, pode-se encontrar um sintagma com a estrutura [Adj2 Adj1 N]. O exemplo (20a) abaixo apresenta os componentes do sintagma nominal na ordem esperada – tamanho, cor e nome. De acordo com o espelhamento, as línguas românicas teriam a estrutura [N Adj1 Adj2]: nome, cor, tamanho, como em (20b); no entanto, de acordo com a hipótese do movimento, teríamos [N Adj2 Adj1], ou seja, tamanho, nome, cor.

- (20) a. A huge orange fruit
 b. Uma fruta laranja enorme

⁸ Este problema foi levantado por Baker (1985) no chamado *Mirror Principle*. A proposta se aplicava à ordenação de afixos, e foi formulada como segue:

The Mirror Principle (Baker 1985): the order of affixes reflects the order in which the associated syntactic ‘operations’ apply.

Este problema foi estendido à ordem de palavras e no que toca ao nosso tema, ele fica mais claro em DPs contendo dois ou mais adjetivos, caso em que se pode ver que, nas línguas românicas, DPs com dois ou mais adjetivos apresentam a ordem espelhada do que ocorre nas línguas germânicas. Voltaremos a falar deste ponto na apresentação e discussão de Cinque (2010).

Segundo Cinque (1993, p.101-103), a inserção de um PP complemento na estrutura pode esclarecer o problema apresentado por Lamarche. Vimos anteriormente que APs atributivos (como *vermelho* nos exemplos abaixo) se posicionam entre N e seu complemento, enquanto os predicativos (como *belíssimo*) se posicionam após o complemento. Consideraremos, então, que na estrutura [N Adj1 Adj2], Adj1 (no caso, *vermelho*) pode preceder ou seguir o complemento, dependendo de sua natureza atributiva ou predicativa, enquanto Adj2 (nos exemplos abaixo, *belíssimo*), se seguir o complemento, só poderá ser interpretado como um adjetivo predicativo. Por conta disso, a estrutura [*N Adj1 Adj2 Compl] não ocorre pelo menos no italiano, mas podemos ter [N Adj1 PP Adj2], [N PP Adj1 Adj2] e ainda [N PP Adj2 Adj1]:

- (21) *Um carro vermelho belíssimo de corrida
- (22) Um carro vermelho de corrida, belíssimo
- (23) Um carro de corrida, vermelho, belíssimo
- (24) ?Um carro de corrida, belíssimo, vermelho

Mas a questão não se resolve de todo. O “problema do espelho” acaba sendo admitido por Cinque (2010), que mostrará que não há incompatibilidade entre as teorias de movimento e o espelhamento. Retomaremos este trabalho mais adiante.

Deixando um pouco de lado essa discussão, gostaríamos de apresentar algumas propostas que aplicam a HMC como base teórica. Há dois trabalhos de peso na literatura, que são os de Crisma (1990, 1993) e Bernstein (1993).

O trabalho de Crisma parte de (8)⁹, retomado como (25), como uma ordem aplicável a nomes eventivos e propõe uma projeção funcional específica para cada uma destas leituras que o adjetivo pode ter.

- (25) [AP_{orientado para o falante} [AP_{orientado para o sujeito} [AP_{modo/ temáticos} [N]]]]

Crisma (1990), em especial, ressalta que é preciso postular (além das projeções de adjetivo orientado para o falante, orientado para o sujeito e modo/temático, citadas em (25)) ainda

⁹ Há alguns pontos divergentes entre a proposta de Cinque (1993) e Crisma (1990, 1993), como vamos ver.

uma posição de especificador para adjetivos numerais e três diferentes posições para se gerar adjetivos descritivos, com base em sua interpretação. Cada classe deve ser atribuída a uma posição fixa na estrutura. A autora defende a ideia de que APs devem ser considerados especificadores, não adjuntos, e que a ordem relativa dos adjetivos é a mesma em diversas línguas; a diferença entre línguas românicas e germânicas é a posição de N em relação à sequência de adjetivos.

Um dos objetivos da autora era fazer uma aproximação entre adjetivos e advérbios, argumentando que o primeiro seria a contraparte nominal do segundo. A autora mostra que regularidades encontradas no comportamento de advérbios podem também ser detectadas na distribuição de adjetivos e propõe assim uma classificação para adjetivos baseando-se nos estudos de Jackendoff (1972) sobre advérbios. A descrição de Jackendoff distribui os advérbios do inglês em classes, de acordo com a posição que ocupam na estrutura da sentença, pois defende que há uma estrita conexão entre a posição ocupada e a interpretação do advérbio. Crisma assume a mesma postura e nomenclatura, ainda que pouco usual para adjetivos, em sua proposta. O resultado de sua investigação será uma análise que distribui os adjetivos em diferentes subcategorias, que serão geradas em posições fixas nos DPs.

A diferença entre as leituras voltadas para o falante, voltadas para o sujeito e modo, mais do que estrutural, é semântica¹⁰. Por conta disso, as distinções não são simples de se estabelecer. Crisma não encontra razão para postular que haja duas posições distintas para adjetivos voltados para o falante e voltados para o sujeito. Ainda que se possa perceber certa diferença semântica, a autora observa que estes dois adjetivos não coocorrem sem coordenação e por fim não assume duas posições sintáticas distintas.

(26) *O provável astuto comportamento ingênuo do João

O problema que isto traz para sua análise é que Jackendoff observa que há razões para se postular duas posições sintáticas distintas para advérbios *speaker-oriented* e *subject-oriented*. Uma delas seria evidenciada com a presença de um verbo modal epistêmico, que ocorre no meio destes dois advérbios. Crisma mostra que Cinque, por outro lado, defende

¹⁰ Crisma (1993) aponta que adjetivos orientados para o falante e adjetivos orientados para o sujeito ocupam a mesma posição estrutural, mas Cinque (1993) defende que adjetivos que implicam um julgamento do falante aparecem em posição mais alta na estrutura em relação aos orientados para o sujeito.

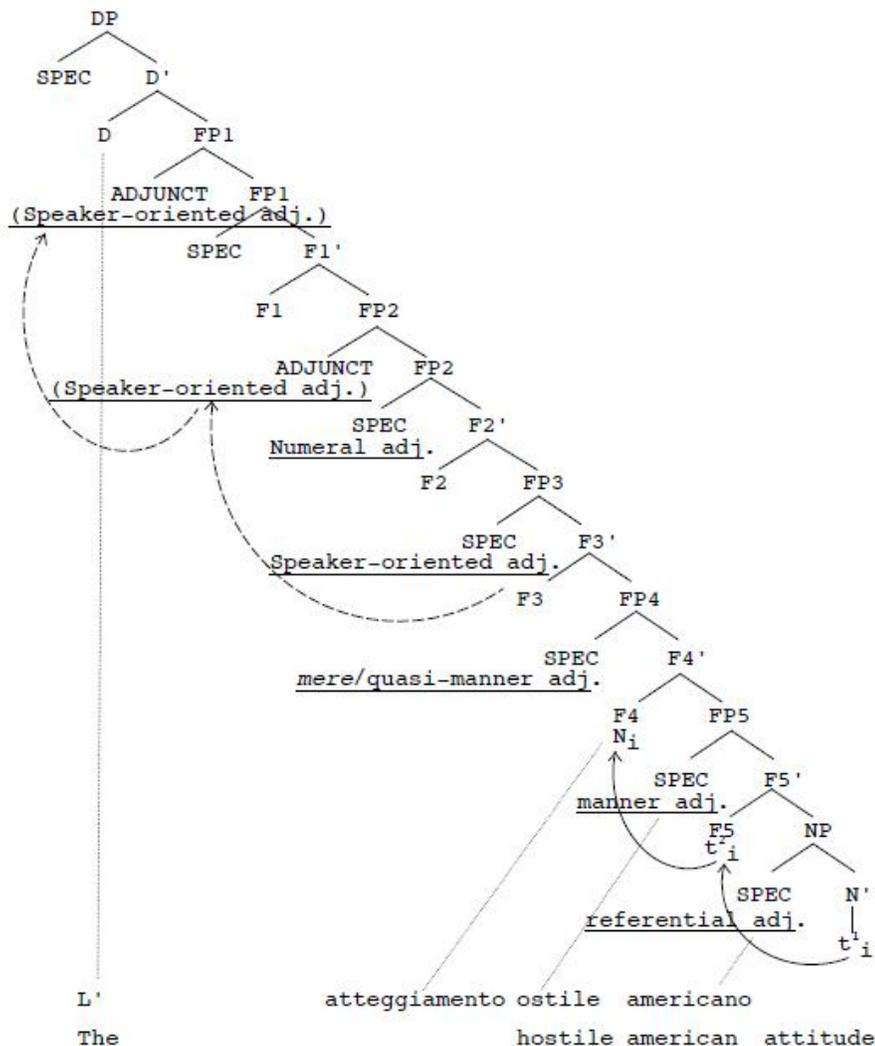
duas posições estruturais diferentes para estes adjetivos, argumenta que estes não podem coocorrer porque “they have the same grade of absoluteness” (Crisma, 1993, p.19).

A distinção entre adjetivos orientados para o sujeito e de modo não é simples de se estabelecer. O contraste entre adjetivos orientados para o falante e de modo é um pouco mais claro: o primeiro ocupa uma posição mais alta que o segundo. Essa também é a conclusão quando se observa que, se não há leitura de modo possível, o adjetivo tende a ser pré-nominal. Examinando exemplos com adjetivos idênticos ocupando a posição pré e pós-nominal, Crisma notou que, em italiano, adjetivos pós-nominais recebem interpretação de “modo”, nunca de orientação para sujeito ou para o falante, mas os pré-nominais são ambíguos em muitos casos e não se sabe se são adjetivos orientados para o sujeito ou adjetivos de modo, já que esta leitura também está disponível na posição pré-nominal, como mostra o seguinte exemplo:

- (27) a. A solução efetiva do problema (de modo efetivo)
 b. A efetiva solução do problema (o falante considera efetiva ou é de modo efetivo)

Para explicar as duas aparentes posições para adjetivos de modo, precedendo e seguindo o nome, Crisma (1990), assume que há de fato duas possíveis posições em que se podem gerar adjetivos de modo. Uma das razões para a autora ter postulado duas posições para adjetivos de modo é que em posição pré-nominal não ocorrem adjetivos de modo se a sentença é genérica; estes adjetivos só ocorrem em contextos específicos ou quando modificam uma série de eventos. Quando ocupam a posição pós-nominal, podem ocorrer livremente em contextos genéricos. Já em Crisma (1996), as interpretações de modo com adjetivos pré-nominais passam a ser derivadas através de movimento do nome da posição mais baixa para a mais alta. A estrutura a seguir foi apresentada por Crisma (1990, p.138) e por isso há duas posições para adjetivos de modo (uma delas chamada de *quase-modo*).

(28)



Crisma (1993), consoante ao que vemos na estrutura acima, afirma que os adjetivos orientados para o falante e os adjetivos de modo são gerados na posição de especificador de duas projeções funcionais distintas, e que o núcleo N executa dois movimentos em italiano (e também em outras línguas românicas), mas não em inglês. O nome poderia mover-se sobre adjetivos de modo, mas não sobre adjetivos orientados para o sujeito/ falante; não está claro qual o fator interveniente que bloqueia a subida do nome para posições mais altas¹¹.

¹¹ Este fator não seria semântico. Isto fica claro quando percebemos a variação translinguística. Cyrino (2013), por exemplo, mostra que em PE há mais movimento do verbo do que em PB, isto é, há movimento longo do verbo em PE. O significado, contudo, nas duas línguas não varia, mas somente a posição do verbo.

Um ponto bastante curioso desta proposta é o movimento do adjetivo voltado para o falante sobre numerais e possessivos, que, segundo a autora, pode ocorrer marginalmente nas línguas românicas (Crisma, 1990, p.132). A autora assume este movimento na estrutura, mas basicamente não disserta sobre ele, trazendo-o à tona somente para explicar as sentenças (marginais) abaixo.

- (29) a. I numerosi evidenti disagi che la popolazione è costretta a subire...
 /os numerosos evidentes desconfortos que a população é forçada a sofrer/
 b. ? The evident numerous discomforts suffered by the people...

A proposta de relacionar a teoria de advérbios de Jackendoff a adjetivos traz aos nominais eventivos um critério de classificação interessante, mas o paralelismo apresenta alguns problemas (além do que já citamos), como (i) nem sempre é possível encontrar adjetivos correspondentes a certos advérbios: não é possível ter adjetivos correspondentes a *francamente* e *personalmente* (*franco* e *personale*, do italiano, são interpretados como adjetivos de quase-modo¹²); (ii) advérbios como *completamente*, *totalmente*, *pessimamente*, *mortalmente etc* só aparecem em posição auxiliar ou final, mas os adjetivos correspondentes podem preceder o nome; (iii) adjetivos de modo nunca seguem o complemento do nome, enquanto advérbios de modo podem seguir o complemento do verbo.

Os argumentos citados acima podem perder sua força se considerarmos que o paralelismo entre a projeção estendida de N e a de V não precisa ser perfeito, e sim que de fato a projeção de N é “defectiva” em relação à projeção de V. Mas além dos problemas citados anteriormente, acrescentamos ainda que não nos parece intuitivo argumentar que o nome se mova somente para satisfazer as leituras que o adjetivo possa ter; ou seja, que o movimento do nome não se deva somente por requerimentos do nome, mas também do adjetivo. Vemos isto como uma clara desvantagem diante da proposta que apresentaremos a seguir.

Bernstein (1993) defende que a posição pós-nominal dos adjetivos é derivada via movimento do nome sobre os adjetivos, que, assim como nas outras propostas de movimento

¹² *Quase-modo* é como Crisma (1990) nomeou adjetivos de modo-1 (segundo sua reclassificação em 1993). São os adjetivos com interpretação de modo que podem aparecer em posição pré-nominal. Em Crisma (1990), adjetivos de *quase-modo* dividem sua posição de especificador com adjetivos da classe de “mero”.

de núcleo apresentadas, são gerados na posição pré-nominal. Mas o movimento do nome, segundo esta proposta, ocorre por fatores independentes ao adjetivo: o núcleo se move para buscar os traços de número.

Para a autora, o fato de alguns adjetivos serem exclusivamente pré-nominais nas línguas românicas, grupo linguístico em que se vê claramente a posição pós-nominal como a posição não marcada, deve-se ao seu estatuto sintático de núcleo (X^0)¹³. Refere-se aos adjetivos da classe de *mero*, que não podem ocorrer pospostos ao nome. Aponta que esses adjetivos apresentam uma série de propriedades que os distingue de outros adjetivos, a saber: 1. Não ocorrem na posição pós-nominal, 2. Não ocorrem em construções nominais elípticas, 3. Não podem ser modificados, e 4. Não aparecem em posição predicativa.

(30) *O acidente mero.

(31) *Vi um mero (acidente).

(32) *um muito mero acidente.

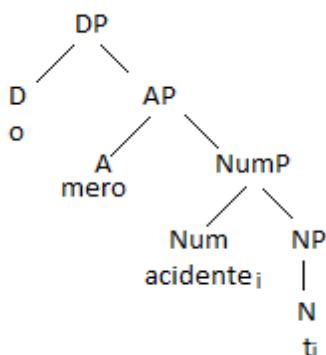
(33) *O acidente é mero.

Esses adjetivos, por serem núcleos, impedem que o nome se mova para uma posição mais alta, visto que a hipótese HMC diz que o movimento de um núcleo para outro não pode ultrapassar algum núcleo interveniente. Poderíamos nos perguntar por que o nome não se amalgama ao adjetivo-núcleo. Bernstein responde que o nome só pode se amalgamar a categorias funcionais, como a flexão de número. Abaixo vemos a representação desta proposta.

(34) a. O mero acidente

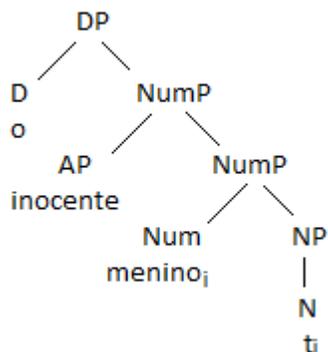
¹³ Essa proposta é baseada no trabalho de Abney (1987).

b.

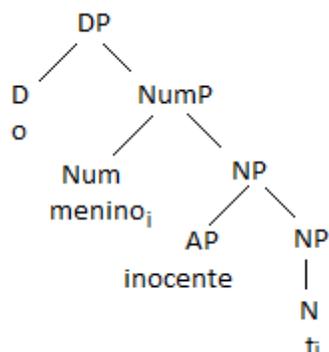


Já para os adjetivos que podem ser pré e pós-nominais a autora postula que a diferença se deve ao movimento do nome para uma posição mais alta – Bernstein postula o núcleo de NumP como um lugar de pouso para os nomes movidos. Nesse caso os adjetivos seriam gerados tanto em SpecNP (resultando em adjetivos pós-nominais com leitura restritiva, ou seja, o adjetivo está limitando a extensão do nome) quanto em SpecNumP (neste caso serão pré-nominais com leitura não-restritiva, na qual o adjetivo só caracteriza o nome, não o limita). A diferença do lugar de adjunção está relacionada a diferentes interpretações que os adjetivos qualificativos têm na posição anteposta e posposta ao nome. A autora não explora DPs contendo dois adjetivos adjuntos, por isso vamos exemplificar sua proposta com DPs contendo apenas um adjetivo.

(35) a. O inocente menino



b. O menino inocente



A autora também defende que há adjetivos exibindo padrão misto, como é o caso dos adjetivos estruturalmente ambíguos, que aparecem nas duas posições, mas que não se distinguem pela interpretação restritiva/ não-restritiva, e sim que apresentam diferenças significativas de interpretação, como é o caso dos adjetivos *novo*, *simples*, *certo*. Estes adjetivos comportam-se como núcleo na posição pré-nominal e como adjunto (que ocupam SpecNP) na posição pós-nominal.

Uma pergunta que devemos nos fazer acerca desta proposta é: o que dizer quando o adjetivo núcleo não estiver presente? Ou seja, sendo núcleo, ele seleciona NP como seu complemento. No caso de *suposto*, um adjetivo exclusivamente pré-nominal, é possível dizer que *um suposto assassino*, de fato, não é um assassino, mas *um mero acidente* segue sendo um acidente. Se queremos aproximar a sintaxe e a semântica dizendo, no caso de Bernstein, que adjetivos pré-nominais são não-restritivos e os pós-nominais são restritivos, não parece plausível dizer que no caso de *um mero acidente* semanticamente o adjetivo não seleciona o nome, mas sintaticamente sim.

Outro problema que esta proposta enfrenta é que não se espera encontrar nenhum adjetivo mais alto que um destes adjetivos núcleos, pois isto violaria HMC, mas isso de fato pode ocorrer: os adjetivos *meio* e *mero* são exclusivamente pré-nominais, mas os adjetivos *requerido* e *provável*, que podem ocupar tanto a posição anteposta como a posição posposta ao nome, ocorrem numa posição mais alta que a do adjetivo núcleo. A teoria de Bernstein prevê que *requerido* e *provável* possam ser pré-nominais (são gerados nesta posição) ou pós-nominais (movimento de N para NumP). Mas como a autora não assume movimento de

adjetivos, não há como explicar as ordens encontradas em (36b) e (37b), em que os adjetivos, pré-nominais, não ocupam sua posição de origem.

- (36) a. O meio litro requerido de óleo
 b. O requerido meio litro de óleo
- (37) a. O mero aviso provável dos responsáveis
 b. O provável mero aviso dos responsáveis

O terceiro problema que apontamos para a proposta de Bernstein é que as características que definem a classe dos exclusivamente pré-nominais não estão bem delimitadas. Um adjetivo como *nuclear*, em *um físico nuclear*, também não aceita a posição predicativa, nem modificação, nem ocorre em construções nominais elípticas, ainda que este adjetivo seja exclusivamente pós-nominal em português, e quiçá em todas as línguas românicas.

- (38) *O físico é nuclear.
 (39) *Um físico muito nuclear
 (40) *Um nuclear

Outro problema desta proposta é que em PB temos razões para crer que número é morfossintaticamente especificado no Determinante, e não no Nome, e assim este movimento do nome para Num perde força explicativa.

- (41) a. As onda
 b. *A ondas

Por conta disso, há autores, como Menuzzi (1994), que assumem que esta categoria para a qual o nome se move não seja Número em PB, mas Gênero. Mas a questão não se resolve: já não teríamos mais o paralelismo com as línguas germânicas, uma das grandes metas da HMC, pois em inglês, além de os nomes não serem marcados por gênero, está

bastante claro que é o Nome que morfossintaticamente carrega o número, e não o Determinante.

- (42) a. The waves
b. *Thes wave

Mesmo se olharmos somente para dentro do grupo das línguas românicas, vemos que a proposta assumida por Bernstein, de mover o nome para Número, é inconsistente. Bonet (2013) apresenta dados que evidenciam que em Catalão, o número é especificado no Nome, dada a gramaticalidade do exemplo (43b).

- (43) a. Els bons vins
b. El bon vins¹⁴
/O_{sg} bom_{sg} vinho_{pl}/

Isto torna a proposta de movimento do Nome para Número, resultando em adjetivos pós-nominais, pouco intuitiva, mesmo se olharmos somente para as línguas românicas.

O quinto problema de valer-se da HMC para explicar o posicionamento dos adjetivos é que esta hipótese não prevê que o nome exerça qualquer papel na predição de ambiguidade do adjetivo. Contudo, pode-se perceber facilmente nos exemplos abaixo que um adjetivo pós-nominal é selecionado¹⁵ sintática e semanticamente pelo nome. A consequência desta imprevisibilidade é o vácuo explicativo que fica quando buscamos entender a falta de ambiguidade no DP a seguir: a única interpretação possível é a de que Maria é sensual e também é administradora (leitura intersectiva); não é possível a leitura não-intersectiva, ou seja, a interpretação de que “Maria administra sensualmente”. A leitura não-intersectiva não está disponível em (45b), mas somente em (45a).

¹⁴ Bonet (2013) aponta que a não realização do –s só pode ocorrer em c_ c, ou seja, entre consoantes. Este fenômeno pode ocorrer no Catalão Central-Nordestino.

¹⁵ Usamos o termo *seleção*, talvez, na falta de uma opção melhor. Vamos tratar os adjetivos pós-nominais como adjuntos neste trabalho, e na literatura costuma-se utilizar o termo *seleção* para argumentos. Mas vamos ver no capítulo dois que os adjetivos pós-nominais têm seu significado e sua ocorrência dependentes do nome que os antecede.

- (44) a. um físico nuclear
 b. *um linguista nuclear
- (45) a. Maria é uma bailarina sensual. (leitura intersectiva e não-intersectiva)
 b. Maria é uma administradora sensual. (somente leitura intersectiva)

Além do mais, estas propostas de movimento do nome parecem ignorar o fato básico de que nas línguas românicas os adjetivos exclusivamente pré-nominais e os exclusivamente pós-nominais ocorrem em geral mais próximos ao nome do que aqueles que podem variar de posição. Nos exemplos abaixo, os adjetivos *renascentista*, *italiana*, *musical* e *americana* são exclusivamente pós-nominais, e o adjetivo *mero* é exclusivamente pré-nominal. Os adjetivos que variam de posição, *maravilhosa*, *divertida*, *provável*, estão ocupando as posições mais distantes do nome.

- (46) Uma construção renascentista italiana maravilhosa
 (47) Uma comédia musical americana divertida
 (48) O provável mero aviso dos responsáveis

Não nos parece vantajoso buscar outra proposta que trabalhe com o movimento de núcleo, porque na segunda crítica que fizemos ao trabalho de Bernstein nos surge uma questão crucial para a HMC e basicamente ignorada pelos autores citados: como tratar DPs com mais de dois adjetivos (em especial, dois pré-nominais)¹⁶?

Cinque (2010) também tece críticas a HMC¹⁷ e aponta que há uma aparente restrição no número de adjetivos pós-nominais nas línguas românicas, ou, mais especificamente, há uma restrição no número de adjetivos encontrados depois de N e antes do complemento, ou adjunto, do N. O autor apresenta o seguinte exemplo para esta restrição:

¹⁶ Mesmo se adotarmos a Minimalidade Relativizada, teoria apresentada por Rizzi (1990) que incorpora a HMC, não conseguiremos salvar a proposta de Bernstein. Rizzi defende por esta teoria que o nome e o adjetivo, por serem categorias diferentes, possuem traços diferentes, e assim, mesmo sendo um núcleo, o adjetivo não poderia bloquear o movimento de N para uma posição mais alta, pois seus traços não seriam os mesmo contidos no nome e assim este poderia se mover sem considerar o adjetivo um bloqueio. Mas é importante ressaltar que esta consideração de que alguns adjetivos são núcleos e bloqueiam o movimento de N é chave para a teoria de Bernstein.

¹⁷ Na verdade Cinque (2010) reformula a proposta de Cinque (1993): propõe não mais o movimento de N, mas do NP ou de porções contendo o NP, como veremos.

- (49) a. A única possível invasão_i romana t_i da Trácia.
 b. *? A única invasão possível romana da Trácia¹⁸.
- (50) a. A única invasão possível
 b. A invasão romana

Em (49a), é obrigatório o movimento de N sobre *romana*; mas em (49b), quando N passa sobre *romana* e *possível*, a frase torna-se agramatical. Os dois exemplos em (50) mostram que as restrições não se devem ao posicionamento dos adjetivos em questão no campo pós-nominal, ainda que um adjetivo como *possível* seja mais natural na posição anteposta ao nome.

Outro problema é causado pela inesperada existência de ordem espelhada em sintagmas das línguas germânicas e românicas: sequências de adjetivos pós-nominais nas línguas românicas são caracteristicamente a imagem espelhada de sequências de adjetivos pré-nominais nas germânicas.

- (51) The most probable main cause of his death
- (52) a. A causa principal mais provável de sua morte.
 b. *A causa mais provável principal de sua morte.

Os exemplos acima possuem a mesma interpretação, mas requerem propriedades de escopo reversas: *provável* (*probable*) com escopo sob *principal* (*main*) em inglês, e *principal* com escopo sob *provável* em português ou italiano.

O último problema que enfrenta a hipótese de movimento de núcleo que será explicitado neste trabalho é apresentado também por Cinque (2010): a análise de movimento de núcleo nos leva a esperar que um adjetivo pós-nominal não seja capaz de ter escopo sobre um pré-nominal, mas isto é possível mesmo se selecionarmos um adjetivo não-predicativo.

- (53) Les [présumés [[[professeurs] chinois] malhonnêtes]]

¹⁸ Note que o problema não está ligado ao adjetivo *possível*, que também pode ser pós-nominal:

(i) A única invasão possível da Trácia.

/os supostos professores chineses desonestos/

Na interpretação de escopo sugerida pelos parênteses, *malhonnêtes* (desonestos) pode ter escopo sobre *professeurs chinois* (professores chineses), enquanto estes todos estão sob escopo de *présumés* (supostos). Isto é um problema para uma teoria que analisa os adjetivos pós-nominais como consequência do movimento de N. Se assumíssemos que em *malhonnêtes* temos uma relativa reduzida, a fim de tentarmos explicar através da hipótese de movimento de núcleo como este adjetivo pode ter escopo sobre *chinois*, encontraríamos ainda um problema para explicar como *présumés* não está sob seu escopo na interpretação sugerida acima.

Dentre as teorias que estão voltadas para o estudo da sintaxe dos adjetivos, a que será apresentada a seguir (Cinque (2010)) leva vantagem por oferecer uma explicação para DPs com mais de um adjetivo, além de potencialmente aproximar línguas românicas e germânicas. Mas neste momento vamos nos concentrar somente no português. A proposta, chamada Hipótese de Movimento de Constituintes, defendida por Cinque (2010), postula que há dois tipos de modificação adjetival, mas que apenas um tipo pode se fixar na posição pré-nominal nas línguas românicas, como explicitaremos a seguir.

1.2 Hipótese de Movimento de Constituintes

Em seu trabalho *The syntax of adjectives* (2010), Cinque propõe uma abordagem que trata a semântica e a sintaxe dos adjetivos unificadamente. A sugestão de que adjetivos entram na estrutura de DPs de duas formas talvez seja o principal ponto defendido pelo autor: adjetivos são originados ou como modificadores sintagmáticos diretos de núcleos funcionais da projeção estendida de N ou como predicados de relativas reduzidas, gerados acima da projeção funcional que apresenta o primeiro tipo de adjetivos. Cada uma dessas formas de gerar adjetivos está associada a diferentes propriedades interpretativas e sintáticas. Os dois tipos de modificação adjetival são gerados no campo pré-nominal, mas cada um deles passa por um tipo diferente de movimento sintagmático (de fato, o autor assume que há movimento

de constituintes) para se tornarem pós-nominais. No quadro abaixo, apresentamos a ordem que os adjetivos se encontram quando concatenados (*merged*) mas ainda não movidos.

	Modificação Indireta (relativa reduzida)	Modificação Direta	
[Det.	[<i>stage-level</i> (ou <i>individual-level</i>)	[<i>individual-level</i>	NP]]]
[Det.	[restritiva	[não-restritiva	NP]]]
[Det.	[relativa implícita	[modal	NP]]]
[Det.	[intersectiva	[não-intersectiva	NP]]]
[Det.	[relativa (a uma classe de comparação)	[absoluta	NP]]]
[Det.	[comparativa (com superlativos)	[absoluta (com superlativos)	NP]]]
[Det.	[específica ou não específica	[específica	NP]]]
[Det.	[proposicional “desconhecido”	[avaliativa “desconhecido”	NP]]]
[Det.	[dependente do NP “diferente”	[anáfora discursiva “diferente”	NP]]]
[Det.	[dêitico	[genérico	NP]]]
[Det.	[interpretação literal	[interpretação idiomática possível	NP]]]
	Mais distante de N	Mais próximo a N	
	Ordenado não-rigidamente	Ordenado rigidamente	

Quadro 1: Propriedades associadas à modificação direta e à modificação indireta; as colunas seguem a ordem da posição de inserção do adjetivo, ainda sem movimento. Fonte: Prim (2010).

Sumarizando o quadro acima, se nos referirmos a APs com leitura *individual-level*, não-restritiva, modal, não-intersectiva, absoluta, específica, avaliativa e dependente do NP como “APs de modificação direta”, a ordem que encontramos esses APs no DP deve ser conforme segue:

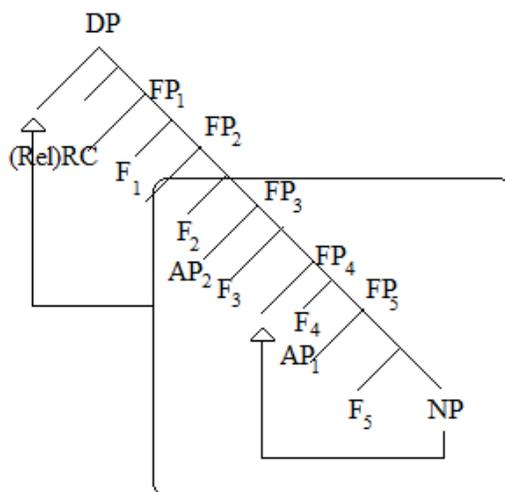
(54) AP modificação direta > N > AP modificação direta > AP de uma sentença relativa reduzida

Ilustraremos (54) com o seguinte exemplo:

- (55) a. As estrelas visíveis invisíveis
 b. ?As estrelas invisíveis visíveis¹⁹.

O exemplo mostra claramente como adjetivos *individual-level* (que são adjetivos caracterizam o nome atemporalmente), que são de modificação direta, devem estar mais próximos do nome na posição pós-nominal em português que adjetivos *stage-level* (modificação com limites temporais), que são de modificação indireta. Para chegarmos à ordem [NP > AP modificação direta > AP relativa reduzida], comum nas línguas românicas, é preciso que o NP mais o domínio da projeção que contém os adjetivos de modificação direta se movam sobre a relativa reduzida ((Red) RC), e que haja movimento do NP sobre o(s) adjetivo(s) de modificação direta. Segundo esta proposta, os adjetivos pós-nominais do PB, portanto, podem ser ambíguos porque podem tanto emergir da fonte de modificação direta (contendo a mesma interpretação disponível na posição pré-nominal) quanto da de modificação indireta (contendo a interpretação que só é possível no campo pós-nominal). A representação estrutural a seguir, extraída de Cinque (2010, p.16 do capítulo 3), pode tornar mais claro o que o autor está propondo.

(56)



¹⁹ Podemos imaginar um contexto no qual (55b) seria aceitável: temos estrelas visíveis, que seriam as mais próximas, e invisíveis, as mais distantes. Dentre as invisíveis, podem ser vistas algumas em um observatório, através de um bom telescópio. Então aquelas seriam estrelas invisíveis visíveis. Isto, no entanto, não invalida a generalização que se está propondo.

O autor propõe uma única posição SpecFP para cada classe lexical de adjetivo, ou seja, o autor está propondo que adjetivos sejam gerados em projeções funcionais próprias para cada classe lexical de adjetivo: cor, nacionalidade, tamanho, etc. Na árvore acima, em SpecFP1 temos a posição de base de adjetivos de modificação indireta, marcado na estrutura abaixo por (Red) RC; já AP1 e AP2 apresentam as posições de base para adjetivos de modificação direta (em SpecFP5 e SpecFP3, respectivamente).

A posição pré-nominal do adjetivo de modificação indireta ((Red)RC) é mais alta que as posições que apresentam adjetivos de modificação direta (cf. posições AP1 e AP2 em (56)). Isso significa que o constituinte formado pelo NP e o(s) adjetivo(s) de modificação direta (ou seja, toda a porção da estrutura que está dentro da caixa em (56)) deve se mover obrigatoriamente sobre o AP de modificação indireta. APs de modificação direta podem preceder ou suceder o nome; caso esses adjetivos sucedam o nome, está implicado que o NP também deve se mover sobre os APs de modificação direta, conforme aponta a seta dentro da caixa em (56). Deixamos claro que o movimento ocorre como uma justificativa da ordem final encontrada, ou seja, o nome se move para satisfazer apenas a leitura e o posicionamento do adjetivo. Nos exemplos abaixo, adaptados de Cinque (2010), utilizamos o adjetivo *novo*, que é um adjetivo de modificação direta quando significa *há pouco tempo*, mas também pode ser de modificação indireta com o significado de *pouca idade*.

Modificação direta:

- (57) a. Pedro é um novo físico (físico há pouco tempo)
 b. Um [... [novo (= pouco tempo) [...[físico]]]] → movimento do NP
 c. Um [... [novo (= pouco tempo) [físico [... [t]]]]
- (58) a. Pedro é um físico novo (físico há pouco tempo)
 b. Um [... [XP novo (= pouco tempo) [... [[físico]]]].. → movimento do NP
 c. Um [... [... [novo (=pouco tempo) [físico]]]] → mov. de NP
 d. Um [... [físico [novo (=pouco tempo) [t]]]]

Modificação indireta:

- (59) a. Pedro é um novo (=pouco tempo) físico novo (físico de pouca idade)

- b. Um [novo (= pouca idade) [XP novo (= pouco tempo) [...[[físico]]]]] → movimento do NP
- c. Um [novo (=pouca idade) [... [XP novo (=pouco tempo) [físico]]]] → mov. do XP sobre o adjetivo novo (=pouca idade)
- d. Um [XP novo (=pouco tempo) [físico]] [novo (= pouca idade)] [t]

Essa análise responde aos problemas levantados por Cinque anteriormente, ou seja, explica a ordem espelhada dos adjetivos nas línguas românicas e germânicas, explica por que um adjetivo pós-nominal pode ter escopo sobre um pré-nominal (ele é gerado numa posição mais alta).

Mas essa análise também apresenta diversos pontos negativos. O primeiro problema em Cinque (2010) surge ao nos depararmos com leitura restritiva (cf (60)) ou com ambiguidade na posição pré-nominal (cf (61) e (62)).

- (60) Eu me encanto pelos belos carros vermelhos de corrida.
- (61) A polícia faz vistoria na frente do antigo Hotel Diplomata.
 - a. A vistoria é feita na frente de onde antigamente ficava o Hotel Diplomata.
 - b. A vistoria é feita na frente do Hotel Diplomata, que é um hotel antigo.
- (62) O hábil jogador

Em (60), vemos que o adjetivo *belos* pode estar restringindo o grupo dos carros de corrida pelos quais eu me encanto, uma leitura inesperada na proposta de Cinque. Observando (61), vemos ambiguidade no adjetivo pré-nominal *antigo*, mas poderíamos pensar que este funcionaria de certa forma como um nome, visto que está acompanhado de um nome próprio. Mas em (62) também temos ambiguidade do adjetivo pré-nominal *hábil*, que pode ser não-restritivo, visto que ser hábil é uma característica que se pressupõe compartilhada por todos os jogadores, ou restritivo, e assim o jogador seria mais hábil que os outros jogadores.

Outro problema é que esta análise não é capaz de explicar a falta de ambiguidade em *uma administradora sensual* e a ambiguidade em *uma bailarina sensual*, como mostrado no exemplo (45). Ou seja, assim como a HMC, a Hipótese de Movimento de Constituintes

não espera que o nome ou mesmo o determinante exerçam qualquer papel na predição de ambiguidade no DP. Abaixo temos duas sentenças genéricas com diferentes julgamentos de gramaticalidade. A única diferença é o tipo de determinante que encabeça cada um dos DPs.

- (63) a. Uma brutal agressão deixa marcas inelidíveis na mente da vítima.
 b. *A brutal agressão deixa marcas inelidíveis na mente da vítima²⁰.

Este mesmo contraste não existiria se a sentença não fosse genérica.

- (64) a. Uma brutal agressão ocorreu na noite de ontem no Parque Vila Velha.
 b. A brutal agressão ocorrida no parque na noite de ontem foi severamente recriminada pela mídia.

Também não nos parece claro como essa teoria explicaria o fato de que há uma certa liberdade na ordem dos adjetivos, mesmo dos pré-nominais. No exemplo que segue, percebemos diferenças nas relações de escopo, e por isso os DPs abaixo não tem o mesmo significado²¹. Em (65a), há uma construção que supostamente é uma velha igreja românica; em (65b), há uma velha igreja que supostamente é uma igreja românica.

- (65) a. La supuesta vieja iglesia románica
 b. La vieja supuesta iglesia románica

A Teoria de Cinque (2010) não é capaz de explicar como um adjetivo que pode ser pré ou pós-nominal pode aparecer numa posição mais alta que um exclusivamente pré-nominal, como é o caso de *velho*²² e dos adjetivos *mero* e *meio* apresentados nos exemplos (36) e (37).

Por fim, esta proposta também não prevê quando o nome (e o adjetivo de modificação direta) deve parar de se mover para posições mais altas. Parece que há diferenças entre as

²⁰ É agramatical como sentença genérica, mas poderia ser gramatical como uma sentença episódica.

²¹ Esta relativa liberdade na ordem dos adjetivos e a limitação no número de adjetivos pré-nominais é comumente apresentada como argumento contra a análise de adjetivos como especificadores de um grupo de categorias funcionais.

²² Em 3.1.1 argumentaremos que o adjetivo *velho* é um adjetivo exclusivamente pré-nominal.

línguas românicas e a quantidade de movimento é estabelecida por fatores outros, particulares de cada língua.

1.3 Por qual caminho seguir?

Apesar de a interface sintaxe-semântica parecer ser uma boa opção para entender o funcionamento dos adjetivos, não há um trabalho que explique de forma satisfatória seu comportamento. Por conta disso, muitos preferem a defesa de que é a pragmática que pode explicar as leituras dos adjetivos. Mas de fato parece que a literatura ainda não explorou todas as possibilidades dessa aproximação sintaxe-semântica. Defendemos que a diferença de interpretação dos adjetivos pré e pós-nominais não é simplesmente pragmática, visto que fatores como ordem e tipo de adjetivo, tipo de sentença e de determinante oferecem previsibilidade de interpretação para os adjetivos. Por exemplo, DPs definidos com adjetivos qualificativos pré-nominais não podem ser sujeitos genéricos, diferentemente dos adjetivos pós-nominais.

- (66) a. *Os desdentados leões se alimentam sempre de ervas.
b. Os leões desdentados se alimentam sempre de ervas.

Estes mesmos DPs definidos com adjetivos pré-nominais também não podem ser sujeito de sentenças encabeçadas por verbos que selecionam *kind*^{23 24}.

- (67) a. *Os desdentados leões estão em extinção.
b. Os leões desdentados estão em extinção.

Isto mostra que não podemos desistir dessa interface para explicar o posicionamento dos adjetivos em PB.

²³ A não ser que o adjetivo aponte uma característica comum a todo o *kind* (adjetivos epítetos):

(i) Os desdentados tamanduás estão ameaçados de extinção.

²⁴ Optamos por não traduzir *kind* para *classe* para que não se confunda classe de adjetivo com nomes que denotam classe.

Por conta dos contrastes apresentados, este trabalho buscará entender qual a relação do adjetivo com o nome, o determinante e o tipo de sentença e como esta aproximação nos oferece ferramentas para entendermos o comportamento dos adjetivos presentes no DP/NP.

Não assumiremos que o nome se mova para satisfazer propriedades dos adjetivos – mas sim para satisfazer seus próprios requerimentos –, e que esta classe de adjetivos que ocorre nas posições pré e pós-nominais também é capaz de mover-se. Defenderemos que os adjetivos exclusivamente pré-nominais são gerados na posição pré-nominal, que os exclusivamente pós-nominais são gerados na posição pós-nominal, e que esses adjetivos que mudam de posição são gerados no campo pós-nominal e se movem somente se o determinante oferecer ambiente para hospedagem destes adjetivos. A hipótese deste trabalho é que o movimento do adjetivo está condicionado pelo tipo e pelas características do determinante que encabeça o DP. Esta hipótese não é menos econômica que a HMC, visto que a proposta sugere movimento de uma única classe de adjetivos, e não de todos. O movimento do nome não encontra motivação na concordância nem na leitura do adjetivo, como mostramos, e se houver movimento de N, este não terá relação alguma com o posicionamento do adjetivo.

Apresentada nossa hipótese, podemos listar as perguntas que gostaríamos de responder neste trabalho: 1. o que motiva o movimento do adjetivo para a posição pré-nominal? 2. Por que somente alguns adjetivos intercambiam de posição? 3. Como lidar com a coocorrência de adjetivos? 4. Por que é possível encontrar ambiguidade na posição pré e pós-nominal?

Começaremos investigando o ambiente pós-nominal, posição em que mais comumente se encontram os adjetivos no PB.

2 OS ADJETIVOS PÓS-NOMINAIS E OS NOMES

Os trabalhos apresentados anteriormente – baseados nas Hipóteses de Movimento de Núcleo ou de Constituinte – estabelecem uma relação entre a leitura do adjetivo e a posição que este ocupa no DP, ou seja, estabelecem que a posição do adjetivo e sua interpretação possuem interdependência. Como dito no capítulo um, essas propostas falham ao não prever que a semântica do nome exerça qualquer papel na escolha do adjetivo que possa se concatenar a seu lado. Atentamo-nos neste capítulo à relação nome-adjetivo, ou seja, partimos da hipótese de que a leitura do adjetivo é dependente do tipo de nome que o antecede, ou seja, que o nome seleciona semanticamente (i.e., s-seleciona) o adjetivo pós-nominal.

É interessante apontar que os adjetivos pós-nominais podem ter seu significado alterado de uma forma sensível ao contexto em que estão inseridos; já o nome que o antecede tem interpretação constante:

- (68) a. Artilharia leve (=importância inferior em relação a outras unidades do mesmo tipo)
- b. Cerveja leve (=pouco densa)
- c. Contorno leve (= gracioso na forma)
- (69) a. Professor habilidoso (=clareza, paciência, convicção...)
- b. Violinista habilidoso (=senso de ritmo, destreza...)
- (70) a. Cantor esperto (=escolhe o repertório apropriadamente...)
- b. Menino esperto (=entende e aprende rápido novas coisas)

Isto aponta uma pequena evidência de que não é o adjetivo que seleciona o nome. Voltaremos a esta discussão ainda no capítulo dois.

A hipótese de que o nome influencia a leitura do adjetivo pós-nominal não é de fato uma novidade na literatura. Mesmo nos trabalhos mencionados no capítulo anterior há certas observações acerca do tema. Bernstein (1996), como dissemos no capítulo um, defende uma análise baseando a interpretação do adjetivo no posicionamento deste em relação a N. Já mostramos os problemas desta proposta, mas de fato a autora aponta alguns exemplos

interessantes para o andamento deste trabalho. Indo um pouco além da simplificação que fizemos do seu trabalho no capítulo 1, ela divide a classe de adjetivos étnicos em duas, uma contendo os temáticos e outra contendo aqueles que se comportam como adjetivos atributivos regulares²⁵. Se faz parte da primeira subclasse, o adjetivo ocupa SpecNP, não aparece predicativamente, em contexto *small-clause*, nem em contexto de cliticização de *ne*. Se faz parte da segunda, é adjungido a XP e aceita tanto a posição predicativa quanto a cliticização de *ne*.

- (71) a. a invasão alemã da Polônia
 b. *Ne ho vista una tedesca (della Polonia)
 /*Vi uma alemã (uma invasão alemã) (da Polônia)/
 c. *A invasão (da Polônia) foi alemã.
 d. *Considero esta invasão alemã.
- (72) a. um livro alemão
 b. Ne ho letto uno tedesco.
 /Li um alemão (um livro alemão)/
 c. Este livro é alemão.
 d. Considero este livro tipicamente alemão²⁶.

Estes exemplos de Bernstein, ainda que não tenha sido este o objetivo da autora, nos fazem pensar se essa observação feita acerca dos adjetivos étnicos se estende a outros tipos de adjetivos, e os exemplos abaixo provam que sim.

²⁵ As propostas de nomeação das classes dos adjetivos são das mais variadas, e, deve-se dizer, confusas. Bosque e Picallo (1996) chamam a toda a classe de exclusivamente pós-nominais de *adjetivos relacionais*, que se divide entre temáticos e classificativos. Para estes autores citados, os adjetivos étnicos são uma subclasse dos temáticos. Giorgi e Longobardi (1992) adotam o termo *referenciais* para estes adjetivos exclusivamente pós-nominais, e outros autores chamam ainda a esta classe de *não-predicativos*.

²⁶ Mas é preciso observar que em (72) o adjetivo remete a algo diferente em cada caso. Em (72a), *alemão* pode ser ao menos *que foi escrito por um alemão* ou *que conta uma história relacionada à história da Alemanha*. Em (72b), só temos a primeira interpretação e em (72d) só a segunda. Na verdade este último exemplo, (72d), não seria gramatical sem a presença do advérbio *tipicamente*. Vamos ver ao longo deste capítulo que a presença deste advérbio evidencia que o adjetivo é um qualificativo, e não mais um relacional. A prova disto é que neste caso podemos interpretar que o autor do livro sequer seja alemão, ou que a história se passe na Alemanha. Neste sentido, *invasão*, no exemplo anterior, também pode requerer *alemã* como predicado secundário: Considero esta invasão tipicamente alemã.

- (73) a. A energia nuclear
 b. A energia é nuclear.
 c. Apostamos na (energia) nuclear.
 d. ?Considero esta energia nuclear.
- (74) a. O físico nuclear
 b. *O físico é nuclear.
 c. *Apostamos no (físico) nuclear.
 d. *Considero este físico nuclear.

A hipótese que defenderemos neste capítulo é que a leitura do adjetivo bem como as propriedades que este manifesta não podem ser analisadas sem se observarem as propriedades do nome que o acompanha. Mais especificamente, defenderemos que o nome atua diretamente na leitura e nas possibilidades de ocorrência do adjetivo (gerado) pós-nominal(mente). Na posição pré-nominal hipotetizamos que há outros fatores influenciando a ordem, como as propriedades do determinante e o tipo de sentença da qual o DP participa. Neste capítulo, exploraremos somente a conexão do adjetivo com o nome, e isto, em outras palavras, quer dizer o comportamento do adjetivo pós-nominal.

Apresentaremos a seguir o que a literatura tem apontado sobre o adjetivo pós-nominal e esta seleção do adjetivo pelo nome. De fato há diversos trabalhos que exploram esta aproximação nome-adjetivo, ainda que em geral não especifiquem que esta relação atinja somente aqueles adjetivos que são gerados na posição pós-nominal. Para tanto, faz-se necessário apresentar primeiramente as razões para considerar-se que alguns adjetivos são gerados na posição pós-nominal e outros na pré-nominal. Os adjetivos pós-nominais, neste trabalho, serão divididos em dois grupos: os dos adjetivos exclusivamente pós-nominais e os dos adjetivos que podem ocupar as posições pré e pós-nominal. Vamos argumentar que ambos são gerados em posições mais baixas que nome. A motivação para esta proposta é apresentada a seguir.

2.1 A distinção DP/NP e a origem dos adjetivos pós-nominais

Uma das razões que temos para defender que os adjetivos com posicionamento variável e os exclusivamente pós-nominais são gerados no campo pós-nominal é baseada em NPs do PB. Segundo a proposta de Espinal e McNally (2011), os nomes nus podem ser tanto NPs quanto DPs. NPs, que seriam nomes contáveis nus não especificados para número e definitude, ocorrem como objeto de uma reduzida classe de predicados relacionados com as estruturas *ter* + *NP*, e têm leitura de propriedade. Não saturam, só modificam o predicado, ou seja, não ocorrem em posição argumental, e por isso não se pode substituí-los por um pronome, visto que os pronomes indicam uma descrição definida. Essa proposta segue Longobardi (1994), que defende que “uma expressão nominal é um argumento somente se é introduzido por uma categoria D. DP pode ser um argumento, NP não pode.” (Longobardi, 1994, p.628).

No exemplo abaixo, apresentado por Cyrino e Espinal (2011), temos *vestido de festa* como um NP que está modificando um predicado do mesmo tipo de *ter* (*have-predicates*) e que não pode ser retomado por um pronome anafórico.

(75) Maria usa [_{NP} vestido de festa] só quando suas amigas compram **ele/Ø* de presente para ela.

Já DPs são os outros nomes nus definidos, ainda que não se apresentam especificados morfologicamente, são expressões do tipo existenciais que podem ser retomadas por pronome, como mostram os exemplos abaixo:

(76) O João tem [_{DP} maçã verde] na cesta. Comprou *ela/elas/Ø* ontem.

(77) Maria usa [_{DP} vestido novo] só quando suas amigas compram *ele/Ø* de presente para ela.

Os NPs do português apresentam evidência clara de que os adjetivos exclusivamente pós-nominais (como *amarelo* em (78)) e os que intercambiam de posição (como *bonito* em (79)) não podem ser gerados no campo pré-nominal, pois se esperaria que nestes casos não

encontrássemos nenhum tipo de adjetivo presente em NPs, mas somente em DPs. Os exemplos (78-79) nos mostram que os adjetivos pós-nominais são possíveis tanto em NPs (ver (78a) e (79a)) quanto em DPs (ver (78b) e (79b)). Já na posição pré-nominal não podem ocorrer em NPs nem adjetivos que têm posicionamento variável (como *bonito*) nem adjetivos exclusivamente pré-nominais (como é o caso de *provável*). Em (80) e (81) podemos ter adjetivos pré-nominais porque o sintagma é obrigatoriamente um DP, e a possibilidade de retomada pelo pronome comprova que não se trata de uma propriedade, mas de um indivíduo, um argumento do verbo.

- (78) a. Maria usa vestido amarelo só quando suas amigas compram *ele/*eles para ela.
 b. Maria usou um vestido amarelo porque suas amigas compraram ele para ela.
- (79) a. Maria usa vestido de festa bonito só quando suas amigas compram *ele/*eles para ela. (Ao menos em uma das interpretações)
 b. Maria usou um vestido de festa bonito porque suas amigas compraram ele para ela.
- (80) Maria usa bonito vestido de festa só quando suas amigas compram ele para ela.
- (81) Maria usa provável vestido de noiva da sua irmã no Expo Noivas e Festas porque ele combina muito com ela também.

Uma teoria que postula que todos os adjetivos são gerados de forma semelhante na posição pré-nominal, como ocorre com as teorias apresentadas no capítulo um deste trabalho, é incapaz de prever estas diferenças de comportamento.

Além de explicar o aparecimento de adjetivos pós-nominais em NPs, assim como a impossibilidade de pré-nominais, a proposta de gerar alguns adjetivos na posição pós-nominal apresenta diversas vantagens sobre as outras mencionadas neste trabalho. Primeiro, dá conta de explicar a preferência dos adjetivos pela posição pós-nominal, visto que esta é a ordem básica, sem movimento.

Muller, Negrão e Nunes-Pemberton (2002) estudam a ocorrência de adjetivos em relação ao nome no Português falado. A tabela abaixo mostra os resultados desse trabalho descritivo. Observando-a, podemos ratificar a intuição de que se tem preferência pela posição pós-nominal do adjetivo em PB.

Distribuição dos adjetivos no <i>corpus</i> do Português Falado		
	Adjetivos	Número de ocorrências
Adjetivos antepostos	43	159
Adjetivos pospostos	457	1034
TOTAL	500	1193

Quadro 2: Distribuição dos adjetivos pré e pós-nominais no *corpus* do Português Falado em números absolutos.

Fonte: MULLER, NEGRÃO E NUNES-PEMBERTON (2002)

Os autores desse estudo comentam que os adjetivos que ocorrem pospostos ao nome formam uma lista variada no *corpora* pesquisado, com 457 adjetivos que não se repetem tanto (com as repetições, contabilizaram 1034 adjetivos pós-nominais). Já os pré-nominais formam um grupo pequeno, composto de apenas 43 adjetivos, e ainda com grande número de repetição de adjetivos (159, contando as repetições).

A proposta de gerar os adjetivos depois do nome (com exceção dos exclusivamente pré-nominais) também oferece uma explicação para o que ocorre com os dados de aquisição de adjetivos. Prim (em fase de elaboração) analisa a transcrição de fala de quatro crianças com menos de quatro anos, que chamaremos aqui de AC, L, G e T. O *corpora* é constituído de quarenta e quatro entrevistas orais transcritas em arquivos digitalizados pertencente ao CEAAL/PUC-RS e ao Banco de Dados do Projeto de Aquisição da Unicamp.

Foram analisados sete arquivos de gravação da criança AC, quando em idade entre um ano e oito meses e três anos e sete meses. Desde os primeiros arquivos transcritos já se percebe o uso de adjetivos pós-nominais, como em *estrela muito grande* (AC, 1;08), *tomate pequenininho* (AC, 1;10), *pintinho amarelinho* (AC, 1;10). Até os três anos e sete meses de idade, não se encontram em seus dados adjetivos pré-nominalizados, mas aos dois anos e três meses nota-se que aparece *é grande esse* (AC, 2;03), que poderia estar sinalizando o aparecimento dos primeiros adjetivo movidos/ pré-nominais.

Nos dados de L, também se podem encontrar dados de adjetivos pós-nominais desde o primeiro arquivo, gravado quando a criança estava com um ano e quatro meses de idade, em que já produzia *coisa feia* (L, 2;02), e nos dois meses seguintes, *papaizinho bonito* (L, 2;03), *a boca grande* (L, 2;04). Os dados de L foram transcritos até que a criança completasse

dois anos e quatro meses, totalizando dezenove arquivos. Em nenhum deles encontramos adjetivos antepostos ao nome.

O terceiro conjunto de arquivo de dados, da criança G, é composto de seis arquivos gravados no período em que a criança estava com idade entre um ano e dez meses e três anos e seis meses. Novamente pudemos encontrar adjetivos pospostos ao nome desde os dois anos e três meses, como em *lápiz amarelo* (G, 2;03), *uma escada bem comprida* (G, 2;03), *fita amarela* (G, 2;03). Em nenhum dos arquivos encontram-se adjetivos antepostos ao nome.

Por fim, buscaram-se nos doze arquivos transcritos da fala de T, gravados entre dois anos e dois meses e três anos, dados de adjetivos pré e pós-nominais. Desde o primeiro arquivo encontramos *nesta data ida* (T, 2;02), que sinaliza um particípio pós-nominal. Mas os dados de T são mais surpreendentes: encontramos no arquivo em que T estava com dois anos e sete meses *bonito carro* (T, 2;07), sem que ninguém houvesse produzido este mesmo adjetivo anteposto ao nome nesta gravação. Nos arquivos subsequentes, não se encontram novos dados de adjetivos pré-nominais.

Esses dados deixam bastante claro que os adjetivos pós-nominais aparecem na fala da criança meses antes de um pré-nominal, mas é necessário um estudo mais aprofundado para entendermos em que momento a criança começa a produzir tanto os pré-nominais quanto os pós. A investigação de Prim (em fase de elaboração) apontou apenas algumas evidências de que os pós-nominais surgem antes dos pré-nominais. Isto está em consonância com nossa proposta de que os qualificativos e os relacionais são gerados no campo pós-nominal e que os exclusivamente pré-nominais são gerados mais altos que o nome, pois se estas três classes estivessem em igualdade de acesso na gramática da criança, não haveria distinção quanto à produção de um ou outro adjetivo. Teorias que defendem que os adjetivos são todos gerados numa posição mais alta que o nome, como as que vimos no capítulo 1, teriam que dizer que as crianças começam com o movimento e apenas alguns meses/anos depois passam a produzir adjetivos *in situ*. Isso não seria tão problemático se lembrarmos que os adultos utilizam-se com muito mais frequência de adjetivos pós-nominais, e a criança seria capaz de perceber este fato. Contudo, Mendes (2015) mostra que as crianças se utilizam mais de possessivos pospostos ao nome, mesmo que os adultos tenham preferência pelos possessivos pré-nominais. Se, no caso dos possessivos, não temos razões para defender que estas estão se baseando na fala do adulto, no caso dos adjetivos também não temos. Essas categorias são

bastante semelhantes, e a comparação entre elas seria enriquecedora, mas vamos deixar este ponto para pesquisas futuras. Defendemos, portanto, que a criança não começa pelos adjetivos pós-nominais porque é esta a posição que o adulto utiliza com maior frequência, e sim porque a criança ainda não move o adjetivo para uma posição mais alta.

Na subseção 2.4.3 apresentaremos outros argumentos para se defender que estes adjetivos são gerados no campo pós-nominal. Antes, devemos entender quais são e como se comportam estes adjetivos.

2.2 Os adjetivos pós-nominais

Consideramos, portanto, que os adjetivos exclusivamente pós-nominais e os adjetivos que têm a possibilidade de ocorrer nas duas posições, a saber, os qualificativos e os elativos (as características desta classe de adjetivos serão apresentadas em 2.2.2), são gerados diretamente no campo pós-nominal, e que os exclusivamente pré-nominais são os únicos adjetivos gerados diretamente no campo pré-nominal.

A classificação de adjetivos pós-nominais de que partiremos é a de Bosque e Picallo (1996). Os autores apontam que os adjetivos pós-nominais (em espanhol, mas também em português) podem ser de dois tipos, relacionais e qualificativos. Os primeiros se subdividem em duas subclasses, classificativos e temáticos. E os temáticos podem ser étnicos ou referenciais. Para efeitos sintáticos, a distinção das subclasses dos temáticos não se mostra relevante.

NOME	PÓS-NOMINAIS			
	EXCLUSIVAMENTE PÓS-NOMINAIS		PODEM SER PRÉ OU PÓS-NOMINAIS	
	RELACIONAIS		QUALIFICATIVOS	
	CLASSIFICATIVOS	TEMÁTICOS		(INCLUI ELATIVOS)
		ÉTNICOS	REFERENCIAIS	

Quadro 3: Classificação de adjetivos pós-nominais de acordo com Bosque e Picallo (1996).

Bosque e Picallo (1996, p.369)²⁷ apontam que a ordem em que encontramos estes adjetivos pós-nominais dispostos no DP é a que segue. (83) exemplifica (82).

(82) Det > Nome > Classificativos > Temáticos > Qualificativos

- (83) a. Uma comédia musical americana divertida
 b. *Uma comédia divertida musical americana
 c. *Uma comédia musical divertida americana

Vamos apresentar separadamente os adjetivos exclusivamente pós-nominais, também chamados relacionais, e na subseção seguinte, as propriedades dos qualificativos, ou adjetivos pré e pós-nominais.

2.2.1 Adjetivos relacionais ou adjetivos exclusivamente pós-nominais

Atentemo-nos primeiramente aos adjetivos exclusivamente pós-nominais, ou seja, aos relacionais²⁸. Estes aparecem mais próximos ao nome do que aqueles com posicionamento variável. Por não se tratar de uma classe homogênea, a subdivisão em temáticos e classificativos é sugerida por Bosque e Picallo (1996). A diferença entre adjetivos temáticos e classificativos estaria aclarada pela relação que estes adjetivos estabelecem com o nome núcleo. Os temáticos estabelecem uma relação do tipo argumental com o nome, ou seja, o adjetivo temático absorve o papel temático licenciado lexicalmente pelo nome. O exemplo (84) mostra *baleeira* como um adjetivo temático, situação em que se pode interpretar o NP como *pesca de baleias*; e no exemplo (86), o nome mais o adjetivo temático podem ser interpretados como *produzir automóveis*. Já os classificativos não absorvem papel theta (isto porque os autores não assumem que em (85) o nome *parque* inclui uma função argumental locativa temporal na sua grade temática, que seria absorvido por *jurássico*). O

²⁷ No trabalho citado, Bosque & Picallo decidem tratar somente de DPs indefinidos, que, segundo eles, possuem uma ordem mais restrita. Os autores também se concentram mais nos adjetivos relacionais e na distinção classificativos e temáticos, e deixam, portanto, os qualificativos fora do foco do seu trabalho.

²⁸ Bosque e Picallo comentam que alguns autores, em geral semanticistas gerativos, chamam a esta mesma classe de pseudo-adjetivos.

adjetivo *jurássico* neste caso introduz um domínio no qual o objeto denotado pelo nome núcleo é classificado. O mesmo caso ocorre em (87).

- (84) Pesca baleeira (temático/ argumental)
- (85) Parque jurássico (classificativo/ adjunto)
- (86) Produção automobilística (temático/ argumental)
- (87) Excursão automobilística (classificativo/ adjunto)

A diferença, portanto, seria que os temáticos são absorvedores de papel temático, e funcionam como argumento, enquanto os classificativos são adjuntos. A proposta de classificar e prever o posicionamento dos adjetivos deste modo obriga os autores a assumir estruturas diferentes para os seguintes exemplos:

- (88) a. Estrutura molecular
- b. Estrutura molecular do aço

Em (88a), o adjetivo, na visão de Bosque e Picallo, seria temático, visto que indica um possuidor, argumento ou participante do nome. Já em (88b), o adjetivo *molecular* é classificativo, visto que o papel de possuidor é saturado pelo genitivo *do aço*. A diferença entre adjetivos temáticos e classificativos, portanto, não é léxica, mas sintática; o mesmo ocorre também com qualificativos. Em outras palavras, um mesmo adjetivo pode ser temático, classificativo ou qualificativo, dependendo do nome com o qual se combina.

De qualquer modo parece que através deste ponto de vista pode-se prever que a presença de um adjetivo relacional no DP está completamente condicionada ao nome que o antecede e o seleciona. A distinção entre classificativo e temático apresenta como efeitos sintáticos, na visão de Bosque e Picallo, a organização hierárquica no DP e conseqüentemente a ordem estrita. Estes adjetivos só ocorrem pospostos ao nome, e seu significado depende claramente do nome que o antecede. Por isto, defenderemos (diferentemente de Bosque e Picallo, como esclareceremos ao longo desta subseção) que os relacionais são gerados na posição que imediatamente segue o nome (apresentaremos a estrutura proposta por Bosque e Picallo na subseção 2.4.1 e a que gostaríamos de propor em 2.4.3).

Como os adjetivos temáticos e os classificativos são ambos exclusivamente pós-nominais, é válido investigarmos se não poderíamos considerar estes dois tipos de adjetivos como pertencentes à mesma posição sintática. Para chegarmos a uma resposta, apresentaremos primeiramente as propriedades de cada um dos tipos de adjetivos citados a fim de descobrirmos suas semelhanças e diferenças para então avaliarmos a necessidade de postular diferentes projeções sintáticas para os temáticos e classificativos.

Os adjetivos temáticos, como dissemos, saturam um papel semântico lexicalmente licenciado pelo nome núcleo, e por isso a distribuição destes é mais limitada que a de adjetivos classificativos; devem combinar-se com nome eventivo, para atuarem como adjetivos temáticos. Bosque e Picallo (1996) apontam que a sequência de dois adjetivos temáticos obedece à hierarquia temática. Na coocorrência de dois adjetivos temáticos, o que absorve papel de tema se encontra mais próximo ao núcleo que aquele que absorve agente ou possuidor. Para exemplificar: em (89a), mulheres estudam a obra de Rodoreda; em (89b), Rodoreda estuda as mulheres. Em (90b), nos deparamos com a agramaticalidade do DP por motivos semânticos, e não sintáticos, visto que *marisqueira* não pode ser agente e *galega* não pode ser tema de *produção*.

- (89) a. Estudos rodoredianos femininos
 b. Estudos femininos rodoredianos
- (90) a. Produção marisqueira galega
 b. *Produção galega marisqueira

Mas só podemos dizer que a sequência de dois temáticos obedecerá à hierarquia temática se os dois adjetivos estiverem nas mesmas condições sintáticas. Dito de forma mais clara, há certas propriedades que se aplicam independentemente da ordem dos papéis temáticos ou regras de coocorrência de classificativos e temáticos; por exemplo, quando um dos modificadores que possui papel temático é um PP e não um AP, este PP²⁹ irá aparecer

²⁹ Os modificadores na forma adjetival ou na forma genitiva, apesar de se parecerem muito semanticamente, têm requerimentos sintáticos diferentes. Enquanto os adjetivos classificativos sempre são concatenados obedecendo uma regra de subespecificações, os PPs podem ser concatenados cada vez mais superespecificados, o que também garante ao nome mais definição.

(i) Literatura medieval francesa
 (ii) A porta de madeira da casa 40 da rua Pio XII.

após o adjetivo temático, ainda que o genitivo tenha papel theta de tema e o adjetivo papel de agente (que é exatamente o que ocorre em (91) e (92a)).

(91) A organização papal da Curia (*papal* é agente e *da Curia* é tema)

(92) a. A produção manual de camisetas

b. A produção maravilhosa de camisetas.

Tanto os adjetivos relacionais como os genitivos saturam funções semânticas licenciadas lexicalmente (no caso dos adjetivos temáticos) ou introduzem modificadores restritivos (classificativos). Os PPs, de fato, alteram a ordem básica que é encontrada com os APs. Mesmo em casos em que há um adjetivo qualificativo, o PP que contém tema poderá suceder o adjetivo qualificativo, como mostra (92b). A presença de genitivos no NP/DP acrescenta ainda mais complexidade à discussão e deixaremos este ponto para futuras investigações.

Já os classificativos, diferentemente dos temáticos, não saturam papéis semânticos lexicalmente licenciados pelo nome, mas incorporam diferentes funções semânticas ao núcleo N. Outra diferença destes adjetivos para os temáticos é o tipo de nome com o qual se combinam. Bosque e Picallo comentam que os classificativos funcionam como modificadores restritivos e são permitidos com todos os tipos de nomes, inclusive com eventivos.

(93) Análise sintática/ estilística/ periódica

(94) Dança clássica

Visto que classificativos também ocorrem com nomes eventivos, o esperado é que nestas situações possa haver ambiguidade entre os tipos de adjetivos. No exemplo abaixo, *americana* pode ser interpretado como um adjetivo temático (política feita na América), como classificativo (política relacionada à América) ou ainda como qualificativo (política ao estilo da que é feita na América), o que mostra que não é de fato o léxico que determina a classe a que pertence cada adjetivo.

(95) Política americana

Isto porque o nome seleciona o tipo de adjetivo com o qual pode ocorrer. Para dar alguns exemplos: nomes eventivos podem selecionar adjetivos temáticos, como já mostramos, mas não adjetivos de cor, por exemplo. No exemplo (96b) abaixo, podemos ter *verde-amarelo* se combinando com um nome eventivo porque este adjetivo está fazendo referência ao povo brasileiro, e se entende como *invasão dos brasileiros*. Sem essa leitura, não podemos interpretar o adjetivo de cor quando acompanhado de um nome eventivo. Já com nomes concretos ocorre exatamente o oposto: não ocorrem com adjetivos temáticos, mas sim com adjetivos de cor. Já mostramos que *baleeiro* pode ser um adjetivo temático (cf (84), retomado como (97a)). Mas quando acompanhado de um nome concreto (cf (97b)), este adjetivo não poderá mais ser interpretado do mesmo modo, pois já não há um verbo na contraparte verbal para termos um adjetivo temático. Em (97b), o adjetivo é classificativo. Adjetivos de nacionalidade, por sua vez, podem se combinar com qualquer um dos dois, a depender do nome que o antecede (cf (98a), em que o adjetivo é um classificativo, e (98b), com um adjetivo temático).

- (96) a. *Demolição amarela
 b. Invasão verde-amarelo
- (97) a. Pesca baleeira
 b. Bote baleeiro
- (98) a. Vinho chileno
 b. Produção chilena

Sobre a coocorrência de relacionais, de modo geral podemos dizer que a ordem de dois adjetivos temáticos obedece a ordem tema-agente, como mostrado anteriormente, que a coocorrência de classificativos e temáticos terá o classificativo mais próximo ao nome (se não houver PP ou outros elementos que ofereçam “peso” para o adjetivo) e que dois ou mais classificativos coocorrendo obedecem a subespecificações³⁰ sucessivas. Quando a

³⁰ Muitos autores postularam que a leitura do adjetivo seria específica ou não-específica, mas não estamos de acordo, porque o adjetivo só não tem seu papel restritor se este não restringe de nenhum modo o nome que o acompanha. Este seria o caso dos adjetivos epítetos, como o que foi apresentado na nota 22; ou seja, os epítetos

permutação de dois classificativos é permitida, temos o adjetivo mais próximo ao núcleo denotando um conjunto menos subespecificado do que aquele formado pelos dois adjetivos pós-nominais. Tomemos o exemplo (100) para elucidar o que estamos dizendo: tanto é possível que do grupo de literaturas medievais se separe as que são francesas, quanto que do grupo das literaturas francesas se separe as que são medievais.

- (99) a. Coma alcoólico metílico
 b. *coma metílico alcoólico
- (100) a. Literatura medieval francesa
 b. Literatura francesa medieval
- (101) Uma construção [classificativo civil renascentista] [temático italiana] [qualificativo maravilhosa]

Ao adotarmos uma explicação que se baseia na subespecificação para dar conta da ordem dos adjetivos pós-nominais, eliminamos a necessidade de se considerar que a sintaxe faz distinção entre adjetivos de cor, nacionalidade, tamanho, como as teorias cartográficas propõem – como a proposta de Cinque (2010). Essa distinção é irrelevante para a sintaxe. Se um adjetivo de cor ocorre depois de um adjetivo de nacionalidade, é porque este último aparece no DP subespecificando o NP já formado por um nome e outro adjetivo³¹, e não porque adjetivos de cor devem suceder adjetivos de nacionalidade.

Além do mais, podemos ter adjetivos classificativos e temáticos coocorrendo, como mostramos. Para muitos autores, isto é indício de que não podemos pensar em uma única

são os adjetivos designados neste trabalho como não-específicos, pois eles não dependem do contexto para se verificar seu valor de verdade. Sua leitura nunca é específica. Nos demais casos, o adjetivo terá leitura específica ou subespecífica. No caso dos relacionais, estes serão sempre adjetivos subespecíficos. Este termo, subespecífico, foi utilizado por Bosque e Picallo (1996), e seguiremos o mesmo significado atribuído pelos autores ao termo: o adjetivo imediatamente seguinte ao nome denota uma classe maior do que aquele que o segue, que denota uma subclasse.

³¹ Borges Neto (1985) aponta um exemplo que nos mostra que é necessário ir um pouco além desta regra de subespecificação. Em (i) e (ii), o nome é acompanhado por dois adjetivos relacionais, e a regra de ordenar os pós-nominais de forma que os mais distantes do nome sempre estejam subespecificando o nome mais o adjetivo que o antecede não explica a impossibilidade de (ii).

- (i) Físico nuclear brasileiro
 (ii) *Físico brasileiro nuclear

Poderíamos argumentar que *físico nuclear* forma um composto, mas vamos ver que esta análise apresenta problemas, por prever comportamentos que este exemplo não possui. A resolução deste problema deve estar ligada ao fato de *brasileiro* ser um adjetivo intersectivo no exemplo acima, diferentemente de *nuclear*. Não vamos explorar esta problemática nem esta possibilidade de solução.

posição estrutural para ambos. Contudo, como vimos, podemos ter a coocorrência de mais de um classificativo ou de mais de um temático e isso não representa uma evidência de que se trata de classes de adjetivos diferentes, portanto. A previsibilidade da ordem dos adjetivos tem de ser independente de tratarmos os classificativos e temáticos como duas subclasses que ocupam posições sintáticas distintas.

Um desafio para a postulação de que há uma única posição sintática para estes adjetivos é explicar a ordem restrita que pode haver entre temáticos, ou classificativos e temáticos. A inversão nos seguintes exemplos resulta em agramaticalidade, de acordo com Bosque e Picallo (1996).

- (102) Uns resíduos atômicos soviéticos
- (103) Uma produção manual cesteira
- (104) a. Uma guerra religiosa fraticida
- b. *Uma guerra fraticida religiosa
- (105) a. Reformas agrárias governamentais
- b. *reformas governamentais agrárias

Uma possibilidade seria buscar argumentos que sugiram que o nome e o classificativo formam um composto. Essa ideia é defendida por alguns autores, incluindo Crisma (1990). A ideia, a princípio, pode ser interessante, mas defenderemos, assim como Bosque e Picallo (1996, p.363-366), que a análise deste complexo como um composto prevê comportamentos que estes não possuem. A primeira diferença a se apontar é que compostos (cf (106)) não permitem que o núcleo seja nulo, como ocorre com os adjetivos classificativos (cf (107)).³²

- (106) *Vi os amores-perfeitos e os []-agarradinhos³³

³² Em alguns casos, pode haver nome nulo em coordenação de compostos, como é o caso de (i). No entanto, mesmo nestes casos não é igualmente aceitável a ocorrência de um determinante entre o primeiro e o segundo termo da coordenação:

- (i) Os adjetivos pré e pós-nominais
- (ii) ?Os adjetivos pré e os pós-nominais

³³ *Amor-agarradinho* é um nome de uma trepadeira nativa do México, cultivada como ornamental, também chamada de cipó-coral, cipó-de-mel, entre outros nomes populares.

(107) Os ataques aéreos e os [] terrestres

A coordenação de compostos também oferece evidência adicional para não tratarmos nome-adjetivo classificativo como um composto, visto que dois complexos formados por nome-adjetivo classificativo (ver (108)) não podem ser modificados por um mesmo adjetivo, diferentemente dos compostos (ver (109)).

(108) *Estudo fonético experimental e fonologia teórica franceses

(109) Vendemos carne-seca e cachorro-quente caseiros

E, por fim, os compostos (cf 111) não podem sofrer processos sintáticos da forma como os nomes e classificativos (cf (110)) podem. O exemplo em (111) claramente não se refere a *amor-perfeito* e a *amor-agarradinho*, mas em (100) percebe-se facilmente o processo sintático aplicado em *tortilha francesa* e *tortilha espanhola*.

(110) A melhor tortilha é a francesa, mas eu também gosto da espanhola.

(111) O amor mais bonito é o perfeito, mas eu também gosto do agarradinho.

Levando em consideração a ordem classificativos-temáticos descrita por Bosque e Picallo, devemos relativizar o paralelismo que se faz com a grade temática do verbo. Foi dito que o adjetivo temático que indica tema deve estar mais próximo ao nome que o que indica o agente, mas um adjetivo classificativo se comportaria de forma semelhante a um adjunto de verbo, e ainda assim aparece mais próximo do nome que o adjetivo que portaria o papel temático de tema, que seria paralelo aos argumentos do verbo (cf novamente exemplos (102 – 105)). Para seguir a grade temática no domínio do nome, e manter os argumentos próximos a seu selecionador, teríamos que propor a formação de um composto [nome classificativo], mas não há evidências sintáticas para essa aproximação, como dissemos anteriormente. Não poderiam ser complementos porque, como mostramos, sua ordem não é a mesma encontrada ao observarmos o verbo, os argumentos e os adjuntos: no caso dos adjetivos, os classificativos aparecem mais próximos ao nome que os temáticos. Além do mais, diferentemente da contraparte verbal, quando o nome é um deverbal não necessariamente

teremos um adjetivo temático preenchendo seus papéis temáticos, ou seja, não há obrigatoriedade na saturação dos papéis temáticos, como ocorre com o verbo. Vamos considerar assim que os adjetivos relacionais são adjuntos³⁴.

(112) a. O presidente respondeu a ameaça rapidamente.

(113) a. Resposta presidencial

b. Resposta rápida

O que vamos defender é que os temáticos e os classificativos têm um comportamento similar e por isso pode-se considerar que há somente uma posição estrutural para estes adjetivos, que são igualmente adjuntos. A subclasse a que o adjetivo pertence, se temático ou classificativo, é definida somente quando levamos em consideração o nome com o qual o adjetivo se combina, e isto é incompatível com a postulação de duas posições sintáticas diferentes para estes adjetivos, visto que a diferença entre eles é simplesmente que os temáticos só se combinam com nomes deverbais e os classificativos podem se combinar com outros nomes. Mas a restrição com os classificativos também é clara. Os adjetivos de cor, por exemplo, não se combinam com nomes deverbais (já mostramos em (96a)), ao menos com sua leitura intersectiva. Esta é uma das maiores razões para postular-se neste trabalho que os classificativos e temáticos possuem uma única posição estrutural. Isto significa que a impossibilidade de coordenação destes adjetivos se deve ao tipo de nome com o qual cada um se combina³⁵. Apontaremos a seguir algumas semelhanças entre estes adjetivos.

Tanto os classificativos quanto os temáticos são incapazes de receber modificação de um advérbio de grau ou de um outro elemento (incluindo morfema *-íssimo* ou diminutivo), visto que relacionais mais nomes atuam como um *subkind* do nome. Por esta mesma razão, estes adjetivos nunca são polares. Mesmo os adjetivos de cor, quando são relacionais, não podem ser modificados. Da mesma forma, também não podem receber complementos. (Na

³⁴ Uma alternativa seria considerar que os pós-nominais são gerados em uma Small Clause. Descartamos essa possibilidade porque os relacionais, com raras exceções (ver nota 36), não podem ser predicativos, ao contrário do que se esperaria se estivessemos propondo Small Clauses.

³⁵ Fica em aberto como explicar o fato de não se poder coordenar com facilidade um adjetivo temático e um classificativo quando o nome que os antecede é eventivo, já que os dois tipos de adjetivos podem se combinar com nomes eventivos e ocupam a mesma posição sintática. Um exemplo mais aceitável seria:

(i) A produção brasileira (temático) e internacional (classificativo).

subseção 2.2.2, mostraremos que essas propriedades são compatíveis com os adjetivos qualificativos).

- (114) *um parque muito jurássico
- (115) *uma aliança bastante báltica
- (116) *o quadro muito negro
- (117) *o físico nuclearzinho
- (118) *relógio digitalíssimo
- (119) *Parque jurássico de se visitar

Outra semelhança que apresentam os temáticos e classificativos é que a negação denota que não há nada incluído no tipo denotado pelo nome base, como mostra (120 -121). Já os qualificativos, que são pós-nominais que também ocorrem antespostos ao nome, expressam uma propriedade mais baixa na escala (exemplos 122 - 123). Sobre os qualificativos, falaremos na subseção seguinte.

- (120) Uma intervenção não bélica (sem guerra)
- (121) Resíduos não atômicos (tudo que é resíduo e não é atômico)
- (122) Uma intervenção inútil (abaixo do suficiente para ser útil)
- (123) Uma atitude não inteligente (não surtiu os efeitos desejados, mas não quer dizer que foi estúpida a atitude)

A terceira razão para defendermos que os dois tipos de adjetivos ocupam a mesma posição sintática é que nenhum destes adjetivos pode ser nominalizado; somente os qualificativos podem receber sufixos em -idade, como mostra (126). Ainda é preciso entender de que forma esta característica se relaciona com a posição que estes adjetivos ocupam.

- (124) a. Uma intervenção bélica
- b. *A belicidade da intervenção
- (125) a. Uma aliança báltica

- b. *A balticidade da aliança
- (126) a. Um quadro negro
- b. A negricidade do quadro verde

Em (126), o deadjetival é bem formado porque o adjetivo de base também pode ser lido como qualificativo. A inserção de outro adjetivo de cor com função relacional evidencia que o adjetivo nominalizado não tem função relacional.

A quarta semelhança que apontaremos é que de modo geral estes adjetivos não podem ser predicados³⁶ (nem em orações copulativas nem em Small Clauses, como mostra (127)); quando a sentença é gramatical com o adjetivo em posição predicativa, a leitura é de adjetivo qualificativo.

- (127) a. Este ator é dramático (qualificativo)
- b. Considero dramático este autor (qualificativo)
- (128) a. Um ator dramático (ambíguo: relacional ou qualificativo)
- b. Um ator que atua em dramas (relacional)
- c. Um ator que é dramático no modo de ser (qualificativo)

Uma particularidade dos relacionais é que estes adjetivos em geral indicam hábitos: um ator dramático, com leitura relacional, não pode ser aquele ator que alguma vez fez um drama, e sim o que habitualmente atua em dramas.

Por fim, a quinta evidência de que estes adjetivos devem compartilhar a mesma posição estrutural é a sua impossibilidade de ligar anáforas. Adjetivos temáticos não são acessíveis aos pronomes anafóricos, assim como os adjetivos classificativos. Em tempo: o questionamento acerca da possibilidade de um adjetivo ligar uma anáfora só tem cabimento para os adjetivos temáticos, que seriam a contraparte do argumento do verbo. Mas nem mesmo estes adjetivos podem ligar anáforas, o que, adicionado ao fato de não aparecerem

³⁶ Em alguns casos (não está claro como prever sistematicamente quais os casos) o adjetivo relacional pode aparecer em posição pós-copular. Sobre este tema, veja McNally e Boleda (2004). Mas a discussão não se esgota, e esta propriedade ainda requer mais estudos.

- (i) O congresso é internacional
- (ii) O conflito é político
- (iii) A tuberculose pode ser pulmonar.

obrigatoriamente num DP contendo nomes eventivos, acrescenta evidências de que não é essencial postularmos uma posição sintática exclusiva para estes adjetivos temáticos.

(129) *a destruição albanesa de si mesma

(130) *a viagem presidencial_i ao estrangeiro para PRO_i evitar seu processo.

Neste momento, retomamos a pergunta feita anteriormente: se queremos considerar que há somente uma posição sintática para adjetivos que são exclusivamente pós-nominais, como podemos explicar a afirmação feita por Bosque e Picallo, de que os classificativos devem obrigatoriamente aparecer mais próximos ao nome que os temáticos, sendo que a inversão pode resultar em agramaticalidade? Na verdade já vimos que a inversão não resulta em agramaticalidade nos casos em que o classificativo aparece na forma genitiva. Outro ponto é que a inversão é permitida quando se observam subespecificações feitas pelo classificativo. O exemplo (131a) foi apontado por Bosque e Picallo como evidência de que os classificativos devem obrigatoriamente estar mais próximos a N que os temáticos, mas (131b) também é aceitável, considerando que há mais de uma forma de produção cesteira.

(131) a. Produção manual cesteira

b. Produção cesteira manual

Lemle (1979) apresenta muitos outros exemplos interessantes acerca destas “inversões”. Se inseridos em um contexto discursivo adequado, mesmo os piores exemplos podem tornar-se aceitáveis³⁷. (132b), por exemplo, poderia ser facilmente taxado como agramatical, mas (132c) mostra um contexto em que este mesmo exemplo poderia ocorrer com maior aceitação.

(132) a. Instrumento musical raro

b. * Instrumento raro musical

³⁷ Neste sentido, o exemplo presente na nota 31 pode ser gramatical se inserido em contexto adequado:

(i) *físico brasileiro nuclear

(ii) Não busco físico brasileiro nuclear, mas sim computacionais.

c. Lamento muito, só coleciono instrumentos raros musicais. Não estou interessado em comprar o bisturi de Hipócrates.

Não é pretensão deste trabalho esgotar este ponto. Há muita discussão sobre os adjetivos exclusivamente pós-nominais que suprimiremos deste trabalho³⁸. A parte que de fato é importante para a discussão é a defesa de que os relacionais são selecionados semanticamente pelo nome, que têm posicionamento fixo na posição imediatamente seguinte a N (a estrutura será apresentada em 2.4.3) e que são gerados no campo pós-nominal. O que vamos propor é independente de postular-se ou não subramificações dentro desta posição sintática dos relacionais.

Antes de partirmos para os qualificativos e para as propostas sintáticas, é importante deixar claro que os adjetivos exclusivamente pós-nominais são completamente independentes do determinante que encabeça a estrutura. Isto se mostra importante porque veremos que este é mais um fator – bastante crucial para este trabalho – que os distingue dos qualificativos.

A evidência mais forte de que estes adjetivos não são influenciados pelo determinante já foi apresentada anteriormente: estes adjetivos ocorrem em NPs do PB, caso em que não há sequer a posição de determinante na estrutura. No exemplo (133a) abaixo, recuperado de (78), o adjetivo *amarelo*, um classificativo, ocorre em um NP. O mesmo adjetivo também ocorre em DPs (cf (133b)). Os exemplos (134a) e (135a) mostram adjetivos de nacionalidade sendo, respectivamente, classificativos e temáticos em NPs, e em (134b) e (135b) ocorrendo em DPs.

- (133) a. Maria usa vestido amarelo só quando suas amigas compram *ele/*eles para ela.
 b. Maria usou um vestido amarelo na festa, comprado por suas amigas.
- (134) a. Tem literatura francesa em promoção nesta livraria.
 b. A literatura francesa está em promoção nesta livraria.

³⁸Além do problema apontado na nota 31, uma outra discussão que omitiremos deste trabalho é como explicar a ambiguidade entre temáticos e classificativos, tendo em vista a defesa de que ocupam a mesma posição estrutural e pertencem a mesma grande classe dos relacionais. Ver, por exemplo, (95) e (124). Remetemos o leitor a Bosque e Picallo (1996).

- (135) a. Teve imigração italiana pro Brasil nos séculos XIX e XX.
 b. A imigração italiana pro Brasil ocorreu nos séculos XIX e XX.

Outra evidência seria negativa: não há casos de classificativos que são encontrados com um tipo de determinante, mas não com outro tipo. Se o nome permite semanticamente o *merge* com o adjetivo relacional, o adjetivo poderá ocorrer na posição posposta ao nome sem maiores ressalvas.

- (136) a. O escritor francês premiado ganhará uma viagem de presente.
 b. Um escritor francês premiado ganhará uma viagem de presente.
 c. Escritor francês premiado ganhará uma viagem de presente.

A seguir veremos como se comporta uma classe de adjetivo que não tem um único posicionamento possível na estrutura: a classe dos adjetivos qualificativos.

2.2.2 Adjetivos qualificativos ou adjetivos que ocorrem nas posições pré e pós-nominais

Sobre os qualificativos, também defenderemos que estes são selecionados pelo nome que os antecede. A ocorrência destes adjetivos em NPs, como mostramos anteriormente, evidencia que estes adjetivos também são gerados na posição posposta ao nome, mas numa posição estrutural diferente da posição que ocupam os exclusivamente pós-nominais. A razão para isto, além de ser em parte lexical, é baseada nas propriedades sintáticas que distinguem estas duas classes. Dissemos “em parte lexical” porque os adjetivos pós-nominais podem intercambiar de classe, de um ponto de vista lexical, o que resulta em propriedades sintáticas diferentes para adjetivos que aparentemente são iguais. Contudo, há certos adjetivos que são encontrados quase sempre como qualificativos, como *maravilhoso*, *estupendo*, *incrível*, etc.

Uma diferença destes adjetivos para os relacionais é que estes podem ocorrer também na posição pré-nominal, o que torna esta classe muito mais complexa que a de adjetivos exclusivamente pós-nominais. Argumentaremos que estes adjetivos podem mover-

se para a posição pré-nominal se o determinante motivar a subida do adjetivo. Mas deixamos esta parte da discussão para o próximo capítulo e nos concentraremos aqui nas suas propriedades enquanto adjetivo pós-nominal.

Um trabalho bastante citado na literatura em questão e que se atenta para esta relação nome-adjetivo é o de Larson (1998). A análise que propõe, muito mais semântica que sintática, aponta que o adjetivo seria um predicado de um lugar e que as interpretações que o adjetivo pode ter dependem também de algum tipo de complexidade existente na estrutura do núcleo nominal. O autor não propõe classes de adjetivos; e discute somente a relação que os adjetivos pós-nominais podem estabelecer com certos tipos de nomes e que o resultado disso é poder prever a ambiguidade destes adjetivos. Mas ao longo da apresentação de Larson (1998) ficará claro que ele se refere aos qualificativos pós-nominais.

Uma das metas de Larson é tratar da ambiguidade de adjetivos (pós-nominais, no caso do PB) em DPs. Larson postula um argumento evento para nomes com uma clara contraparte verbal (*administrador, dançarina, cantor*) e com uma contraparte referindo a um estado ou ação (*violinista* – que toca violino). No exemplo abaixo, o nome é um deverbal com uma estrutura complexa que contém, no mínimo, referência a alguma atividade e o agente da atividade: *administrador* é um predicado de dois lugares $\langle x, e \rangle$ sendo *e* a administração e *x* o agente da administração.

(137) João é um administrador inteligente.

Quando o adjetivo se combina com um nome denotando um par evento-indivíduo, o adjetivo pode ser predicado tanto de *x* quanto de *e*; a ambiguidade não é nada além desta possibilidade de o adjetivo ser predicado de parâmetros diferentes. Uma evidência disto é que, quando o argumento evento não está presente, em um nome como *homem*, a ambiguidade desaparece.

(138) João é um homem francês inteligente.

É preciso esclarecer qual quantificador de evento seria este que está em jogo. Chierchia (1995) propõe que predicados *individual-level* (IL) são inerentemente genéricos. Vimos anteriormente em Cinque (2010) que a leitura IL está mais próxima a N em relação à

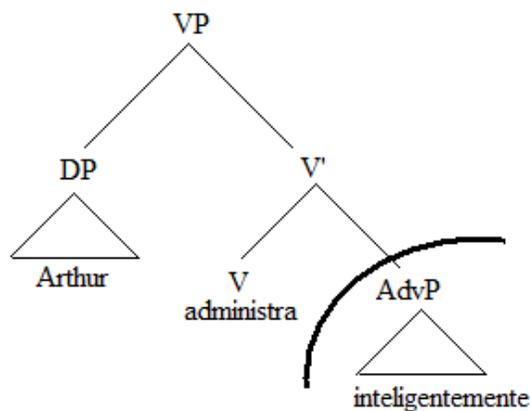
stage-level (SL). O que Larson propõe a partir disto é que há um quantificador genérico próximo a N e somente APs próximos o suficiente de N podem se prender a este quantificador, Γ . Em (139a) encontra-se o que foi proposto por Larson para o inglês e em (139b) uma proposta de tradução desta hipótese para o português. O ponto a ser ressaltado não é a ordem linear, mas a aproximação relativa a N.

- (139) a. [AP [Γ e [AP N]] AP]
 SL IL SL
 b. [Γ e [AP N AP] AP]
 IL IL SL

Comparativamente ao advérbio, o autor assume que adjetivos de modo nascem na posição pós-nominal, mesmo em inglês. A vantagem dessa opção para o autor é a complementação forma lógica/ sintaxe – (140) seria a forma lógica de (141a) e (141b) – pois assim a forma lógica e a sintaxe expõem quantificador, restrição e escopo ordenadamente³⁹.

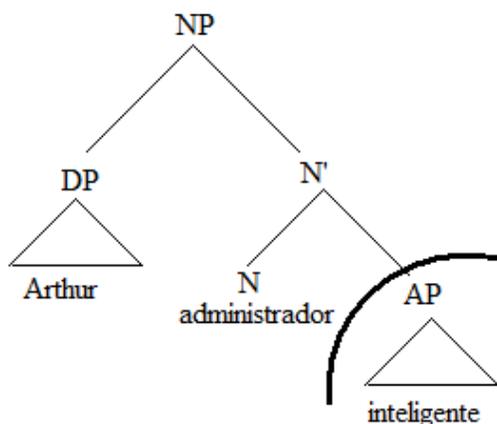
(140) Γ e [Con(e, Arthur) & administração (e, Arthur)] [inteligente (e,C)]

(141) a. [VP [DP Arthur] [V' [V administra] [AdvP inteligentemente]]]



³⁹ A literatura que defende a Antissimetria da Sintaxe, teoria proposta por Kayne (1994), assume que os advérbios são gerados à esquerda de V, assim como os adjetivos, numa ideia similar às apresentadas no capítulo um desta tese. No final do capítulo dois, argumentaremos pela geração à direita, mostrando-a (ainda) vantajosa para a teoria da gramática.

- b. [NP [DP Arthur] [N' [N administrador] [AP inteligente]]]



Encontramos assim na argumentação de Larson mais uma vantagem em se assumir que estes adjetivos são gerados no campo pós-nominal.

Mas para Larson, a postulação de um único quantificador mostrou-se simplista demais. O argumento que trouxe isto à tona é baseado na modificação temporal no DP. Adiantamos um pouco a discussão sobre os qualificativos em posição pré-nominal, para que a proposta de Larson fique mais clara. No exemplo (142a) não encontramos duas leituras disponíveis, como vemos em (142b). Em (142a), o adjetivo modifica o nome, mas em (142b) vemos que o adjetivo pode modificar também a relação de posseção. O autor defende que essa ambiguidade é refletida na estrutura ((143a) e (143b), respectivamente).

- (142) a. um antigo restaurante (antigamente era um restaurante)
 b. meu antigo restaurante (antigamente era um restaurante ou antigamente era meu)
- (143) a. [DP Meu [Poss [NP antigo [NP restaurante]]]] ('antigamente restaurante')
 b. [DP Meu [DP antigo [Poss [NP restaurante]]]] ('antigamente meu')

Em (142b) e (143b), há no DP uma posseção *stage-level* (SL). Isso sugere a Larson a presença de um quantificador de evento não-genérico, \exists . Em (144a), a proposta de Larson para o inglês e em (144b) a tradução desta hipótese ao português.

- (144) a. [DP \exists e [AP [Γ e [AP N]] AP]
 SL IL SL

b. $[_{DP} \exists e [\Gamma e [AP N AP]] AP]$

IL IL SL

Mas não nos parece ainda totalmente claro quais nomes requerem um argumento evento. Ainda que com os deverbais esteja mais clara a proposta, poderíamos pensar que nomes associados a uma atividade particular também tivessem um argumento de evento, mas este caso não é tão simples. *Professor* é um nome sem contraparte verbal em português, diferentemente do inglês (*teacher – to teach*), que também não se refere a um estado ou uma ação, mas isso não impede que haja ambiguidade no exemplo abaixo:

(145) Quem ganhou o concurso foi um professor atencioso.

a. ele ganhou pois dedicou atenção ao concurso (como participante)

b. ele é atencioso como professor, esta característica foi usada para referenciar o ganhador.

Talvez o problema seja assumir que ainda podemos recuperar a origem deverbal do nome *professor – aquele que professa*. Num primeiro momento nos parece mais claro apontar que são nomes deverbais e nomes relacionados à profissão.

Larson apontou casos em que há ambiguidade contendo adjetivos qualificativos, que podem predicar de eventos ou indivíduos se o nome for deverbal ou de profissão. Isto não quer dizer que estes adjetivos não se combinem com outros tipos de nome. De fato, estes adjetivos que podem ocorrer tanto na posição anteposta quanto na posposta ao nome podem se combinar com Ns variados e possuem características morfossintáticas próprias que os distingue dos relacionais. Nem todos os qualificativos possuem todas as propriedades que listaremos a seguir; por outro lado, se o adjetivo pós-nominal possuir qualquer uma delas, já se torna claro que o adjetivo pertence a esta classe.

A primeira característica já foi mencionada: alguns desses adjetivos podem ocorrer também na posição anteposta ao nome, mas se percebe que há alguns qualificativos que ocorrem somente na posição pós-nominal em português, como é o caso de *comum* em (147). Este também pode ser um argumento para a nossa proposta de que os adjetivos qualificativos são concatenados primeiramente na posição pós-nominal.

- (146) a. O livro maravilhoso que quero te recomendar
 b. O maravilhoso livro que quero te recomendar
- (147) a. Um pássaro comum
 b. *Um comum pássaro⁴⁰

A segunda característica é a possibilidade de nominalização de alguns dos adjetivos que pertencem a esta classe. Em (148a), temos um caso de ambiguidade entre a leitura relacional (em que popular indica um estilo de música) e a qualificativa (em que o adjetivo significa *conhecida*). Quando nominalizado, a leitura relacional desaparece (cf (148b)). Por outro lado, devemos dizer que estes adjetivos não formam nomes sistematicamente, como mostra (149).

- (148) a. Música popular
 b. A popularidade da música
- (149) a. Separação dolorosa
 b. *A dolorosidade da separação

Ao contrário do que a característica anterior pode nos fazer pensar, a classe a que o adjetivo pertence não pode ser determinada pelos sufixos que podem ou não ocorrer. Como dissemos, as classes não são formadas com bases léxicas, e isto significa que adjetivos formados pelos mesmos sufixos podem pertencer a classes diferentes em situações diferentes. No entanto, como os relacionais não permitem modificação por advérbio de grau, é esperado que os sufixos *-íssimo* e de diminutivo só ocorram com adjetivos qualificativos, o que de fato ocorre.

- (150) a. Menina bonita
 b. menina muito bonita
 c. menina bonitíssima

⁴⁰ Uma exceção seria “comum acordo”, que é uma expressão pronta que significa “com o assentimento de todos” e não “mero acordo”.

d. menina bonitinha

No entanto, alguns adjetivos, como *constitucional*, *legal*, *gramatical*, ocorrendo como adjetivo qualificativo, tampoco aceitam modificação por advérbio de grau. A razão parte de fora da linguagem – regras não são graduáveis. Estes adjetivos não aceitam modificação por *muito*, mas sim por *completamente*, *absolutamente*, etc.

Além destas características, já havíamos apontado anteriormente que os adjetivos qualificativos ocorrem com mais naturalidade na posição predicativa e que a sua negação não indica que nos referimos ao antônimo⁴¹. Mas, como dissemos, nem todos os qualificativos possuem todas essas propriedades, mas ao menos uma delas. Chamamos a atenção que o adjetivo *comum* em (147) não pode ocorrer em posição pré-nominal, mas aceita modificação e ocorre em posição predicativa; o adjetivo *doloroso* em (149) não pode ser nominalizado, mas pode ocorrer na posição anteposta ao nome, pode sofrer modificação por advérbio e ocorre em posição predicativa. Por fim, também apontamos que os qualificativos aparecem após os adjetivos relacionais (conferir, por exemplo, (83), (136) e (138)).

Esta classe de adjetivos é muito mais complexa de se definir que a classe dos relacionais. A modificação é um dos fatores que melhor define, talvez, a classe dos qualificativos – é bastante claro quais os qualificativos que não aceitam ser modificados, como apontamos anteriormente. Sendo assim, não é surpresa que os chamados *adjetivos elativos* possuam características semelhantes aos qualificativos. Esta nomenclatura não é muito difundida e merece esclarecimentos. O termo é empregado, dentre outros, por Bosque (2001), que explica que os adjetivos elativos podem ser separados em três tipos, a saber:

- I. Elativos morfológicos: são os adjetivos superlativos, com sufixo especial –íssimo.
- II. Elativos lexicais: são adjetivos que apresentam um grau extremo, mesmo que não haja morfologia especial para isto. Este é o caso dos adjetivos *maravilhoso*, *esplêndido*, *estupendo*, etc.

⁴¹ Também dissemos, quando falávamos dos relacionais, que os adjetivos exclusivamente pós-nominais não ligam anáforas, o que poderia levar a conclusão de que os qualificativos permitem. Mas a discussão a final não é relevante para os adjetivos qualificativos. Esta característica foi apontada por conta dos adjetivos temáticos, que se funcionassem exatamente como os argumentos de um verbo, deveriam ligar anáforas, o que não ocorre, como já apontamos anteriormente.

III. Elativos sintáticos: são adjetivos modificados por um advérbio de grau extremo, como é o caso de *incrivelmente perigoso*.

Contudo, utilizar uma nomenclatura diferente para estes adjetivos é desnecessário, visto que não defendemos aqui que as classes de adjetivos sejam formadas lexicalmente, e que as propriedades sintáticas de elativos e qualificativos são, afinal, as mesmas⁴². Os elativos lexicais e morfológicos ocorrem na posição pré-nominal sem maiores ressalvas, mas os elativos sintáticos não ocorrem antepostos ao nome de forma igualmente natural. Isto se deve a uma restrição do campo pré-nominal, que é a de não aceitar com naturalidade adjetivos modificados sintaticamente⁴³.

Diante do que foi exposto, é de se esperar que os qualificativos pós-nominais, assim como os relacionais, sejam selecionados apenas pelo nome com o qual se concatenam, mas não pelo determinante que encabeça a estrutura. De modo geral isto é ratificado pelos dados, mas há alguns exemplos que devem ser discutidos, e que serão apresentados a seguir.

2.3 Há relação entre determinantes e adjetivos qualificativos pós-nominais?

Argumentamos que os adjetivos qualificativos e os elativos são gerados no campo pós-nominal. Veremos no próximo capítulo que o movimento destes adjetivos para a posição pré-nominal ocorre somente se o determinante oferecer as condições necessárias para o movimento. Isto nos faz esperar que os determinantes não sejam selecionadores dos adjetivos qualificativos pós-nominais. Mas veremos que há alguns casos discutíveis.

⁴² Uma diferença entre qualificativos e elativos (especialmente os lexicais) é o licenciamento de elipse nominal. Isto porque os elativos são adjetivos que portam a opinião do falante, e portanto, sem informação compartilhada não há como encontrar a referência deste adjetivo. Este fato não invalida a aproximação que se faz entre qualificativos e elativos.

- (i) Me empresta a verde.
- (ii) *Me empresta a estupenda.
- (iii) ?Me aponta o inteligentíssimo.

⁴³ Em geral soa melhor o determinante definido com elativos sintáticos na posição pré-nominal que os indefinidos.

- (i) O incrivelmente perigoso canivete da Maria
- (ii) Um incrivelmente perigoso canivete da Maria

Um dado problemático para esta proposta é apresentado por Demonte (1999, p.65): em (151) temos um adjetivo elativo que não ocorre com naturalidade na posição pós-nominal (só quando há leitura de contraste) mas ocorre na pré-nominal quando o DP em questão é encabeçado por um definido. Com o determinante indefinido, estes adjetivos são possíveis tanto em posição pré quanto em posição pós-nominal, ainda que não haja contraste.

- (151) a. *Colocou o chapéu horrível/ belíssimo/ maravilhoso.
 b. Colocou o horrível/ belíssimo/ maravilhoso chapéu.
- (152) a. Colocou um chapéu horrível/ belíssimo/ maravilhoso.
 b. Colocou um horrível/ belíssimo/ maravilhoso chapéu.

Uma evidência de que estes adjetivos pós-nominais não estão sendo influenciados pelo determinante encontra-se nos exemplos que seguem, em que a presença de outro adjetivo pós-nominal legitima a presença do elativo pós-nominal em DP definido sem que a leitura de contraste seja obrigatória (cf (153)). Outra opção seria a presença de uma relativa, como em (154).

- (153) Colocou o chapéu roxo belíssimo.
- (154) Colocou o chapéu horrível que ganhou do irmão.

Leonetti (1999), que também discute a questão, aponta que muitos dos adjetivos qualificativos que bloqueiam o uso do definido em favor do indefinido são predicados factivos: os fatos que se apresentam como pressupostos são predicados que denotam juízos ou reações psicológicas, ou seja, que são voltados ao falante. O autor aponta que isto ocorre provavelmente porque o conteúdo semântico destes adjetivos enfáticos não os permite atuar como elementos restritivos e contribuir com a fixação do referente quando na ausência de outros modificadores. O mesmo é esperado, portanto, com outros adjetivos enfáticos, que só ocorrem com definidos se houver leitura contrastiva do adjetivo.

- (155) João ficou lá motivando *o/um jogador incrível.
- (156) Ela viu *o/um espetáculo magnífico.

(157) Protagonizou *o/um episódio absurdo/surpreendente/emocionante/inesperado.

Mas a presença de mais material modificador também legitima o uso destes adjetivos com o determinante definido.

(158) O espetáculo magnífico que a Maria me recomendou ver.

(159) Protagonizou o episódio absurdo/ surpreendente/ emocionante/ inesperado narrado pela Maria.

O uso de um advérbio de grau também faz supor que o falante registre sua opinião com o uso do adjetivo, e nestes casos a concatenação (*merge*) com determinante definido também é incompatível com nome e adjetivo qualificativo pós-nominal. Novamente o uso de mais material na posição posposta ao adjetivo qualificativo legitima a presença do adjetivo modificado.

(160) a. *o/um café bastante doce
b. O café bastante doce feito pela Maria

(161) a. *a/uma novela muito ruim
b. A novela muito ruim que a Maria insiste em ver

Parece que há mais casos que em princípio estão relacionados. Outros adjetivos tais como *extinto*, *comum*, *abundante*, *raro*, *escasso* também não aparecem em DPs definidos sem que haja complemento ou outro modificador a seu lado.

(162) a. *O pássaro comum (vivia na casinha que eu construí)
b. Um pássaro comum (vivia na casinha que eu construí)

(163) a. Traga-me o pássaro raro *(que foi citado no livro)
b. Traga-me um pássaro raro.

(164) Apontou o pássaro comum. (só com leitura de contraste)

(165) O pássaro mais comum da Nova Zelândia

(166) Se tu quiseres ver um/ø/*o pássaro comum, vá até o bosque da cidade.

A resposta que ofereceremos a esta questão é que os adjetivos, ainda nestes casos, são selecionados somente pelo nome, e não pelo determinante. Por serem adjetivos que só se combinam com *kinds* para formar *subkind*, o determinante definido não é capaz de selecionar por si um único indivíduo ao deparar-se com um subkind formado por nome mais adjetivo qualificativo, porque não há informação suficiente, mas na presença de outros elementos (conferir novamente (163a) e (165)) esta limitação se exaure.

Outros casos um pouco diferentes ocorrem quando a concatenação de um adjetivo qualificativo pós-nominal torna possível o uso de um determinante indefinido com nomes com os quais estes determinantes não se concatenam sem a presença do adjetivo.

- (167) a. *Se despediu com uma amabilidade.
 b. Se despediu com uma amabilidade inesperada.
- (168) a. *Fazia um frio.
 b. Fazia um frio intenso.
- (169) a. *Pela janela se via um céu.
 b. Pela janela se via um céu cinzento.

Parece que há nestes casos interdependência entre o adjetivo pós-nominal e o determinante indefinido, visto que a presença do adjetivo qualificativo exige a adição do determinante indefinido. Mas esses determinantes indefinidos podem ocorrer com os nomes *amabilidade*, *frio* e *céu* sem o adjetivo quando em construções associadas a uma entonação exclamativa. De qualquer modo, é curioso que quando não há adjetivo, a ausência de determinante é permitida na sentença não-marcada. Já quando o adjetivo está presente, a sentença não-marcada é a que porta o DP encabeçado por um determinante indefinido.

- (170) a. Se despediu com uma amabilidade...!
 b. Se despediu com amabilidade.
 c. ?Se despediu com amabilidade inesperada.
 d. Se despediu com esperada amabilidade.
 e. ?Se despediu com uma esperada amabilidade.

- (171) a. Fazia um frio...!
 b. Fazia frio.
 c. *Fazia frio intenso.

Estes exemplos se tornam previsíveis quando observamos que os nomes em questão, *amabilidade*, *frio*, *céu*, são nomes que a princípio não se subdividem em unidades que possam ser subespecificados para que o indefinido possa ocorrer de forma natural. A presença do adjetivo explicita as possibilidades de o nome ser subespecificado, e assim a presença do determinante indefinido é permitida.

Antes de encerrar o capítulo, falta-nos dissertar a respeito das posições sintáticas que ocupam os adjetivos exclusivamente pós-nominais e os adjetivos que ocorrem nas posições pré e pós-nominais, além de apresentar motivações para as escolhas teóricas que serão feitas.

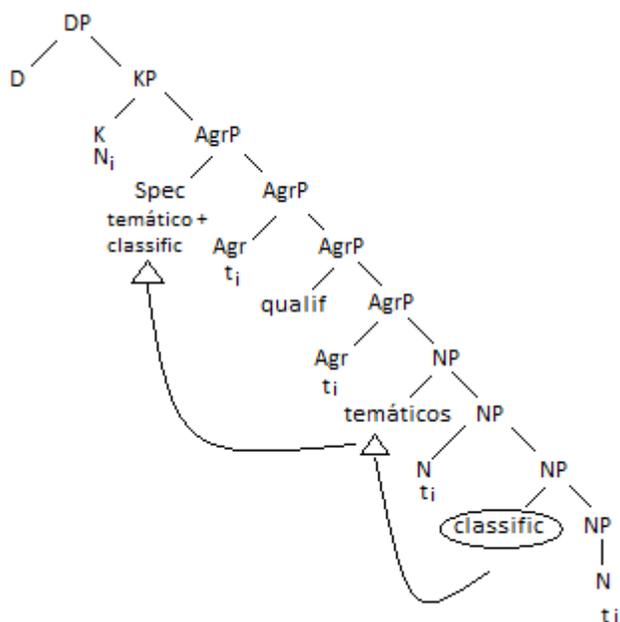
2.4 Propostas sintáticas para os adjetivos pós-nominais

Apresentamos anteriormente razões para se postular que os adjetivos relacionais e qualificativos (com os elativos) são gerados na posição posposta ao nome. Falta especificar sintaticamente quais seriam estas posições estruturais. Para tanto, vamos explicitar algumas hipóteses presentes na literatura a fim de localizar teoricamente o melhor caminho para nossa proposta.

2.4.1 *Bosque e Picallo (1996)*

A ideia de Bosque e Picallo (1996) é a de que os adjetivos temáticos, classificativos e qualificativos são gerados pré-nominalmente em posições de especificador – os qualificativos seriam gerados na posição de especificador de uma projeção de concordância e os temáticos e classificativos seriam gerados em Spec de projeções de NP – e que o nome se move para as posições de núcleo acima a fim de checar seus traços de gênero e número.

(172)



Os qualificativos, segundo esta proposta, não se moveriam porque podem checar seus traços numa configuração especificador-núcleo estabelecida com o nome movido. Os adjetivos classificativos e temáticos são gerados separadamente, mas formam um *cluster* antes de se moverem para Spec de AgrP. Isto pode ocorrer porque estes adjetivos estão em segmentos do mesmo NP. Estes adjetivos não conseguem checar seus traços na configuração spec-head com o nome e por isso também se movem. Um problema claro desta proposta é que o Spec AgrP já está ocupado pelo adjetivo qualificativo. Sobre este problema, Bosque e Picallo sugerem que o *cluster* formado por estes dois adjetivos seria capaz de saltar uma posição de especificador por ser equidistante do lugar de extração do complexo adjetival.

The C-AP⁴⁴ adjoined to the Th-AP can c-command its trace under Kayne's (1994) system. It is neither dominated by Th-AP nor by the higher NP node, given that the Th-AP and the NP that covers C-AP are segments (i.e. specifiers are adjoined phrases). Kayne's definition of c-command [...] allows the specifier of Th-AP (that is, the C-adjective) to c-command its trace in the lower NP [...]. The complex [C-AP, Th-AP] formed via adjunction of the C-adjective can proceed to [Spec, Agr] given that this position and the intervening [Spec, Agr] harboring the Q-adjective

⁴⁴ Os adjetivos classificativos são referenciados como C-AP, os temáticos como Th-AP, e os qualificativos como Q-AP.

are equidistant from the extraction site of the adjectival complex. (BOSQUE E PICALLO, 1996, p.375)

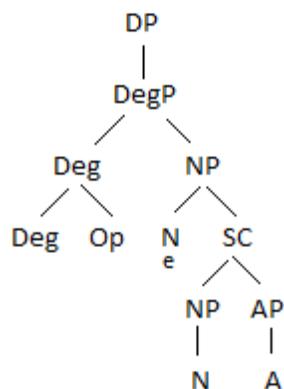
Essa proposta tem alguns pontos interessantes, como o *cluster* dos adjetivos relacionais, que ao final possuem uma série de comportamentos similares e seria possível considerá-los, e de fato estamos considerando, como pertencentes à mesma posição estrutural. Outro ponto importante de ressaltar é que nesta proposta o movimento do nome e dos adjetivos está justificado pela checagem de traços, ou seja, o movimento não ocorre somente para justificar a ordem final do nome e do adjetivo, problema frequente em teorias como as que foram apresentadas no capítulo um deste trabalho. Mas o fato de moverem-se somente os relacionais, que são adjetivos exclusivamente pós-nominais, e não mover qualificativos, que são adjetivos que mudam (ao menos aparentemente) de posição e leitura, parece algo pouco intuitivo. Ainda menos intuitivo é o movimento proposto, em que há um salto de posição de especificador justificado por equidistância. Também já apresentamos críticas neste trabalho quanto à proposta de gerar os adjetivos na posição pré-nominal, e portanto não nos parece interessante postular posições de especificador para adjetivos pós-nominais – consideramos que todos os pós-nominais são adjuntos. Também já defendemos que o movimento do nome não é capaz de oferecer uma explicação plausível para o comportamento dos adjetivos. Faz-se necessário, como alternativa, postular movimento de uma das classes de adjetivos da posição pós-nominal para a pré-nominal, como vamos ver ao longo deste e do próximo capítulo.

2.4.2 Demonte (1999)

Demonte propõe que os adjetivos qualificativos são gerados em uma Small Clause (SC), na posição irmã do nome. O núcleo nominal, vazio, é coindexado com o NP sujeito da SC. A autora propõe que estes adjetivos carregam opcionalmente um traço formal não-interpretável de grau (lembrando que este grupo de adjetivos é o único que pode receber modificação de grau). Quando este traço, que é um traço forte, é selecionado, o adjetivo sobe à projeção de grau DegP, localizada entre DP e NP, a fim de checar os traços carregados por núcleos lexicais (último recurso). O adjetivo na SC se adjunge primeiro ao núcleo de NP, a

fim de evitar a Minimal Link Condition, e o *cluster* se move a Deg, adjungindo-se a seu núcleo.

(173)



A presença deste traço não-interpretável induz a ocorrência de núcleos funcionais (domínios de checagem) com outros traços não-interpretáveis. Esta asserção faz com que a projeção DegP acima de N seja naturalmente justificada, segundo a autora.

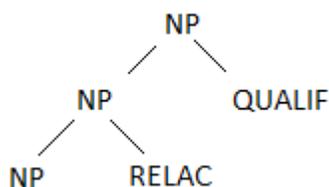
Os qualificativos são de fato os únicos adjetivos que podem ser modificados por grau; no entanto, é na posição pós-nominal, e não na pré-nominal, a que mais naturalmente vemos estes adjetivos modificados, o que não é intuído pela subida do adjetivo a uma categoria de grau. Os qualificativos pré-nominais antecededidos de indefinido, por exemplo, não aceitam com muita naturalidade a modificação por um advérbio de grau (já dissemos que os elativos sintáticos não ocorrem com naturalidade na posição pré-nominal), ainda que o adjetivo sem modificação não enfrente as mesmas restrições.

Também é questionável sua hipótese de gerar os qualificativos dentro de uma SC, visto que alguns poucos relacionais podem ser predicativos, como mostramos na nota 36, o que não os faz qualificativos. Ainda que se constitua em exceção, temos aqui um indício de que os predicativos não podem ser inseridos nas mesmas generalizações feitas aos qualificativos sem análise mais detalhada.

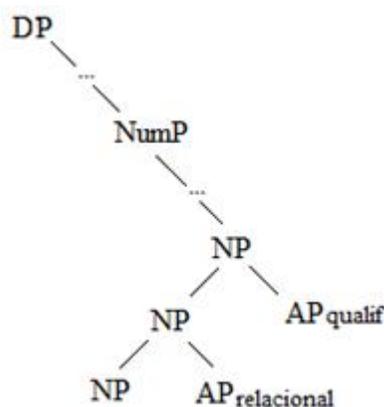
2.4.3 Adjetivos pós-nominais como adjuntos

Defendemos que os adjetivos pós-nominais são gerados em adjunção ao nome, diretamente na posição pós-nominal: os relacionais (que podem ser temáticos ou classificativos) são gerados mais próximos ao nome que os qualificativos. Como vimos, não há razões para postular-se que os adjetivos temáticos sejam complemento do nome e por isso atribuímos a estes adjetivos a mesma posição sintática dos adjetivos classificativos.

(174) a.



b.



O que apresentamos em (174a) acima é a estrutura de NPs contendo adjetivos pós-nominais sugerida para o PB: sem número e sem determinante. Já vimos que os adjetivos pós-nominais ocorrem em NPs sem restrições (ver (175) e (176b)), diferentemente dos adjetivos pré-nominais (ver a agramaticalidade de (176a)), o que indica que as projeções dos adjetivos relacionais e qualificativos estão todas abaixo de NP.

(175) Maria usa literatura francesa em sala de aula.

(176) a. *Maria tem bom chapéu porque pesquisa muito antes de comprar.

b. Maria tem chapéu bom porque pesquisa muito antes de comprar \emptyset /*ele.

c. Maria conseguiu comprar chapéu bom. Pesquisou muito para comprar ele.

Uma teoria que postula que todos os adjetivos são gerados no campo pré-nominal e que há movimento de nome para derivar a ordem dos adjetivos pós-nominais, como é o caso das

teorias apresentadas no capítulo um desta tese, é incapaz de explicar o que ocorre com os NPs contendo adjetivos pós-nominais em PB, pois não há projeções para as quais o nome poderia ser mover. Já dissemos que os NPs só ocorrem em sentenças do tipo *have-predicate*, casos em que o NP selecionado não é um argumento (a distinção DP/NP foi apresentada em 2.1), e por isso em (176c) não temos um NP, mas um DP; em (176b), *ter chapéu bom* seria uma propriedade, e por isso, *chapéu bom* neste exemplo é um NP. Esta distinção NP/DP, portanto, é argumento para a geração dos adjetivos pós-nominais na posição pós-nominal, como mostram as estruturas em (174).

É preciso dizer que *chapéu bom* também pode ser um DP, como mostra (176c). No PB, podemos dizer que há um determinante nulo que pode estar marcando o plural ou o singular – como não temos a marca de número no nome, dizer que *Maria tem carro bom* é ambíguo entre *Maria tem ϕ .PL carro bom* ou *Maria tem ϕ .SG carro bom* (sobre isto, ver Espinal e McNally (2011); Cyrino e Espinal (2013)). Isso indica a presença de NumP em uma estrutura em que o DP está completo, mesmo que o determinante seja nu⁴⁵. Assim, uma teoria como a de Bernstein, por exemplo, que move os nomes para número, a fim de explicar o posicionamento dos adjetivos pós-nominais nas línguas românicas, também consegue dar conta dos casos de DPs. O que essa e outras teorias que concatenam o adjetivo na posição pré-nominal não conseguem explicar são os casos de NPs.

Estar dentro do domínio do NP também explica a seleção semântica que sofrem estes adjetivos. As projeções acima de NP e os movimentos dos APs qualificativos serão apresentados e discutidos no capítulo seguinte deste trabalho, que tratará dos adjetivos pré-nominais.

Além de explicar o aparecimento de adjetivos pós-nominais em NPs (conferir novamente os exemplos (175) e (176b)), assim como a impossibilidade de pré-nominais

⁴⁵ Borik e Espinal (2012) propõem que nem todo DP contém uma projeção de Número. Numa sentença como (i), o que se tem é um determinante aberto com duas estruturas, uma sem projeção de Número, que se limita a interpretação de *kind* definida, e outra com Número, que leva a uma interpretação singular definida. Estes casos sem projeção de Número oferecem evidência adicional contra a geração dos adjetivos na posição pré-nominal e o movimento de nome para Número (como sugere Bernstein, por exemplo, cuja proposta foi apresentada no capítulo um deste trabalho), visto que mesmo quando não há Número podemos ter adjetivos qualificativos pós-nominais mantendo a leitura de *subkind*. Mas se o adjetivo ocorrer na posição pré-nominal, já não é possível sustentar a leitura de *kind*, mas somente a de singular definido.

- (i) A criança é perguntadora.
- (ii) A criança inteligente é perguntadora.
- (iii) A inteligente criança é perguntadora.

(como ocorre em (176a)), esta proposta apresenta como vantagens a previsibilidade da posição em que mais comumente se encontram os adjetivos em PB (na posição de origem, pós-nominal) e a previsibilidade da ordem de dois pós-nominais no mesmo NP/DP sem ter que postular movimentos, visto que os qualificativos (como *devastadora*, *absurda*, *vergonhosa*) sempre aparecem mais distantes de N que os relacionais (como *religiosa*, *governamental*, *agrária*).

- (177) a. Uma guerra religiosa devastadora
 b. *Uma guerra devastadora religiosa
- (178) a. Umas análises governamentais absurdas
 b. *Umas análises absurdas governamentais
- (179) a. Uma política agrária vergonhosa
 b. *Uma política vergonhosa agrária

Outra vantagem é que as classes de adjetivos estão definidas por suas propriedades morfossintáticas, o que nos exime de ter de explicar porque um mesmo adjetivo de nacionalidade, por exemplo, aparece em posições diferentes em relação ao adjetivo de cor nos exemplos (180-181) abaixo. Já argumentamos contra a ideia de considerá-los compostos (conferir novamente a subseção 2.2.1). Se buscarmos uma classificação puramente lexical para os adjetivos e basearmos o posicionamento do adjetivo nesta distribuição, não poderemos explicar os exemplos abaixo. A nossa proposta, relembramos, é que os classificativos são ordenados seguindo as subespecificações sucessivas: *alemão* subespecifica *vinho branco*, *verde* (que é entendido mais ou menos como *com verdura*) subespecifica *Tortilha Francesa*⁴⁶.

⁴⁶ Evidências de que os nomes e adjetivos destes exemplos não formam compostos: os compostos não permitem que o núcleo seja nulo, ao contrário do que vemos nos exemplos (i) e (ii) abaixo. Os compostos permitem que um adjetivo modifique dois nomes coordenados, diferentemente do que ocorre com *vinho branco* e *tortilha francesa* (ver (iii) e (iv)). Os compostos não podem sofrer processos sintáticos da forma como os nomes e adjetivos classificativos podem (ver (v) e (vi)).

- (i) O vinho branco e o verde, eu provei em Portugal.
 (ii) A tortilha francesa e a mexicana, eu comi hoje.
 (iii) *O vinho branco e o vinho verde portugueses.
 (iv) *Encontramos tortilha francesa e tortilha mexicana maravilhosas.
 (v) O vinho que eu mais gosto é o branco, mas eu também gosto do verde.
 (vi) A minha tortilha preferida é a francesa, mas eu também gosto da mexicana.

(180) Vinho branco alemão

(181) Tortilha francesa verde

Mais uma vantagem é explicar a seleção semântica dos adjetivos pós-nominais, feita pelo nome, em contraponto aos exclusivamente pré-nominais, que não são selecionados semanticamente pelo nome, e por isso podem ocorrer com qualquer tipo de nome (este argumento será retomado no capítulo 3 deste trabalho).

Por fim, a última vantagem que lembraremos são os dados de aquisição da linguagem mencionados no início deste capítulo, que mostram que as crianças utilizam o adjetivo pós-nominal muito antes de um pré-nominal.

2.5 Ainda sobre a adjunção à direita

Assumimos neste capítulo que os adjetivos pós-nominais do PB são gerados em adjunção a N, ocupando a posição à direita de N na estrutura. Esta visão corresponde ao pensamento mais tradicional, assumido pela teoria de Princípios e Parâmetros, que defende que a Gramática Universal é flexível em relação à ordem linear estabelecida, por exemplo, entre os núcleos e os complementos, e que a precedência do primeiro ou do segundo depende do caso específico da língua em questão. O mesmo ocorreria entre núcleos e adjuntos. A tipologia da ordem de palavras seria parametrizável em núcleo final e núcleo inicial. A adjunção, nestes termos, também seria parametrizável. Ernst (2004) se refere a esta como a Hipótese da Direção Parametrizada.

Aside from keeping Specs to the left, the Directionality Principles invoke the traditional head-initial/head-final parameter for the position of complements with respect to heads. This helps account directly for the main positional options for adjuncts; in effect, adjunction is allowed according to the union of the complements' direction and Specs' direction. Thus while head-initial languages have complements to the right of heads, and therefore allow adjuncts on either side of the verb, head-final languages like Japanese disallow postverbal adjuncts in the normal case (as both complements and Specs are leftward) (ERNST, 2004, p.19)

Para Kayne (1994), esta visão da Gramática Universal está equivocada. Num caminho diferente do seguido pela vertente tradicional, Kayne propõe que a diferença de núcleo final e núcleo inicial não está relacionada a um parâmetro. O autor propõe que há uma mesma estrutura-base para as línguas, e que o núcleo final ou núcleo inicial pode ser derivado por movimento. Kayne propõe que todos os adjuntos, como é o caso dos adjetivos, seriam gerados à esquerda de N, numa posição de especificador, e que o aparecimento de um adjetivo à direita de N seria devido a algum processo de movimento, seja do próprio adjunto ou de algum outro elemento, numa maneira bastante similar aos trabalhos apresentados no capítulo 1 desta tese, em especial Crisma (1990, 1993) e Cinque (1993, 2010).

A proposta de Kayne (1994) ficou amplamente difundida como a teoria da antissimetria da sintaxe. Kayne propõe que não há posição de adjunto, mas somente complementos e especificadores, sendo que este último pode ser entendido como uma posição adjungida, mas à esquerda. Kayne defende que os complementos sempre sucedem seus núcleos, e se visivelmente vemos que o complemento está precedendo o núcleo, como ocorre na língua japonesa, temos indícios de que houve movimento do complemento para uma posição mais alta que a do núcleo. Isto porque a posição à direita, para Kayne, é destinada exclusivamente aos complementos, e assim nenhuma adjunção à direita é licenciada. Esta proposta assume uma estrita correspondência entre estrutura linear e estrutura hierárquica, com qualquer elemento que esteja à esquerda esteja mais alto que o que estiver à direita. Esta hipótese, chamada Hipótese da Correspondência Linear, e formalizada pelo Axioma da Correspondência Linear (LCA), estabelece que especificadores universalmente precedem núcleos e que núcleos universalmente precedem complementos. Quanto ao movimento, a LCA assume que só há movimento à esquerda.

O LCA estabelece que a Gramática Universal é extremamente rígida quanto ao mapeamento das relações hierárquicas estabelecidas entre os constituintes de uma sentença na ordem linear. A principal generalização do LCA que afeta a este trabalho é a hipótese segundo a qual a adjunção à direita é um fenômeno não-licenciado pela Gramática Universal, já que não seria possível gerar ordem linear para os respectivos nódulos terminais, em função da violação do c-comando assimétrico. Expliquemos melhor: de acordo com o LCA, a ordem linear de uma sequência de itens lexicais em PF é determinada por c-comando assimétrico, que é descrito como segue: X assimetricamente c-comanda Y se e somente se X c-comanda

Y e Y não c-comanda X (KAYNE, 1994, p. 04). O autor propõe que o c-comando assimétrico mapeia a precedência linear. No caso de dois adjuntos à direita, ambos estariam adjuntos à mesma projeção NP, que ocorre reprojeta na estrutura. Sendo uma reprojecção de categoria, Kayne defende que não se pode prever a ordem em que os elementos ocorrerão, nem as relações de c-comando e escopo.

Ernst (2004), assim como este trabalho, também defende a adjunção à direita, e mostra que a diferença entre postular que adjetivos ocupam a posição de especificador ou de adjunto vai além de mera distinção estrutural. Se o elemento está em Spec, ele ocupa uma posição funcional; o que define Spec é alguma função gramatical especial. Elementos funcionais tendem a ser leves. Os adjetivos, por sua vez, possuem conteúdo semântico e são por si pesados, o que parece depor contra o estabelecimento de Spec como posição de origem para adjetivos.

Outro ponto importante de se destacar é que adjuntos são opcionais por definição, o que é bastante condizente com o que se observa para os adjetivos. Além do mais, ao gerar adjetivos à esquerda do nome e numa posição mais alta que este, estamos dizendo de certo modo que o nome é selecionado pelo adjetivo. Se lembrarmos os dados apresentados neste capítulo, em especial os exemplos (68 – 70), vamos perceber que na união com um adjetivo, o nome não altera seu sentido, mas o adjetivo é capaz de ter significados diversos, de acordo com o nome com o qual se combina.

O novo argumento que trouxemos à discussão é de que os adjetivos exclusivamente pré-nominais não são aceitáveis em contextos de NP, diferentemente dos outros tipos de adjetivos. Uma teoria que postula que todos os adjetivos são gerados igualmente de um mesmo lado em relação a N não é capaz de prever este comportamento. Isso se constituirá em mais um argumento contra a postulação de que todos os adjetivos são gerados linearmente à esquerda de N.

Mas a análise dos adjuntos, por sua vez, é criticada por sobregerar resultados. No entanto, Ernst defende que as restrições ao processo de adjunção poderão ser explicadas se admitirmos que está em jogo uma confluência de fatores, entre os quais podem estar questões de direcionalidade parametrizáveis, distinção entre adjunção a categorias baixas e categorias altas, fatores de ‘peso’, natureza categorial, semântica e/ou discursiva do adjunto. Este trabalho segue esta linha explicativa apontada por Ernst. Não vamos discutir todos os fatores

envolvidos, mas relembramos que ao defendermos que os pós-nominais se ordenam de modo que os qualificativos estejam mais distantes de N que os relacionais, já estamos argumentando por distinções na natureza do adjunto.

No próximo capítulo trataremos dos adjetivos pré-nominais e argumentaremos pelo movimento do adjetivo se houver motivação advinda do determinante.

3 OS ADJETIVOS PRÉ-NOMINAIS E OS DETERMINANTES

Neste capítulo, defenderemos que os adjetivos pré-nominais podem ser de dois tipos – exclusivamente pré-nominais ou qualificativos pré-nominais. Os primeiros nos oferecem razões para estipularmos que são gerados numa posição mais alta que o nome; já os segundos, os qualificativos, como dissemos anteriormente, são gerados no campo pós-nominal, mas também podem ocorrer antepostos ao nome. Defenderemos neste capítulo que estes APs se movem para a posição pré-nominal se motivados pelo determinante, ou seja, ele é força motriz, desencadeadora do movimento do adjetivo.

Não há nenhum estudo sobre o PB que se debruce sobre esta mesma hipótese; mesmo nos trabalhos sobre outras línguas, por vertentes gerativistas ou não, encontramos poucas propostas que possam nos servir de base teórica. As limitações de ocorrência de alguns adjetivos com certos tipos de determinante também são tratadas *en passant* pela literatura. Mas temos ao menos três boas razões para investir nesta hipótese, como apresentaremos a seguir.

A primeira razão são as restrições sintáticas e/ou semânticas na combinação determinante e adjetivo pré-nominal. Além de haver alguns adjetivos pré-nominais (mas não pós-nominais) que não se combinam com qualquer tipo de determinante, há casos em que o mesmo nome e adjetivo encabeçados por determinantes diferentes têm comportamentos diferentes com respeito ao movimento. Apresentaremos alguns exemplos em (182 – 184) e em muitas outras oportunidades ao longo deste capítulo.

- (182) O/?um primeiro/mesmo/único motivo de sua desistência
- (183) Maria perguntou isso *a um/ ao mais velho estudante da turma.
- (184) O/*um presente/principal senador

A segunda razão é apresentada por uma pesquisa feita em corpus histórico do Português Europeu (doravante PE). Prim (manuscrito) aponta que os DPs com determinantes indefinidos tiveram um comportamento diferente dos definidos a respeito da mudança da ordem preferencial dos adjetivos (de pré-nominal a pós-nominal) no século XVIII. A pesquisa foi realizada no Corpus Histórico do Português, do Projeto Tycho Brahe (cf.

<http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>). Os textos, escritos em prosa por portugueses nascidos entre 1500 e 1850, estão anotados sintaticamente, o que agiliza bastante o trabalho, e assim foi possível perceber que houve uma mudança gradativa da posição preferencial do adjetivo dentro do DP no português. No gráfico abaixo, mostramos os resultados da pesquisa quando considerados os determinantes que encabeçam os DPs em que os adjetivos pré-nominais pesquisados estão inseridos. Os indefinidos mostram um comportamento particular (no gráfico abaixo, linha em amarelo) até o final do século XVII. Logo após, passam a seguir as mesmas tendências que definidos e nus (linha em azul e verde, respectivamente), que possuem tendências de uso relativamente coincidentes desde o século XVI. O que se nota é que com definidos e nus há um comportamento homogêneo dos autores de cada século acerca do posicionamento dos adjetivos pré-nominais. Quanto aos indefinidos, há grande variação de um autor para outro, mesmo considerando autores de mesma geração, como Gândavo e Mendes Pinto, que só possuem oito anos de diferença (nascidos em 1502 e 1510, respectivamente), mas que se utilizam de adjetivos pré-nominais em DPs indefinidos de maneira bastante distinta – o percentual de indefinidos com adjetivos pré-nominais é de 30% a mais em Mendes Pinto do que em Gândavo.

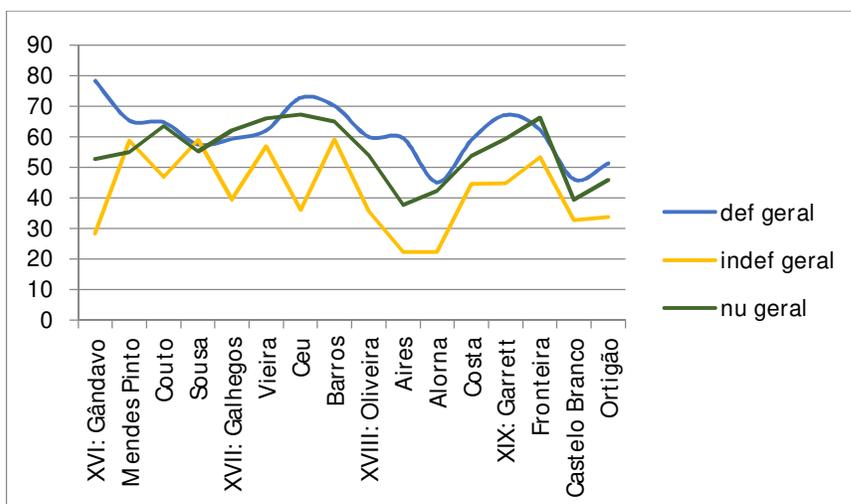


Gráfico 1: resultados gerais de adjetivos pré-nominais antecedidos por artigo definido, indefinido ou nu. Estão anotados os resultados de cada um dos quatro textos de cada um dos séculos estudados. Fonte: Prim (manuscrito)

Para deixar ainda mais claro que os DPs indefinidos tiveram um comportamento peculiar em relação à ordem preferencial do adjetivo no PB, buscamos dados de DPs que possuem coordenação de adjetivos na posição pré-nominal, e o resultado deixa bastante claro

que o determinante teve um papel importante na mudança da ordem preferencial do adjetivo no século XVIII. No século XVI, por exemplo, cerca de 80% das coordenações de adjetivos em DPs indefinidos ocorria no campo pós-nominal e somente 20% ocorria no pré-nominal. Já no caso dos definidos, 70% das coordenações de adjetivos ocorria no campo pré-nominal e apenas 30% no pós-nominal.

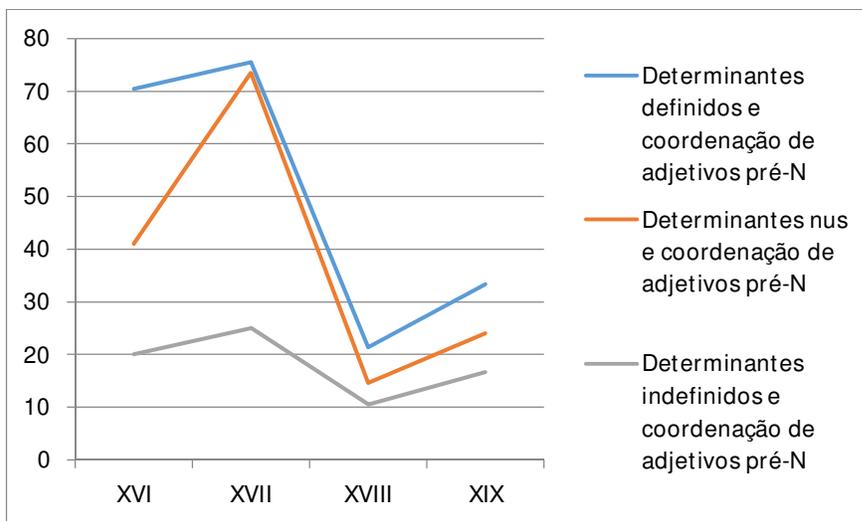


Gráfico 2: resultados da busca quando considerados os tipos diferentes de determinante e a coordenação de adjetivos no campo pré-nominal. Fonte: Prim (manuscrito)

Estes dados ficam aqui como evidência de que os determinantes não podem ser desconsiderados quando tentamos entender o comportamento dos adjetivos pré-nominais. No final deste capítulo, retomaremos estes dados.

E, por fim, a terceira razão é a “coincidência” terminológica: nas literaturas sobre determinante e sobre adjetivo, há termos que possuem a mesma nomenclatura, como mostraremos.

Tratamos primeiramente das restrições na combinação determinante-adjetivo pré-nominal. Lyons (1999, p.9) aponta que, em inglês, a combinação de determinantes indefinidos com adjetivos superlativos não é comum, ainda que não impossível, assim como com os adjetivos *primeiro*, *mesmo*, *único*, *próximo*. Como mostramos nos exemplos (182-183), essas mesmas observações também se aplicam ao português. Acrescentamos ainda em (184) que o mesmo passa com adjetivos como *presente* ou *principal* quando estão na posição anteposta ao nome. A presença de mais material não viabiliza a possibilidade desses adjetivos

ocorrerem nesta posição anteposta ao nome (ver (185c) e (186c)), diferentemente do que ocorria com os pós-nominais que apenas aparentemente possuíam restrições na combinação com o determinante (como os exemplos tratados na seção 2.3).

- (185) a. Maria perguntou isso ao mais velho estudante da turma.
 b. *Maria perguntou isso a um mais velho estudante da turma.
 c. *Maria perguntou isso a um mais velho estudante italiano da turma.
- (186) a. O presente senador
 b. *um presente senador
 c. *um presente senador recém-eleito

De uma forma um pouco vaga, podemos dizer que a frequência de determinantes definidos neste caso é em parte previsível dada a semântica dos adjetivos envolvidos, que envolvem pressuposto do falante que o ouvinte possa reconhecer que só há um referente possível. Contudo, mesmo quando a combinação determinante-adjetivo pré-nominal é semanticamente possível, o adjetivo não mantém sempre as mesmas leituras diante de determinantes diferentes e nomes iguais.

- (187) a. O simples desentendimento (leitura não-restritiva)
 b. Um simples desentendimento (leitura restritiva ou não-restritiva)

Em (187a), o adjetivo *simples* só pode ser interpretado com leitura não-restritiva, ou seja, o DP formado por determinante mais nome (*o desentendimento*) e o formado por determinante, adjetivo e nome (*o simples desentendimento*) denotam exatamente o mesmo. Já em (187b), além desta leitura, o adjetivo pode estar restringindo ainda mais a entidade formada por determinante mais nome, e assim *um simples desentendimento* estaria num subgrupo de *desentendimentos*.

Nenhuma das propostas apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho é capaz de explicar as diferentes leituras de (187). Por outro lado, a intuição parece simples. Se levarmos em consideração que um DP definido é essencialmente anafórico, não nos surpreenderemos com o fato de que um adjetivo pré-nominal antecedido por artigo definido seja em geral

interpretado não-restritivamente, visto que a referência a um único indivíduo já está estabelecida pelo determinante, e não deve haver alternativas salientes. O mesmo não ocorre com um determinante indefinido, que não possui leitura anafórica e pode ser usado na introdução de um tema no discurso, ou quando há irrelevância de se apresentar o referente, ou mesmo quando há escolha livre do referente. Isto faz com que a leitura restritiva, assim como a não-restritiva seja possível em DPs indefinidos. O exemplo (188) abaixo mostra que a leitura não-restritiva ou restritiva também depende de pressuposição no discurso familiar: conseguimos ter leitura não-restritiva em (188a) se houver familiaridade discursiva com o estereótipo dos contestatários como perigosos. Já (188b) não tem leitura não-restritiva, mas apenas restritiva. Isto porque no discurso familiar não há a informação compartilhada de que os contestatários são sempre pessoas brilhantes. O mesmo não ocorre com o determinante definido, como mostra (189). Com o artigo definido, não há leitura restritiva do adjetivo pré-nominal; a referência a um único indivíduo já está estabelecida pelo determinante, então não é possível que o adjetivo restrinja ainda mais o referente.

- (188) a. Eduardo é considerado pela mídia um perigoso contestatário.
 b. Eduardo é considerado pela mídia um brilhante contestatário.
- (189) a. O perigoso contestatário se chama Eduardo.
 b. O brilhante contestatário se chama Eduardo.

Dedicaremos algumas partes deste capítulo à exposição das características dos determinantes e às limitações na combinação com adjetivos pré-nominais.

Como dissemos, há poucos estudos na literatura feitos sobre a relação determinante-adjetivo. Mas há algumas considerações distribuídas em diversos textos que serão reunidas neste trabalho. A primeira que apontaremos é um contraste apresentado por Longobardi (1994) envolvendo nomes próprios. A generalização a que chega o autor é que a falta de artigo força a ordem com o nome próprio inicial. O autor postula que além de nomes próprios, os nomes de família, nomes de cidade, de mês e de dia devem mover-se para a posição núcleo D, e a evidência para isto é a de que se o artigo é removido de diante do nome próprio, a ordem AN se torna agramatical. (os exemplos abaixo são apresentados por Longobardi, 1994, p.624)

- (190) a. A antiga Roma foi a cidade mais importante do Mediterrâneo.
 b. *Antiga Roma foi a cidade mais importante do Mediterrâneo.
 c. Roma antiga foi a cidade mais importante do Mediterrâneo.
 d. A Roma antiga foi a cidade mais importante do Mediterrâneo.
- (191) a. É venuto il vecchio Cameresi.
 /chegou o velho Cameresi/
 b. *É venuto vecchio Cameresi.
 c. É venuto Cameresi vecchio.
 d. É venuto il Cameresi vecchio.
- (192) a. Lo scorso Natale/ maggio è stato un giorno/ mese terribile.
 /O último Natal/ maio foi um dia/mês terrível./
 b. * Scorso Natale/ maggio è stato un giorno/ mese terribile.
 c. Natale/ maggio scorso è stato un giorno/ mese terribile.
 d. Il Natale/ maggio scorso è stato un giorno/ mese terribile.
- (193) a. La sola Maria si è presentata.
 b. ?La Maria sola si è presentata.
 c. *Sola Maria si è presentata.
 d. Maria sola si è presentata.

Mas nem todos os adjetivos seguem este mesmo padrão. Longobardi sugere em nota que os adjetivos que podem ser restritivos na posição pré-nominal são os melhores candidatos a seguir esse paradigma – que são adjetivos como *velho*, *jovem*, *antigo*, *solo*, além de modificadores como numerais ordinais e possessivos. A explicação de Longobardi para este fato é que, por se tratar de uma posição argumental, a projeção D deve existir ainda que não se veja o determinante explícito, e não deve, ao menos em italiano, ficar vazia. O autor propõe a subida de N para a posição núcleo de D quando nome em questão é um nome próprio.

É importante atentar-se aos adjetivos utilizados nos exemplos de Longobardi. Todos estes adjetivos possuem uma leitura bastante diferente nas posições pré e pós-nominal (relembrando que Bernstein os classifica como exclusivamente pré-nominais). Se testarmos esta proposta com adjetivos qualificativos, vemos que a generalização não é válida, ao menos em PB.

- (194) a. O simpático João que conheci já não existe mais.
 b. *Simpático João que conheci já não existe mais.
 c. *João simpático que conheci já não existe mais.
 d. O João simpático que conheci já não existe mais.
- (195) a. A encantadora Paris sempre inspirou os poetas.
 b. *Encantadora Paris sempre inspirou os poetas.
 c. *Paris encantadora sempre inspirou os poetas.
 d. ?A Paris encantadora sempre inspirou os poetas.
- (196) a. O violento maio de 64 ficou marcado na história do Brasil.
 b. ?Violento maio de 64 ficou marcado na história do Brasil.
 c. *Maio de 64 violento ficou marcado na história do Brasil
 d. *O maio de 64 violento ficou marcado na história do Brasil.

Ou seja, as observações feitas por Longobardi não se aplicam aos adjetivos pré-nominais em geral. De qualquer modo, a generalização mais forte a que chega Longobardi será mantida: a projeção D deve existir em sintagmas ocupando posição argumental. Vamos ver na seção seguinte as características dos adjetivos que ocorrem antepostos ao nome.

Larson (2000) aponta que o inglês, uma língua essencialmente AN, admite adjetivos pós-nominais quando o DP está encabeçado por um determinante universal como *all* ou *every*.

- (197) Mary interviewed every candidate possible.
 (198) Mary sampled every/all/ the sweetest food(s) possible.

O autor defende que o determinante universal tem a propriedade de permitir o adjetivo pós-nominal no inglês, uma língua que basicamente só possui adjetivos pré-nominais. No português, o determinante teria a propriedade de permitir o movimento do AP para a posição pré-nominal, mas não são somente os determinantes quantificacionais que estão relacionados ao movimento do adjetivo.

Além destas observações, há dois trabalhos que se atentam mais a esta relação determinante-adjetivo, que são os trabalhos de Picallo (1994) e Bosque (2001), que sugerem que o adjetivo qualificativo pré-nominal força uma leitura específica no determinante indefinido. Voltaremos a estes trabalhos em breve, dada a importância das generalizações feitas. Mas gostaríamos de apontar neste momento uma observação de Bosque (2001) feita em nota. O autor menciona que as propriedades encontradas nos adjetivos do Espanhol não são as mesmas encontradas nos do Italiano e nos adjetivos antepostos ao nome no Francês. Nossa proposta é capaz de lançar uma hipótese para explicar esta diferença: os determinantes têm propriedades diferentes em línguas diferentes, o que resulta em comportamentos distintos para adjetivos pré-nominais de línguas irmãs. Para tornar isso claro basta observar como as línguas românicas expressam genericidade nos DPs: algumas optam pelo nominal nu, outras pelo determinante definido, etc. Vamos propor que há uma conexão entre o posicionamento do adjetivo numa posição mais alta e o tipo de determinante que encabeça o DP, e por isso vemos que as tentativas de criar uma sistematização de posição/interpretação dos adjetivos nas línguas românicas são frustradas se não levarmos em consideração as diferentes propriedades dos determinantes em cada língua. A comparação, contudo, do PB com outras línguas românticas não será prioridade neste trabalho, dada a falta de bibliografia a respeito da hipótese lançada, e por isso a deixaremos para futuras pesquisas. Neste trabalho a comparação será apenas mencionada quando pertinente.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira. Apontaremos primeiramente as propriedades dos adjetivos pré-nominais. Em seguida, apresentaremos os conceitos e distinções relevantes acerca dos determinantes, os usos e diferenças do determinante definido *o/a*, do determinante indefinido *um/uma* e dos determinantes nus, todos no singular. Não trataremos de demonstrativos, possessivos ou determinantes plurais. Veremos como os determinantes interagem ou não com o adjetivo que o segue. O capítulo termina com uma

proposta de análise para os adjetivos pré-nominais e com algumas evidências de outras línguas para aquilo que estamos propondo para o PB.

3.1 Os adjetivos pré-nominais

Há algumas características que possuem todos os adjetivos pré-nominais. Uma delas é que os adjetivos pré-nominais nunca são intersectivos⁴⁷ – o que não quer dizer que sejam adverbiais, como propõe Cinque (2010). A intersectividade é uma característica que não faz parte da posição pré-nominal, e não somente de uma classe de adjetivos.

Outra característica dos adjetivos pré-nominais é não aceitar complementação e DPs com nomes nulos – os adjetivos que ocorrem neste último caso têm comportamento de pós-nominal porque possuem as mesmas leituras encontradas no adjetivo posposto ao nome. A modificação também é bastante restrita na posição pré-nominal. Os adjetivos neste caso não aceitam modificação por *muito*, mas alguns aceitam superlativos ou prefixação por *super*.

É incomum encontrar dois ou mais adjetivos antepostos ao nome simultaneamente. Diferentemente da posição pós-nominal, a ordem de dois adjetivos será necessariamente a ordem correspondente ao escopo relativo de um adjetivo sobre outro. Tomemos (199), por exemplo. No primeiro DP, temos *brilhante* com escopo sobre *possível substituto*, o que resulta em: há um possível substituto, um em específico, que é brilhante. No segundo DP, temos *possível* com escopo sobre *brilhante substituto*. Neste caso temos uma pessoa que possivelmente será um brilhante substituto.

- (199) a. Um brilhante possível substituto
 b. Um possível brilhante substituto
 (200) a. Meu verdadeiro único amigo

⁴⁷ Com intersectividade, queremos dizer que em um DP contendo um nome e um adjetivo, temos a interseção de dois grupos. Por exemplo, em *uma flor amarela*, temos a interseção do grupo das coisas que são flores com o grupo das coisas que são amarelas. Com um adjetivo pré-nominal, isto não ocorre: em *um mero homem*, não podemos imaginar um grupo das coisas que sejam homens e outro das que sejam meras. Todos os pré-nominais possuem este comportamento. Cinque (2010) diz que os não-intersectivos têm um comportamento adverbial. Um exemplo mais claro: *um atacante bom*. Para a leitura não-intersectiva, Cinque sugere a paráfrase como *um atacante que ataca bem*. Contudo, essa relação com a leitura adverbial é falha, já que não se pode parafrasear *um mero homem* como *um homem que é meramente um homem*.

- b. Meu único verdadeiro amigo
- (201) a. A suposta velha igreja românica
- b. A velha suposta igreja românica

Os adjetivos qualificativos podem preceder um outro qualificativo pré-nominal se o primeiro tiver escopo sobre o segundo (cf (199-201)). Se não puderem ser interpretados deste modo, os adjetivos devem ser coordenados (ver (202-203)). A coordenação pode se dar entre adjetivos pré-nominais de classes diferentes, como mostra (204). Isso só garante que um não tenha escopo sobre o outro.

- (202) A maravilhosa e longa jornada.
- (203) a. *a preciosa elegante bolsa (não significa preciosamente elegante)
- b. A preciosa e elegante bolsa
- (204) A preciosa e grande missão dada aos meninos

A coocorrência de dois pré-nominais obedecerá sempre os interesses de escopo; a única alternativa para escapar disto é através da coordenação, ainda que sejam adjetivos de classes diferentes. Já na posição pós-nominal, a coordenação só ocorre entre adjetivos relacionais ou adjetivos qualificativos⁴⁸. Isto mostra que o ambiente pré-nominal possui propriedades bastante distintas do pós-nominal.

Vejamos a seguir as particularidades de cada classe. Os adjetivos que ocorrem na posição anteposta ao nome podem ser de dois tipos: exclusivamente pré-nominal ou qualificativos, sendo que este último tipo também ocorre na posição pós-nominal, como defendido no capítulo anterior.

⁴⁸ A coordenação de adjetivos qualificativos não foi mencionada no capítulo dois, mas apontamos aqui que os qualificativos não podem ser coordenados a um adjetivo relacional.

(i) *A invasão alemã e terrível

3.1.1 Adjetivos exclusivamente pré-nominais

Os adjetivos que ocorrem somente na posição anteposta ao nome possuem propriedades sintáticas (mas não semânticas) bastante parecidas com as dos adjetivos exclusivamente pós-nominais. Nenhum dos dois pode ser modificado por advérbio, não aceita superlativo ou diminutivo (conferir, respectivamente, (205b), (206b) e (207b)); não pode ser nominalizado (cf (208b)) nem aceita a posição predicativa (cf (208c)); não podem ser retomados por anáfora⁴⁹; e a negação denota que não há nada incluído no *kind* denotado pelo nome base (cf (208d)). Aparentemente, estas propriedades são comuns a todos os adjetivos de posicionamento fixo, pois vimos que os relacionais também possuem estas mesmas propriedades.

- (205) a. O mero homem que passou
 b. *o muito mero homem que passou
- (206) a. O suposto candidato à presidência
 b. *o supostíssimo candidato à presidência
- (207) a. O pretenso violinista
 b. *o pretensinho violinista
- (208) a. Um mero ato
 b. *uma mericidade do ato
 c. *O ato é mero
 d. O não-mero ato

Há, contudo, diferenças consideráveis entre os adjetivos exclusivamente pré-nominais e os relacionais que nos impedem de tratá-los como uma única classe.

Uma diferença sintática é a possibilidade de coordenação dos exclusivamente pós-nominais somente com outros adjetivos da mesma classe (rever nota 48); já os

⁴⁹ Na verdade esta propriedade está listada aqui por comparação à posição pós-nominal, mas não há razão alguma para se acreditar que os pré-nominais poderiam ser retomados por anáfora. Esta propriedade é pertinente à discussão dos pós-nominais porque estes podem ser adjetivos temáticos, e sendo parte de grade temática, poderiam prender uma anáfora; mas isto não é possível com adjetivos de nenhum tipo, nem mesmo os temáticos.

exclusivamente pré-nominais, como já mostramos em (204), podem ser coordenados com adjetivos qualificativos pré-nominais. Trazemos outros exemplos abaixo.

(209) O suposto e alegado desvio de conduta da instituição

(210) Visitei o suposto e tão temido umbuzeiro mal assombrado

Dissemos anteriormente que os adjetivos gerados na posição pós-nominal são selecionados pelo nome que o antecede. O que se espera é que os adjetivos que só ocorrem antepostos ao nome não sejam selecionados pelo nome, o que de fato se comprova. Adjetivos como *mero*, *pretense* e *suposto*, por exemplo, podem combinar-se com qualquer tipo de nome, como mostram os exemplos abaixo.

(211) Um mero homem/ problema/ sentimento/ papel de carta/ arroz integral

(212) Um pretense batuqueiro/ direito de mentir/ sindicato/ livro de histórias infantis

(213) Um suposto assassino/ solução para o problema/ separação/ livro didático

Um ponto bastante importante de se entender é se adjetivos que possuem um significado lexical diferente na posição pré e pós-nominal são membros desta classe ou se pertencem à classe dos qualificativos. Nesta classe, incluem-se normalmente adjetivos como *antigo*, *novo*, *pobre*, *pequeno*, *grande*, *certo*, *bom*, *velho*, *simples*. Vimos anteriormente que Bernstein oferece ao menos quatro razões para considerar alguns destes adjetivos⁵⁰ como exclusivamente pré-nominais – não ocorrem na posição pós-nominal, não ocorrem em construções nominais elípticas, não podem ser modificados, e não aparecem em posição predicativa – o que tem como consequência a necessidade de afirmar que há duas entradas lexicais para estes adjetivos, porque também ocorrem em posição pós-nominal com um significado diferente.

⁵⁰ Bernstein não cita todos estes adjetivos como exclusivamente pré-nominais nem cita exemplos do PB. Seus exemplos são do Espanhol, Catalão, Francês e Italiano, e envolvem os adjetivos *pobre*, *certo* e *simples* (aqui traduzidos para o Português). Incluímos nesta discussão outros mais porque em geral são estes os adjetivos mais difíceis de se classificar; encontram-se muitos textos na literatura, como por exemplo o de Bosque (2001), que ignoram a todo este grupo de adjetivos em suas generalizações devido a falta de literatura que esclareça as propriedades destes adjetivos citados.

Estes adjetivos apresentam propriedades que parecem se contradizer, mas, diferentemente do que ocorre com muitos trabalhos presentes na literatura, buscaremos apresentar uma proposta que inclua estes adjetivos, e não os ignore.

Por um lado, poderíamos dizer que *pobre* e *certo* são claramente adjetivos que só ocorrem na posição pré-nominal, porque o significado que possuem na posição pré-nominal nunca é igual ao da posição pós-nominal.

- (214) a. Um pobre refugiado (que inspira compaixão)
 b. Um refugiado pobre (sem recursos financeiros)
- (215) a. Um certo momento (determinado, distinguível de outros similares)
 b. Um momento certo (correto, combinado, preciso...)

Já *bom*, *antigo*, *pequeno*, *novo*, *velho*, *simples* e *grande* possuem, em alguns casos, a mesma interpretação nas posições pré e pós-nominal, a depender do nome com o qual se combinam. Vamos observar cada um destes adjetivos atentamente, porque parece haver um comportamento heterogêneo em uma lista de pouquíssimos adjetivos.

Em geral, o adjetivo *bom* no português possui somente interpretação *bom como N*, ou seja, uma leitura não-intersectiva. A leitura intersectiva (em (216): é violinista e é bom como pessoa) é alcançada com um pouco mais de facilidade com o diminutivo, que ainda mantém a leitura não-intersectiva como uma opção. Mesmo o uso do superlativo ou advérbio mais adjetivo muitas vezes não é suficiente para marcar a leitura intersectiva. A presença deste adjetivo nesta classe, portanto, é discutível⁵¹. Defenderemos que são adjetivos qualificativos e que na interpretação intersectiva são adjetivos classificativos, pós-nominais. Ou seja, *bom* não é um adjetivo exclusivamente pré-nominal.

⁵¹ Um fato que parece contradizer esta proposta de que o adjetivo *bom* não pertence à classe dos exclusivamente pré-nominais é a possibilidade de redução deste adjetivo em línguas como o espanhol. A redução é considerada uma propriedade típica de categorias nucleares. *Grande*, por exemplo, um adjetivo exclusivamente pré-nominal, pode se reduzir a *gran*, como em *un gran amigo* (tradução do espanhol: um grande amigo), uma mesa grande (tradução do espanhol: uma mesa grande). No caso do adjetivo *bom*, que defendemos que é gerado na posição pós-nominal sempre, também pode se reduzir a *buen*, como em *muy buen amigo* (muito bom amigo), *un amigo muy bueno* (um amigo muito bom). Se o critério da redução estiver correto, temos uma contraevidência para nossa proposta de que o adjetivo *bom* não pode ser considerado um núcleo pré-nominal. Não descartamos a possibilidade, contudo, de que haja comportamentos diferentes em Português e Espanhol.

- (216) a. Um bom violinista
 b. Um violinista bom
 c. Um violinista bonzinho

Antigo, da mesma forma que *bom*, também possui na posição pós-nominal uma interpretação que não é encontrada na posição pré-nominal, que é a leitura de *antigo* como “velho”⁵². Mas há uma outra possibilidade interpretativa na posição pós-nominal, que seria a de uma mudança de referência com o tempo: um gerente antigo já não é mais gerente. A diferença é que nestes casos o adjetivo também pode ocorrer na posição pré-nominal: *o antigo parque*⁵³. Este adjetivo seria portanto exclusivamente pós-nominal na leitura correspondente a “velho”, e seria um adjetivo qualificativo que pode subir para a posição pré-nominal quando significa “que existiu em outro tempo”.

- (217) a. Antigo gerente (não é mais gerente)
 b. gerente antigo (não é mais gerente)
- (218) a. Antigo parque (não é mais parque)
 b. parque antigo (velho)

Pequeno também possui uma interpretação na posição pós-nominal, a de algo mesquinho, que não é alcançada na posição anteposta ao nome. Nesta leitura, o adjetivo é exclusivamente pós-nominal. Na interpretação como algo de tamanho reduzido, o adjetivo pode ocupar as posições pré e pós-nominal.

- (219) a. Atitudes pequenas (mesquinhas)
 b. Pequenas atitudes (=de tamanho pequeno)
- (220) a. Porção pequena de comida
 b. Pequena porção de comida

⁵² Esta leitura é possível na posição pré-nominal se for elativo: *o mais antigo filme/ o antiquíssimo filme de Charles Chaplin, O Grande Ditador*.

⁵³ Há mais a se discutir aqui, visto que não está bem claro o contraste: um antigo gerente/ um gerente antigo; um antigo parque/ *um parque antigo (com a leitura de que não é mais parque). Deixaremos este ponto em aberto.

Com o adjetivo *novo*, ocorre o mesmo: a interpretação “pouca idade” só está disponível quando o adjetivo segue o nome. Na posição pré e pós-nominal o adjetivo pode ter interpretação de “pouco tempo”.

- (221) a. Um novo físico
b. Um físico novo

Diferentemente dos anteriores, que ocorrem na posição pré-nominal por resultado de movimento, o adjetivo *velho* possui na posição pré-nominal a interpretação de “antigo numa situação ou função” que não está disponível para o adjetivo posposto ao nome. Na posição pós-nominal o adjetivo pode significar “muito tempo de vida”, e esta opção tampouco está disponível na posição pré-nominal.

- (222) Um lindo prédio velho
(223) Um velho morador do prédio

Simples, assim como *velho*, também possui leituras diferentes em posições diferentes. A leitura da posição pré-nominal corresponder à leitura de *mero*, e na posição pós-nominal corresponde a algo não sofisticado, singelo, elementar.

- (224) Um simples comentário
(225) Uma canção simples

Por fim, o adjetivo *grande* possui uma interpretação na posição anteposta ao nome que não é alcançada na posição pós-nominal, que seria a interpretação de algo importante, notável, de muitas qualidades. Já na interpretação como algo que tem dimensões maiores que o normal, ou que seja numeroso, o adjetivo pode mover-se para a posição pré-nominal sob condições específicas.

- (226) a. Grande compromisso (importante)

- b. Grandes princípios da física (importante)
- c. Uma grande experiência (importante)
- (227) a. Uma grande passeata (tinha muita gente)
- b. Uma passeata grande (Maior que o normal, numeroso...)

Não deixa de ser curioso que o adjetivo *grande*, um exclusivamente pré-nominal, também ocorra em posição pré-nominal com a mesma leitura da pós-nominal, ou seja, como um qualificativo. Nenhum outro adjetivo exclusivamente pré-nominal listado aqui possui esta mesma característica.

Em resumo, os adjetivos *velho*, *grande*, *pobre*, *certo* e *simples* podem ser considerados exclusivamente pré-nominais, porque possuem leituras que só estão disponíveis nesta posição; a ocorrência destes adjetivos na posição pós-nominal explica-se por segunda entrada lexical. Já *bom*, *antigo*, *pequeno* e *novo* ocorrem na posição pré-nominal por movimento do AP_{qualificativo}. As características morfossintáticas desta classe listadas anteriormente confirmam a asserção.

(228)

	EXCLUSIVAMENTE PRÉ-N	QUALIFICATIVO PRÉ-N
	Velho, grande, pobre, certo, simples	bom, antigo, pequeno, novo
Ser modificado pelo advérbio <i>muito</i>	*Um muito velho morador do prédio (forçando a interpretação, seria a de alguém de idade avançada, leitura da posição pós-nominal)	Um muito bom violinista (bom como violinista)
Aparecer na forma superlativa	?O certíssimo momento para ocorrer o casamento (forçando a interpretação, teríamos a leitura da posição pós-nominal)	Pequeníssimas porções de carne para cada um (quantidade reduzida)
Nominalização	*A simplicidade do problema (não é possível com a leitura de <i>mero</i>) A pobreza do refugiado (só pode significar pouco dinheiro, que é a leitura da posição pós-nominal)	A pequenez daquele ato
Diminutivo	*O velhinho telefone	Um antiguiño problema que temos

		A pequenina atitude que mudou tudo
Posição predicativa	O refugiado é pobre (só tem leitura pós-nominal: pouco dinheiro)	O violinista é bom.

O fato de exclusivamente pré-nominais não ocorrerem em posição predicativa é coerente com a impossibilidade de estes adjetivos não ocorrerem fora do DP, como nas Small Clauses que seguem.

(229) *Mero, esse problema

(230) *suposto, esse assassino

(231) *pretensso, o violinista

Isto também evidencia que *pobre*, *certo*, *velho*, *grande* e *simples* sejam adjetivos pertencentes ao grupo dos exclusivamente pré-nominais, pois possuem exatamente o mesmo comportamento.

(232) *pobre, o rapaz (só tem a leitura da posição pós-N: sem dinheiro)

(233) *certo esse momento (só tem a leitura da posição pós-N: correto)

(234) *velho, esse amigo (só tem a leitura da posição pós-N: muito tempo de vida)

(235) *grande, essa passeata (só tem a leitura da posição pós-N: numeroso)

(236) *simples, essa canção (só tem a leitura da posição pós-N: singelo)

Já *bom*, *antigo*, *pequeno* e *novo* não sofrem esta mesma restrição. São adjetivos que variam o posicionamento, podendo, inclusive, ocorrer numa posição mais alta que o DP, da mesma forma que *inteligente* e *maravilhosa*, adjetivos claramente qualificativos.

(237) Inteligente, o seu amigo

(238) Maravilhosa, a promoção

(239) Bom, o seu violinista

(240) Antigo, esse problema

(241) Pequena, essa porção de fritas

(242) Nova, essa desculpa

Uma outra evidência de que *velho*, *grande*, *pobre*, *certo* e *simples* são exclusivamente pré-nominais é o fato de terem vocábulos diferentes em outras línguas⁵⁴, uma para cada significado que a palavra possui⁵⁵:

(243) Velho

- | | | |
|----|------------------------------|---------|
| a. | egy nagyon <u>öreg</u> ember | Húngaro |
| | um homem muito velho | |
| b. | a <u>régi</u> piros ház | |
| | a velha casa vermelha | |

(244) Grande

inglês

- | | |
|----|-----------------------|
| a. | A <u>great</u> new |
| | Uma grande notícia |
| b. | A <u>big</u> building |
| | Um edifício grande |

(245) Pobre

- | | | |
|----|--------------------|-------|
| a. | ama <u>gaixoa!</u> | Basco |
| | Pobre mãe! | |
| b. | Etxe <u>pobrea</u> | |
| | Casa pobre | |

(246) Certo

- | | | |
|----|-----------------------|--------|
| a. | <u>Certain</u> things | inglês |
| | Certas coisas | |

⁵⁴ Agradecemos a muitas pessoas pela ajuda com estes dados, em especial Lidia Bogatyreva, Elena Ciutadescu e Anna Pineda.

⁵⁵ Podemos pensar que *pequeno* seria um problema nesse caso, pois em inglês temos também duas palavras, uma para cada significado: *little* e *small*. Este último contém uma noção de pequeno em tamanho e em importância, que *little* não contém. O significado de *small* corresponde ao adjetivo *pequeno* exclusivamente pós-nominal em PB, e *little* corresponde ao qualificativo pré e pós-nominal.

b. The right thing

A coisa certa

(247) Simplex

Basco

a. ogia egiteko modu erraza.

Um modo simples de fazer pão

b. langile soila baino ez naiz

Sou um simples trabalhador

Veremos a seguir outras propriedades dos adjetivos qualificativos.

3.1.2 Adjetivos qualificativos pré-nominais

Os adjetivos desta classe são gerados no campo pós-nominal, como argumentamos em 2.2.2, e podem ocorrer na posição pré-nominal quando se referem a uma propriedade de um indivíduo em particular. Em (248b), entende-se que o falante deve ter alguém em específico na sua mente, ainda que o ouvinte não seja capaz de identificar o referente. Isto, Cinque (2010) já havia conseguido prever: adjetivos pré-nominais nas línguas românicas só podem ter interpretação específica. Em (249), não é possível imaginarmos que o falante esteja pensando em alguma ideia em particular, e assim o adjetivo pré-nominal não ocorre nestes contextos. Mas a forma como o adjetivo aparece, como um superlativo, evidencia que o adjetivo é um qualificativo e isso nos faz questionar por que não conseguimos ter leitura específica do adjetivo neste caso e por que a sentença não é boa.

(248) a. Um advogado inteligente te chamará.

b. Um inteligente advogado te chamará.

(249) a. Me sugira uma ideia interessantíssima para o sábado à noite.

b. *Me sugira uma interessantíssima ideia para o sábado à noite.

Na posição pós-nominal, o adjetivo *inteligente* em (248) também pode significar que o falante tem um indivíduo em específico em mente, mas além disso é possível que o falante esteja se referindo a alguém não-específico, ou seja, qualquer um que seja um advogado inteligente. Estas duas possibilidades ocorrem em (248a).

Os adjetivos qualificativos que ocorrem na posição pré-nominal possuem em essência as mesmas características da posição pós-nominal. Por isso, defenderemos que é o mesmo adjetivo que ocorre nas duas posições. O fato de o adjetivo poder ter a mesma leitura nas duas posições evidencia que não se trata de dois adjetivos diferentes, mas sim do mesmo adjetivo movido. Todo o resto deste capítulo estará voltado a entender por que estes adjetivos podem ocorrer nas posições pré e pós-nominal, por que na posição pré-nominal a leitura do adjetivo deve ser específica e como prever estes comportamentos.

Na seção seguinte, trataremos dos determinantes, suas limitações em contexto com adjetivos pré-nominais e os traços relevantes para a discussão. Isso se faz necessário dada a hipótese lançada neste trabalho: os determinantes oferecem condições para a ocorrência de adjetivos qualificativos pré-nominais.

3.2 Determinantes: conceitos e distinções relevantes

Os determinantes que serão estudados nesta seção do trabalho são os artigos definidos *o/a*, os indefinidos *um/uma* e os nus de nominais singulares. Como veremos, muitos dos trabalhos que se debruçam sobre os determinantes e suas propriedades procuram diferenciar basicamente determinantes definidos de indefinidos. Isto não quer dizer que os nus não estejam incluídos nestes estudos, visto que estes também possuem ora propriedades definidas ora propriedades indefinidas, a depender de certas características contextuais, que serão exploradas nesta subseção.

Tem-se em geral a intuição de que o artigo definido é utilizado quando há identificabilidade do referente pelo falante e pelo ouvinte, mas essa asserção é bastante rasa, como apontam os exemplos abaixo, que podem ser ditos por um falante que não sabe qual a montanha mais alta do Egito, que não esteja falando de um único teto e que nunca tenha visto um saco marrom.

- (250) Quero descobrir qual é a montanha mais alta do Egito.
 (251) Sempre me encanto pelo teto de igrejas medievais.
 (252) No Brasil, o saco marrom é para pôr o lixo orgânico.

Vamos ver a seguir que muitas vezes a literatura também se esquivava de explicar estes casos.

3.2.1 Definitude

Discutiremos a seguir três propriedades relacionadas à definitude, que são os conceitos de familiaridade, unicidade e anaforicidade. As distinções são apresentadas, dentre outros, por Lyons (1999) e von Heusinger (2002).

Sobre a distinção *novo-familiar*, podemos dizer que a definitude é uma marca de familiaridade de uma entidade (ver (253), em que o DP *o gato* se refere a um indivíduo já conhecido na situação de fala) e indefinitude é marca de não-familiaridade, ou seja, de uma novidade discursiva (ver (254), em que o DP *um gato persa* está sendo introduzido no discurso). Lyons utiliza o termo identificabilidade, que basicamente seria o mesmo que familiaridade: o uso do artigo definido direciona o ouvinte ao referente do sintagma nominal assinalando que ele, o ouvinte, está em posição de identificá-lo, ou seja, é assumido pelo falante que o ouvinte é familiarizado com o referente. No entanto, os exemplos (250-252) e (255) mostram que nem sempre o definido pressupõe familiaridade, como é o caso de situações associativas (ver (255), em que se associa facilmente a presença de uma noiva a uma situação de casamento).

- (253) O gato foi escolhido pela esposa.
 (254) Foi escolhido um gato persa.
 (255) Ontem eu fui a um casamento. A noiva estava de vermelho.

Outra propriedade que está relacionada à definitude, e que dá conta do exemplo (255) anterior, é a *unicidade*. Para Lyons (1999), o termo *inclusividade* seria mais apropriado para

os casos em que o DP envolve nome de massa ou nome plural (ver (256) e (257)). No singular e com nomes contáveis, o sintagma definido indica que há apenas um indivíduo do tipo designado pelo seu nome que participa do predicado (contudo, cf (252)). Com nomes de massa ou plural, o determinante estaria designando um único grupo composto pela soma máxima dos indivíduos relevantes no universo de fala, ou seja, a referência é a totalidade de objetos ou massa no contexto que satisfaz a descrição, que é exatamente o que ocorre em (256) e (257). Os indefinidos, por sua vez, em geral não pressupõem unicidade. Mas podemos ter casos em que um indefinido é inclusivo, como mostra o exemplo (258), em que assim como em (255), se pode criar uma expectativa de que, se é um casamento, deve haver padrinhos, e então a distinção entre definidos e indefinidos por estas bases não se esclarece.

(256) Acabo de voltar de um casamento. As damas de honra estavam de vermelho.

(257) Acabo de voltar de um casamento. O vinho estava horrível.

(258) Acabo de voltar de um casamento. Um padrinho passou mal na festa.

Por fim, a terceira propriedade relacionada a definidos é a anaforicidade: sintagmas definidos forçam a interpretação anafórica em relação a um antecedente com a mesma denotação. Em (259), pode-se dizer que os dois DPs “o saco verde” se referem a mesma entidade. Os indefinidos, por outro lado, na mesma situação forçam uma interpretação não-anafórica. Em (260), é impossível dizer que os dois DPs “um saco verde” tenham a mesma referência, diferentemente dos definidos. Dito de um modo mais simples, os sintagmas indefinidos apresentam uma referência variável que os definidos não apresentam. Estes últimos denotam simplesmente um indivíduo conhecido na situação de fala.

(259) O saco verde é pro lixo orgânico e o saco verde é pro lixo reciclável.

(260) Um saco verde é pro lixo orgânico e um saco verde é pro lixo reciclável.

Ainda que as três distinções citadas acima contribuam para o entendimento das diferenças entre determinantes, defenderemos que o principal traço a ser observado é a definitude, que segundo Ihsane & Puskás (2001), seria responsável por selecionar um objeto

na classe de possíveis objetos. Visto desta maneira, todos os determinantes possuem uma mesma origem, e o que os diferencia seria o traço [+/- definido].

Sobre seu *status* sintático-semântico, podemos dizer que cada determinante possui um papel substancial na leitura do DP. O artigo não é um elemento opcional no DP, ainda que este possa ser nulo em PB. Segundo Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007, p. 55), o artigo é visto na literatura basicamente de quatro formas: a. Como uma categoria gramatical que gramaticaliza a noção semântico-pragmática de definitude; b. Como um subordinador atribuindo um *status* argumental ao NP, que seria como um complemento; c. Como um carregador de referencialidade; e d. Como um morfema puramente gramatical que tem como função atribuir caso ao seu complemento NP. Estas categorias não são excludentes, e assim defenderemos em especial as três primeiras formas: além de gramaticalizar definitude, o artigo, carregador de referencialidade, seleciona um NP como seu complemento.

Outra característica essencial para nossa discussão será a especificidade, que será apresentada na subseção seguinte.

3.2.2 *Especificidade*

A especificidade é uma noção semântico-pragmática que distingue diferentes interpretações de determinantes nos DPs. Carlson & Pelletier (1995) decidem chamar DPs que se referem a um indivíduo particular de específicos, e DPs que não se referem a um indivíduo particular de não-específicos – e neste caso os determinantes não-específicos contribuem com conteúdo descritivo de sua asserção. O que é decisivo na caracterização de especificidade não é o conhecimento ou a capacidade de identificar objetos, mas a intenção do falante em referir-se a um indivíduo determinado, independentemente de o ouvinte ser capaz de identificar o referente. Na literatura, esta distinção envolve em especial os indefinidos, mas mostraremos que esta distinção também se estende aos definidos e nus.

Do ponto de vista lógico e da filosofia da linguagem, uma expressão nominal é específica quando sua interpretação independe de operadores intensionais ou quantificadores, e como consequência, permite assim inferir sobre a existência de um referente individualizado. Sob este ponto de vista, não é possível captar as ambiguidades dos

determinantes, que são por definição específicos quando não há operadores anulando a implicação de existência do indivíduo. Quando nos referimos a especificidade neste trabalho, portanto, estamos falando do ponto de vista pragmático, pois como dissemos consideramos que determinantes podem ser específicos ou não.

Já que dissemos anteriormente que a noção essencial para o entendimento dos determinantes seria a definitude, faz-se importante esclarecer suas diferenças em relação a especificidade. Ihsane & Puskás (2001, p. 40) esclarecem que definitude é responsável por selecionar um objeto na classe de possíveis objetos; já especificidade é relacionada a elementos pré-estabelecidos no discurso. A definitude expressa uma propriedade pragmática do discurso de familiaridade, já a especificidade indica que o referente está ancorado em outro objeto do discurso.

Fodor & Sag (1982), entre muitos outros, apontam que a interpretação *de re* e *de dicto* – a primeira refere-se à coisa em si e pode ser substituído por outro termo de mesma extensão no mundo; e a segunda refere-se à coisa dita e não pode ser substituído por outro termo sem comprometer os valores de verdade da sentença⁵⁶ – corresponde respectivamente à diferença entre expressão referencial e específica, e expressão não referencial e não-específica. Já Enç (1991) sugere que um indefinido específico tem um antecedente discursivo fraco, enquanto um não-específico não tem nenhum. Diesing (1992), por sua vez, baseia especificidade na noção de pressuposição, e sugere que indefinidos específicos formam estruturas de operador/variável e indefinidos não-específicos introduzem variáveis e não têm força quantificacional por si.

Von Heusinger (2011) organiza e apresenta mais claramente algumas das formas nas quais o termo especificidade é discutido pela literatura.

- a. Especificidade referencial, que é observada em contextos opacos, expressa o contraste entre leitura que permite vínculo existencial e que não permite;

⁵⁶ Exemplos de interpretação *de re* e *de dicto*:

- (i) Pedro acredita que o reitor é sábio.
- (ii) Pedro não acredita que o vizinho do José é sábio.

Na leitura *de dicto*, ambas as sentenças podem ser verdadeiras ainda que o reitor e o vizinho do José sejam a mesma pessoa. Na interpretação *de re* isto não é possível, pois as crenças do Pedro são sobre o indivíduo que é ao mesmo tempo reitor e vizinho do José.

(261) Paula acredita que Bill falou com um policial importante (existe um policial importante/ não existe um policial importante)

b. Especificidade de escopo, que se refere a propriedade de indefinidos conseguirem escapar de ilhas, diferentemente do que ocorre com quantificadores universais. Von Heusinger avalia esta asserção acrescentando que não são somente os indefinidos específicos que possuem comportamentos excepcionais com respeito a escopo; outros tipos de indefinidos também possuem, por mecanismos independentes.

(262) Se um amigo meu do Texas tiver morrido no incêndio, eu terei que ir para lá imediatamente.

(263) Todos os estudantes deste grupo falam uma língua indo-europeia.

c. Especificidade epistêmica, que se refere ao conhecimento ou ignorância/desinteresse do falante sobre o referente.

(264) Um estudante de sintaxe colou na prova (não se sabe qual / seu nome é Jim)

d. Especificidade partitiva, que se preocupa em distinguir se o indefinido é parte de um grupo já introduzido ou não, e neste caso a especificidade estaria associada a diferentes tipos de familiaridade.

(265) Dez estudantes entraram na sala. Eu conheço um menino.

(266) Dez estudantes entraram na sala. Eles cumprimentaram uma menina.

e. Especificidade de tópico, em que o tópico da sentença pode ser entendido como uma expressão específica.

(267) Uns fantasmas vivem na cozinha; outros no sótão.

(268) Tem uns fantasmas nessa casa.

f. proeminência discursiva como especificidade, que se refere ao potencial dos indefinidos de introduzir um referente que será mencionado novamente e se tornará tópico no discurso subsequente.

(269) Tinha um rei, e o rei tinha uma filha e ele amava sua filha...

(270) #Tinha um rei e a estação tinha sido muito quente...

Há diferentes formas de agrupar estas propriedades. A noção semântica principal, para von Heusinger, é a ancoragem referencial, que conecta as propriedades do determinante às propriedades discursivas. A ideia é que o referente é funcionalmente dependente de algum participante no discurso ou de outra expressão na sentença. A âncora deve ser familiar ao falante e ao ouvinte, mas o conteúdo da função ancorada deve ser não-familiar ao ouvinte. Esta ideia cobre os tipos (a) e (c) acima, mas também estabelece links com familiaridade orientada e noções de especificidade orientadas ao discurso. Já partitivos e indefinidos em tópicos são noções independentes, mas possuem efeitos similares aos indefinidos específicos.

Von Heusinger assume que um DP específico só pode ser ancorado a itens discursivos explícitos na mesma sentença, ou ancorada ao falante da sentença. A condição de familiaridade de Heim (1982, p. 369 apud Von Heusinger, 2002, p.30-31) aponta basicamente o mesmo em termos formais.

Heim's Familiarity Condition

An NP_i in a sentence ϕ with respect to a file F and the Domain of filenames Dom(F) is

(i) [+definite] if $i \in \text{Dom}(F)$, and it is

(ii) [-definite] if $i \notin \text{Dom}(F)$

A condição de especificidade, apresentada a seguir, é formulada pelo autor em termos similares a Heim. Um NP é específico se o seu índice pode ser ligado a outro índice estabelecido na mesma sentença, e não a todo o discurso. Neste sentido, especificidade é presa à sentença e a definitude é presa ao discurso.

Specificity Condition

An NP_i in a sentence φ with respect to a file F and the Domain of filenames $\text{Dom}(\varphi)$ is [+ specific] if there is a contextual salient function f such that $i = f(j)$ and $j \in \text{Dom}(\varphi)$ (VON HEUSINGER, 2002, p.31)

A proposta de von Heusinger tem duas asserções: “(i) indefinite NPs are translated into indexed epsilon terms, which are interpreted as choice functions, and (ii) they are indexed by a referential variable that must be anchored to another discourse item. The two assumptions are independente” (VON HEUSINGER, 2002, p.32).

Ou seja, especificidade espelha uma estrutura referencial mais refinada de itens usados no discurso: um sintagma é específico quando está ancorado em outro objeto discursivo, seja ao falante, ao sujeito ou ao objeto, e por isso não depende da interpretação do predicado matriz ou outros operadores semânticos, como verbos modais.

No português, os artigos definidos podem expressar tanto a referência a um indivíduo quanto a um *kind*, ou uma espécie (como em (271b)). São [+definidos], mas podem ser específicos ou não⁵⁷. Um exemplo de definido específico está presente em (271a) e de não-específico em (271c).

- (271) O estudante ganhará uma viagem a Miami.
- a. Um estudante em particular, familiar ao falante.
 - b. Todo o grupo de estudantes (denotação de espécie)
 - c. Um estudante que teremos condições de identificar após o término do concurso.

Outro exemplo pode ser visto em (272), que pode ter leitura específica, se estivermos por exemplo considerando o trem das 15h32min, ou não-específica, se considerarmos o primeiro que passou com o destino desejado pela Maria.

- (272) Maria pegou o trem.

Já o indefinido no PB pode ser um numeral e não fazer referência a um indivíduo em específico, ou pode ser alguém em específico, mas que o ouvinte não infere de quem se trata.

⁵⁷ Os definidos não-específicos não são muito explorados pela literatura. Um trabalho que defende sua existência é Partee (1972).

Quando temos especificidade, o DP pode ser parafraseado por *um certo*, pois este adjetivo marca leitura específica em indefinidos.

(273) Um estudante colou na prova.

- a. Um (certo) estudante, que se chama João, colou na prova.
- b. Um estudante, que eu ainda tenho que descobrir qual, colou na prova.

E finalmente, para falarmos sobre os nominais nus, retomaremos a discussão já iniciada sobre a distinção NP e DP. Essa discussão é ainda mais relevante no caso dos adjetivos pré-nominais, pois propomos que uma série de adjetivos ocorrem na posição pré-nominal em virtude de certas características presentes no determinante. Assim, o que devemos esperar quando há somente NP?

Relembrando a proposta de Espinal e McNally (2011): NPs seriam nomes contáveis nus não especificados para número e definitude, ocorrem como objeto de uma reduzida classe de predicados relacionados com as estruturas *tem + NP*, e têm leitura de propriedade. Por serem incapazes de saturar o predicado, não se pode substituí-los por um pronome, visto que este indica uma descrição definida. A proposta sugerida nesse trabalho já prevê corretamente que NPs no PB não podem ser definidos ou específicos (nem (274a) nem (274b) correspondem à leitura de propriedade contida em *ter-carro*). O predicado *ter carro* não contém um argumento, visto que não se pode dizer se Pedro tem um ou mais carros; também não se sabe que carro que o Pedro tem.

(274) Pedro tem carro.

- a. #Pedro tem um carro que não sei qual é.
- b. #Pedro tem um certo carro.

Já os DPs nus podem ter leitura [-definida] específica (ver (275) e (276), em que o falante tem clara a sua referência) ou não-específica (conferir (277), em que não se pode dizer que haja uma entidade designada por *funcionário novo*).

(275) João viu menina bonita chorando na calçada.

(276) Eu conheci empresário que tava se ajudando.

(277) João está contratando funcionário novo.

Vimos então que DPs definidos, indefinidos e nus podem ser específicos ou não-específicos, portanto. Mas ainda precisamos esclarecer como os adjetivos são influenciados por esses traços do determinante, e é nisto que nos concentraremos na próxima subseção. Em seguida, a subseção 3.2.2.2 apresentará uma proposta de aproximação do conceito de especificidade à categoria Tópico, uma ideia seguida por autores como Aboh et al (2009) e Ihsane & Puskás (2001). Sobre a definitude, vamos propor que ela está relacionado à categoria DefP, que é concatenada numa posição mais alta que a categoria de tópico.

3.2.2.1 DPs referenciais específicos e não-específicos

Definitude está presente em todos os DPs referenciais. Com referencialidade queremos dizer que o determinante se refere a um indivíduo/ indivíduos em particular. McKay & Nelson (2010) apontam que a referencialidade permite a substituição por um termo co-designado *salva veritate*. O que precisamos levar em conta é que nem todos os referenciais são específicos. Nesta subseção buscaremos discutir as diferenças entre os que possuem especificidade e os que não possuem.

Os não-específicos foram estudados, possivelmente pela primeira vez, por Fodor (1970). A autora mostra por que não se deve considerar que os DPs referenciais são essencialmente específicos. Trata-se de duas propriedades distintas: a referencialidade indica que há uma pessoa em particular, a especificidade indica que o falante sabe quem é o referente. Saber que há uma pessoa em particular não implica saber quem é esta pessoa. Em geral, assume-se que complementos de verbos existenciais exibem efeito de definitude, e por isso vamos nos restringir a estas sentenças neste momento.

(278) A Maria tem um amigo que é astronauta.

No exemplo acima, o falante pode saber que existe uma pessoa tal que a Maria é amiga dessa pessoa e essa pessoa é astronauta. Isto não quer dizer que o falante saiba que essa pessoa é o João, mesmo que o falante conheça o João. Nessa situação, o falante não pode proferir a sentença abaixo:

(279) Tem um excelente/ maravilhoso/ atencioso/ divertido/ querido amigo da Maria que é astronauta.

O adjetivo só pode ser prenominalizado se o falante souber quem é o referente em específico. Caso contrário, o adjetivo só poderá ser pós-nominal. No exemplo (280), o adjetivo pode ser pós-nominal porque pode ter leitura subespecificada. A Maria disse que o amigo é querido, e o falante reportou isto. Não é o julgamento do falante, e por isso o adjetivo não pode ser pré-nominal.

(280) A Maria tem um amigo querido que é astronauta.

Outro exemplo com DP indefinido pode ser conferido a seguir. Há duas leituras referenciais possíveis, uma em que há um casaco caro e é esse que a Maria vai comprar (leitura específica) e outra em que há casacos caros, e dentre estes, a Maria vai comprar um (leitura não-específica). (281b), com o adjetivo *maravilhoso* pós-nominal, pode ter ambas as leituras, diferentemente de (281c), que só pode ser específico⁵⁸.

- (281) a. A Maria vai comprar um casaco caro.
 b. A Maria vai comprar um casaco caro maravilhoso.
 c. A Maria vai comprar um maravilhoso casaco caro.

⁵⁸ Em (281c), podemos ter uma leitura diferente do adjetivo pré-nominal se o falante considerar que todos os casacos caros são maravilhosos. Neste caso, o adjetivo é um epíteto. Não nos interessamos muito pelos epítetos neste trabalho, mas seria interessante estudar quais as motivações para um adjetivo qualificativo ter que ser obrigatoriamente pré-nominal quando epíteto. Eles apresentam certas semelhanças com alguns adjetivos exclusivamente pré-nominais, visto que possuem sempre leitura não-específica, assim como *mero*.

O mesmo ocorre com determinantes nus, como mostram os exemplos abaixo. Temos em (282a) uma sentença episódica, com DP existencial. O determinante é referencial, mas não necessariamente específico. Se específico, o adjetivo pode se mover para a posição pré-nominal. Se não, ele ainda pode ocupar a posição pós-nominal (neste caso, apenas com leitura não-específica/subespecífica).

- (282) a. A Maria comprou livro no shopping.
 b. A Maria comprou famoso livro no shopping.
 c. A Maria comprou livro famoso no shopping.

Outros exemplos podem ser conferidos a seguir, nos quais o determinante é referencial, mas pode ou não ser específico. O movimento do adjetivo para a posição pré-nominal só ocorre com leitura específica. Já na posição pós-nominal, a leitura do adjetivo pode ser específica ou subespecífica.

- (283) a. Naquele baú eu vi saia.
 b. Naquele baú eu vi saia nova pra você usar.
 c. Naquele baú eu vi nova saia pra você usar.

Sobre os definidos, Partee (1972) sugere que também existem DPs definidos não-específicos, mas estes não seriam referenciais. No exemplo a seguir, temos duas interpretações, a primeira com leitura referencial, ou seja, o falante sabe quem é o referente no mundo para “o assassino de Lennon”, e a segunda com leitura atributiva, em que o falante entende que, quem quer que seja o assassino de Lennon, esta pessoa é insana.

- (284) O assassino de Lennon é insano.

Mas assim como Fodor (1970), defendemos que existem DPs definidos referenciais não-específicos, como mostra o exemplo (285) abaixo, em que o DP se refere a uma pessoa em particular, mas o falante ainda não tem condições de identificá-lo. Neste caso, como

esperado, o adjetivo não pode ser movido, visto que não há leitura específica, mas pode ocorrer posposto ao nome, com leitura não-específica/subespecífica.

- (285) a. O professor mais votado ganhará um prêmio. – leitura não-específica
 b. *O maravilhoso professor mais votado ganhará um prêmio.
 c. O professor maravilhoso mais votado ganhará um prêmio

Fica claro assim que os traços de definitude e especificidade podem não ocorrer ao mesmo tempo, o que adiciona evidências para a estrutura proposta neste trabalho.

3.2.2.2 Relação entre especificidade e tópico

Exploramos nesta subseção as vantagens de se separar definitude e especificidade dos DPs em duas categorias distintas. A definitude estaria associada a Def, diretamente. Já a especificidade surge em uma categoria mais baixa na estrutura. O objetivo desta subseção é apresentar argumentos para se postular uma posição de tópico dentro da estrutura DP que conteria especificidade. A ideia de postular um tópico dentro do DP tem por base o paralelismo que comumente se faz entre a estrutura da sentença e do DP. Deve-se dizer que o DP é defectivo em relação às propriedades funcionais encontradas em uma sentença, ou seja, a comparação que se faz não resulta em uma categoria nominal para cada categorial verbal. Não surpreenderia, assim, se categorias como tópico (e também foco) não estivessem presentes em DPs de todas as línguas.

O tópico estabelece uma relação entre a proposição e um indivíduo do discurso – a proposição expressa pela sentença será sobre o indivíduo. Em geral, o tópico se refere a um indivíduo que possui certo grau de atuação efetiva no discurso. O tópico também é usado em construções em que há deslocamentos para certas posições estruturais. (ABOH ET AL, 2009, p.4)

Sobre a presença da categoria ToP dentro do DP, Lambrecht (1994, p.35) afirma que “[. . .] information structure contrasts may in principle be expressed within any syntactic domain which expresses a predicate-argument relation, for example within the noun phrase”.

Falar em tópico sempre nos remete a Rizzi (1997), cuja proposta tem como resultado a expansão do CP como segue.

(286) ForceP > TopP > FocP > TopP > FinP > IP

Alguns autores como Aboh (2009) propõem posições de tópico e foco dentro de DP, de modo similar a Rizzi (1997). O autor relembra alguns outros trabalhos relacionando movimento dos adjetivos a projeções funcionais como tópico ou foco. Siewierska & Uhlirova (1998, p.134) afirmam que em polonês e em outras línguas eslavas o adjetivo qualificativo recebe uma leitura não-marcada na posição pré-nominal, e o posicionamento do adjetivo posposto ao nome indica foco contrastivo ou ênfase.

- (287) a. Piękna kobieta (polonês)
/Bonita mulher/
b. Kobieta piękna
/mulher bonita/

Rijkhoff (1998) aponta que em turco o foco contrastivo ou enfático é obtido com o movimento do adjetivo para uma posição mais alta que a do artigo indefinido/cardinal *bir*. Sem foco, o adjetivo ocupa a posição entre o artigo e o nome.

- (288) a. Bir büyük ev (turco)
/Uma grande casa/
b. Büyük bir ev
/Grande uma casa/

Em português, o adjetivo focalizado não pode ocupar a posição entre o DefP e o Nome, ao menos em DPs referenciais/contextos reais⁵⁹ (voltaremos a isto em breve).

⁵⁹ Por contextos reais entendemos as situações que acreditamos já terem acontecido ou estarem acontecendo, ou seja, algo que comumente está marcado no passado e no presente. Por irrealis, entendemos as situações que ainda não aconteceram, ou seja, quando é impossível determinar a factualidade da proposição, como as orações

Defendemos que o DefP pode projetar TopP se houver especificidade do determinante, e nenhuma posição de foco é encontrada neste mesmo ambiente. Como já dissemos, a comparação entre um DP e uma sentença não resulta em uma categoria nominal para cada categorial verbal, ou seja, o paralelismo não é perfeito, e ao menos em PB os adjetivos pré-nominais não oferecem argumentos para a postulação de uma projeção FocP em contexto realis. Os exemplos a seguir mostram adjetivos como *brutal* e *maravilhoso* recebendo foco contrastivo, o que torna o DP agramatical.

(289) *A BRUTAL agressão, não aquela que foi verbal.

(290) *O MARAVILHOSO livro de receitas, não aquele outro todo light.

Sobre foco, Giusti (1996) afirma que o italiano não possui esta posição focal dentro da estrutura DP. Ou seja, os adjetivos descritivos pré-nominais do italiano são sempre tópicos.

(291) a. *i BIANCHI suoi capelli, non (quell)i neri

b. *i suoi BIANCHI capelli, no(quell)i neri

Já sobre o tópico, Giusti (1996) argumenta que alguns adjetivos pré-nominais do italiano se referem a conhecimento compartilhado, e por isso estariam em Tópico. Giusti descreve o comportamento dos adjetivos do italiano através dos seguintes exemplos. Em (292a), tem-se tanto a interpretação de que todo o seu cabelo é branco ou somente alguns fios são brancos; esta segunda interpretação não está disponível em (292b). Já (292c) pode significar que a brancura do cabelo é uma informação compartilhada ou dada no discurso.

(292) a. I suoi capelli bianchi

/os seus cabelos brancos/

b. I suoi bianchi capelli

c. I bianchi, suoi capelli

subjuntivas, imperativas, interrogativas. Retomaremos a discussão sobre o irrealis no capítulo quatro deste trabalho.

A posição pré-nominal do adjetivo no italiano, descreve Giusti (1996), é mais favorável quando o adjetivo expressa uma propriedade prototípica do nome, ou seja, um epíteto, e quando o nome em si é maximamente especificado. Tanto em (292b) como em (292c), o adjetivo pré-nominal se refere a um conhecimento compartilhado no discurso.

A proposta de Giusti é que os adjetivos são gerados primeiramente em posição de especificador de uma projeção de concordância e depois se movem para SpecTopP.

(293) [DP Art [_{TopP} AP_j Top [_{AgrP} POSS [_{AgrP}... t_j.....[_{AgrP} N_i [...t_i]]]]]]

Sobre a aplicação desta proposta ao PB, já argumentamos contra a geração destes adjetivos numa posição mais alta que a do nome, e por conta disso, ela não será utilizada neste trabalho.

Ainda sobre TopP, Ihsane & Puskás (2001) também argumentam que o núcleo Top é caracterizado pelo traço [+específico]. Os autores não adotam um sistema de traços binários, ou seja, não adotam que esta projeção também possa validar traços [-específicos]. Argumentam que não é o caso que um sintagma possa ser relacionado ao discurso ou banido do discurso, mas sim que um não tópico simplesmente não contém conexão relevante com o discurso.

Specificity [...] does not seem to fit so directly into a binary system as described above: elements may be specific, in which case they are related to the discourse; otherwise, they are non-specific, which means that they are not related to the discourse, in an under-specified way. This asymmetry in the two features raises in turn the question of the syntactic realization of the relevant (set of) features. (IHSANE & PUSKÁS, 2001, p.42)

Por isto, vamos propor que quando há especificidade no determinante, a projeção Tópico é selecionada por DP; se não há especificidade, não há projeção de tópico. Em outras palavras, DPs [+/- definidos] e [+específicos] projetam uma categoria TopP abaixo de DP. A definitude está alocada em D, e está sempre presente com o traço [+definido] ou [-definido]. Já a especificidade está presente com o traço [+específico] e está alocada em Top. Quando o DP não é específico, não há TopP presente na estrutura.

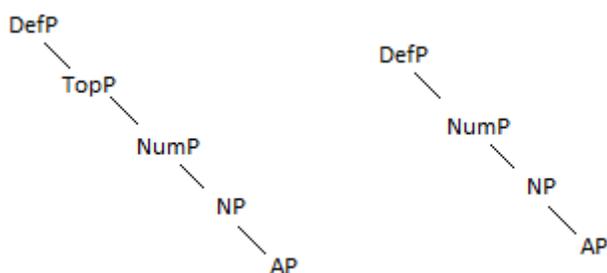
Tomemos o exemplo (294). Temos duas possibilidades de leitura, uma em que “um filósofo” é específico, e outra que é não-específico. Se o artigo indefinido estiver marcado

com os traços [-definido, +específico], o traço [-definido] surge no lugar em que é concatenado o artigo, no núcleo de Def. Já a especificidade surge na seleção: determinantes específicos selecionam TopP (cf (295a)); não-específicos simplesmente não apresentam esta projeção (cf (295b)).

(294) Ana falou com um filósofo.

(295) a.

b.



O artigo, portanto, que contém sempre o traço [+/- definitude], selecionará Top se houver especificidade no DP.

Vale dizer, por fim, que em (295) estamos incluindo somente as projeções que são relevantes para a proposta, o que não anularia a possibilidade de se incluir outras categorias que possam se aplicar ao DP.

3.3 Interação determinante e adjetivo

Este trabalho tem como uma das hipóteses que o movimento do adjetivo ocorre quando o determinante que encabeça o DP oferece um lugar de pouso adequado para o adjetivo. Esta subseção tem como objetivo avançar nesta discussão apresentando como se dá a interação do determinante com o adjetivo pré-nominal.

Quando nos referimos à interação determinante-adjetivo, deixamos pressuposto que os sintagmas em questão são DPs. Mas cabe iniciar esta subparte do trabalho retomando o trabalho de Espinal e McNally (2011) e dizendo o que ocorre com os adjetivos em NPs, ou seja, contextos em que não há um determinante projetado e o que ocorre em DPs com determinantes nus.

- (296) a. Maria usa chapéu.
 b. *Maria usa bom chapéu.
 c. Maria usa bons chapéus.
 d. *Maria usa pequeno chapéu.
 e. Maria usa pequenos chapéus.
- (297) a. *Maria tem certa mania.
 b. Maria tem certas manias.

Em (296a), (296b), (296d) e (297a), temos de fato NPs, pois não cabe a leitura de que Maria usa um bom chapéu em (296b), Maria usa um pequeno chapéu em (296d) e Maria tem uma certa mania em (297a). Para utilizar um adjetivo pré-nominal nesses casos o plural é obrigatório, como mostram os exemplos (296c), (296e) e (297b). Isto ocorre tanto com adjetivos qualificativos pré-nominais, como mostra (296) quanto com exclusivamente pré-nominais, como mostra (297). Já em (298), temos igualmente um nome nu no singular com adjetivo pré-nominal, mas a leitura seria a mesma se houvesse um determinante singular encabeçando o DP – *um pequeno barco*. Em (298c) mostramos ainda como a retomada pelo pronome comprova que se trata de fato de um DP e não um NP.

- (298) Homem usou pequeno barco para atravessar a avenida durante enchente.
- a. Homem usou um pequeno barco para atravessar a avenida durante enchente.
 b. Homem usou pequenos barcos para atravessar a avenida durante enchente.
 c. Homem usou pequeno barco para atravessar a avenida durante enchente. Ele foi construído em apenas dez minutos.

O contraste singular-plural apontado em (296-298) acima, no entanto, não é apresentado pela literatura consultada. Estes exemplos mostram que NPs não podem conter adjetivos na posição pré-nominal. No caso dos exemplos (299-301) abaixo, ainda que não haja determinante explícito, defendemos que o sintagma é um DP porque já não há leitura de propriedade e a retomada pelo pronome comprova que se trata de uma descrição definida.

- (299) Maria usa provável vestido de noiva da sua irmã no Expo Noivas e Festas porque ele combina muito com ela também.
- (300) Maria usa *bom/bons chapéus. Eles são todos pontudos.
- (301) Maria usa bonito vestido de festa só quando suas amigas compram ele para ela.

A presença de um adjetivo pré-nominal impede a leitura de propriedade dos exemplos (299-301) acima. Isto evidencia que o adjetivo pré-nominal não pode ocorrer de fato em NPs. Estando em um DP, a leitura do nome já não é de propriedade, mas de indivíduo.

Vejamos agora os resultados que encontramos quando controlamos as características do determinante e as propriedades dos adjetivos pré-nominais.

Os exemplos abaixo mostram que os adjetivos exclusivamente pré-nominais podem ocorrer tanto com DPs específicos quanto não-específicos. Ainda que mais comumente os encontramos antecidos por artigo indefinido, sintaticamente e semanticamente não há impedimentos para a ocorrência destes adjetivos também com o definido ou o nu. Ou seja, além de aceitarem a combinação com determinantes contendo o traço [+/- definitude], estes adjetivos também podem ser específicos ou não-específicos/ subespecíficos.

- (302) Um grande amigo da Maria já foi piloto de caça. (é referencial, mas pode não ser específica/subespecífica)
- (303) Uma mera/simple discussão surgiu e ele já queria desistir de tudo. (referencial específica ou não-específica/subespecífica)
- (304) Tem um mero/suposto/pobre/grande concorrente se matando de estudar agora mesmo. (referencial específica ou não-específica/ subespecífica)

Os qualificativos, por sua vez, só podem ocorrer na posição pré-nominal se o determinante que encabeça o DP for específico (isto em contextos *realis*). Quanto aos traços de definitude, estes adjetivos não apresentam restrições na combinação. Em (305), o indefinido pode ser interpretado como específico ou não-específico. (305b) mostra que as duas interpretações do indefinido seguem válidas com o adjetivo posposto ao nome. (305c) mostra que o movimento do AP para a posição pré-nominal só ocorre quando o determinante tem leitura exclusivamente específica. O qualificativo pré-nominal não ocorre quando o

indefinido é interpretado com outra leitura. (306) oferece mais dados para que se mantenham estas asserções: o adjetivo pós-nominal se combina com indefinidos específicos ou não-específicos (ou seja, a estrutura poderá ser (295a) ou (295b)), mas quando o adjetivo se move para a posição pré-nominal, este terá somente leitura específica, e a estrutura correspondente seria apenas (295a).

- (305) a. Um professor foi premiado. – leitura específica ou não-específica
 b. Um professor maravilhoso foi premiado. – específica ou não-específica
 c. Um maravilhoso professor foi premiado. – leitura específica
- (306) a. Eu falei com um filósofo.
 b. Eu falei com um filósofo famoso.
 c. Eu falei com um famoso filósofo.

Com os definidos não-específicos, vemos que também não há ocorrência de adjetivos qualificativos pré-nominais. Se no exemplo (307a) abaixo estivermos considerando que ainda não ocorreu a votação e que ainda não sabemos qual será o professor mais votado, o determinante será não-específico, e a previsão de que neste caso não poderá ocorrer um adjetivo qualificativo pré-nominal é correta. Por sua vez, se imaginarmos que a votação já cessou e o falante sabe quem é especificamente o vencedor, o determinante definido será específico e o adjetivo poderá se mover para a posição pré-nominal.

- (307) a. O professor mais votado ganhará um prêmio. – leitura não-específica
 b. *O maravilhoso professor mais votado ganhará um prêmio.
 c. O professor maravilhoso mais votado ganhará um prêmio.
- (308) a. O professor mais votado ganhou um prêmio. – leitura específica
 b. O maravilhoso professor mais votado ganhou um prêmio.

Os DPs nus também só permitem o aparecimento de adjetivos pré-nominais quando o determinante tem leitura específica. A leitura do DP em (309) deve ser específica, e por isso o adjetivo pode subir para a posição pré-nominal. Em (310), temos as duas possibilidades de leitura quando o adjetivo não está presente. Mas como mostra (310b), o adjetivo

qualificativo pré-nominal só ocorre quando a leitura do determinante nu e do adjetivo é específica. Já em (311), temos obrigatoriamente leitura não-específica/ subespecífica do indefinido. Neste caso, o XP que contém o adjetivo qualificativo não poderá se mover para a posição pré-nominal.

- (309) a. Professor salvou família de moradores da Tijuca. – leitura específica
 b. Maravilhoso professor salvou família de moradores da Tijuca.
- (310) a. João está preparando peixe. (específica ou não-específica)
 b. João está preparando delicioso peixe para a janta. (específica)
- (311) a. Caroline viu policial em todo canto da praça (não-específica)
 b. *Caroline viu charmoso policial em todo canto da praça.
 c. Caroline viu policial charmoso em todo canto da praça.

Já está claro que nos contextos reais os adjetivos qualificativos ocorrem em posição anteposta ao nome quando o determinante tem leitura específica, apenas. Neste caso, os adjetivos também terão leitura específica. Os exclusivamente pré-nominais, por sua vez, não apresentam nenhum tipo de interação com o determinante.

As generalizações apresentadas acima parecem esbarrar em DPs envolvendo *kinds*. Esses DPs não podem ser específicos, o que nos faria pensar que estes DPs não aceitariam adjetivos qualificativos pré-nominais. No entanto, os exemplos (312) e (313) mostram que adjetivos como *inteligente* e *desdentado* podem ocorrer na posição pré-nominal nestes casos.

(312) O inteligente golfinho tem um focinho alongado formando um bico.

(313) O desdentado tamanduá tem língua longa e pegajosa.

Estes dados abrem uma discussão bastante interessante. Por um lado, estes adjetivos não podem ocorrer na posição pós-nominal nestes contextos, posição em que os qualificativos são gerados.

(314) O golfinho inteligente tem um focinho alongado formando um bico.

(315) O tamanduá desdentado tem língua longa e pegajosa.

Em (314), o nome perde a leitura de *kind* e se torna de um indivíduo se o adjetivo ocupar a posição pós-nominal. (315) não seria pronunciada por um falante que tenha conhecimento do fato de que não existem tamanduás com dentes. Vale investigar então se estes adjetivos se comportam como exclusivamente pré-nominais ou mesmo se as restrições, advindas do conhecimento de mundo, afetam a natureza linguística destes adjetivos.

A hipótese de que estes adjetivos possam se comportar como os exclusivamente pré-nominais é descartada rapidamente quando percebemos que ainda em (316) o adjetivo pode ser modificado, aparecer na forma superlativa, na posição predicativa e seguir todas as demais características de um qualificativo, com exceção do fato de não ocorrer posposto ao nome.

- (316) a. O inteligente golfinho tem um focinho alongado formando um bico.
 b. A inteligência do golfinho
 c. O super inteligente golfinho⁶⁰
 d. O golfinho é inteligente

Vamos defender que a restrição não é linguística: estes adjetivos são qualificativos e o não aparecimento do qualificativo em posição pós-nominal de DPs *kinds* se deve à natureza restritiva da posição pós-nominal, que forçaria uma leitura de *subkind*, indesejada pelo falante que tem conhecimento de mundo e sabe sobre a falta de *subkinds* quando o DP em questão envolve estes nomes e adjetivos citados. Estes DPs não são referenciais, o que nos garante que o comportamento diferenciado dos exemplos supracitados contendo nomes *kinds* não afeta a proposta que estamos apresentando. Este ponto seguirá em aberto nesta tese.

Exploraremos a seguir uma proposta de movimento destes adjetivos da posição pós-nominal para a pré-nominal somente quando o determinante possui traço-[+específico], ou

⁶⁰ Mas se observarmos com mais cuidado, veremos que os epítetos (adjetivos que designam propriedades que se estendem a toda a classe designada por N) não são graduáveis. Quando pensamos em (316c), estamos pensando que os golfinhos são superinteligentes, e não simplesmente inteligentes. O grau é elevado, mas invariável. Estes adjetivos não podem ser tomados como um meio para realçar uma propriedade distinta de um indivíduo do grupo a que se aplica, mas uma opinião do falante de que todos os indivíduos do grupo têm a mesma característica de ser superinteligente.

seja, quando há projeção TopP marcando a especificidade. Esta projeção poderá receber o AP movido, pois ambos são marcados como [+específico].

3.4 Proposta de estrutura

O que motiva o movimento do AP_{qualificativo} é o traço [+específico], um traço que todos os determinantes em questão podem ter. Em contextos em que o DP indefinido é ambíguo, e pode conter tanto leitura específica quanto não-específica, a presença de um adjetivo qualificativo pré-nominal só ocorre quando o falante está considerando somente a leitura específica do determinante. Na posição pós-nominal, o adjetivo não força nenhuma leitura em especial do determinante. Como dissemos, Bosque (2001) e Picallo (1994) mencionam que os adjetivos pré-nominais forçam a leitura específica do indefinido⁶¹. Ou seja, os autores defendem que o adjetivo é capaz de cancelar uma das leituras do determinante indefinido. O que estamos argumentando é ligeiramente diferente: dizemos que o AP qualificativo é incapaz de mover-se se o determinante não for específico, isto é, se não a categoria Tópico não for projetada. Mas se houver Tópico projetado, o adjetivo poderá ter leitura específica quer esteja na posição pré-nominal quer esteja na pós-nominal. O movimento não é obrigatório, visto que os adjetivos pós-nominais também podem ser específicos. O movimento do adjetivo só pode ocorrer se os traços do determinante e do adjetivo forem igualmente [+específico].

Se Tópico é projetado sempre que o determinante tem leitura específica, podemos dizer que um adjetivo pós-nominal específico tem como checar seus traços de especificidade por *Agree*, visto que a projeção que contém especificidade (TopP) está disponível⁶².

⁶¹ O espanhol apresenta uma evidência adicional de que os pré-nominais devem ter leitura específica.

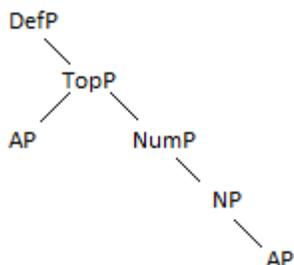
- (i) Busco (a) un actor famoso
- (ii) Busco *(a) un famoso actor

Quando específico, o objeto direto animado deve ser precedido da preposição *a*. Na posição pós-nominal, por sua vez, o adjetivo pode ter leitura não-específica, o que legitima a opcionalidade de uso da preposição em (i).

⁶² Roberts (2007) aponta que a checagem por *Agree*, em contrapartida ao movimento, é uma tendência no percurso diacrônico das línguas, visto que checar é mais econômico que mover. Não podemos dizer, contudo, que está havendo uma mudança da posição dos qualificativos sem que se verifique com cautela os dados diacrônicos do Português. Voltaremos a este ponto no final do capítulo.

Partiremos de (295), retomado como (317) para discutirmos qual seria a estrutura que melhor explica os dados. O determinante da estrutura abaixo pode ser [+/- definido]. Independentemente do valor do traço, este estará marcado no núcleo Def. Esta estrutura também é compatível com um DP específico, visto que há uma projeção de Tópico proposta. Esta projeção viabiliza a subida do adjetivo, que encontra em TopP um lugar de pouso que também possui traço [+específico]. Em outras palavras, quando o D traz o traço [+específico], a categoria Top é projetada. Quando não há especificidade no DP, TopP não é projetado, o que garante que não haja problemas conhecidos na literatura como *look ahead*, ou seja, a falta da projeção de Tópico quando o DP não é específico garante que o adjetivo não se moverá se não for específico. Nossa proposta está de acordo com Aboh (2009) no que tange à possibilidade de projeções de Tópico (e Foco, como vamos ver no capítulo quatro) dentro do DP, está de acordo com Giusti (1996), que defende que os adjetivos pré-nominais em Italiano são topicalizados, e de acordo com Ihsane e Puskás (2001), que defende que a categoria Tópico é sempre [+específico].

(317)



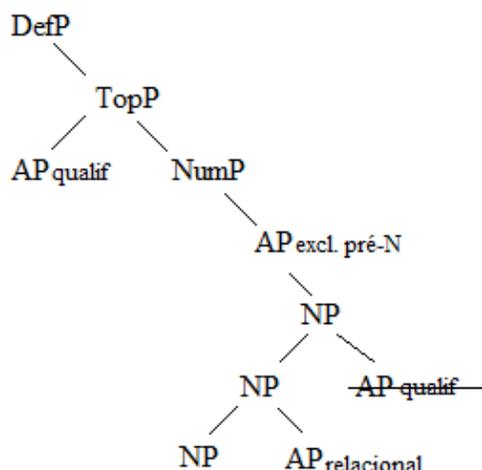
Não está suficientemente clara a posição em que é gerado o adjetivo exclusivamente pré-nominal. Por um lado, eles não são selecionados pelo nome, o que nos faz crer que estes adjetivos não sejam concatenados em SpecNP nem que sejam gerados na posição pós-nominal. Também não temos razões para defender que sejam gerados em NumP, visto que estes adjetivos também ocorrem em nomes de massa (cf (318)), que não possuem projeção de número.

(318) Vou preparar um simples arroz com brócolis e cada um prepara a sua carne.

Não temos da mesma forma razões para defender que os exclusivamente pré-nominais sejam concatenados em TopP, visto que estes adjetivos podem ser não-específicos. Propor que sejam gerados em DefP também é problemático, visto que tampouco têm relação com a definitude do DP.

Apesar dos problemas já citados, vamos adotar uma proposta similar a de Bernstein e considerar que estes adjetivos núcleos (ou seja, os adjetivos exclusivamente pré-nominais) estejam hospedados abaixo de NumP⁶³ e acima de NP. Assumir que estes adjetivos sejam núcleos tem como consequência a necessidade de explicar o que *se* passa quando este adjetivo não está presente, visto que ele se configura como um selecionador de NP. Vamos defender que NumP é capaz de selecionar tanto AP quanto NP. No caso de NumP selecionar um adjetivo exclusivamente pré-nominal, o nome surge como uma seleção do adjetivo.

(319)



Sobre os relacionais e qualificativos, assumimos que são gerados como adjuntos de NP, na posição pós-nominal, como visto em 2.4.3.

Mesmo considerando a possibilidade de concatenar alguns adjetivos no DP simultaneamente e a possibilidade de concatenar apenas um nome sem coordenação, a proposta de movimento do adjetivo apresentada aqui se mostra econômica. A presença de dois ou mais adjetivos no DP não sugere que teorias que lidem com movimento do adjetivo

⁶³ A projeção de Número é gerada por razões independentes ao adjetivo.

tenham que propor movimento de todos os adjetivos. Por esta proposta, os qualificativos são os únicos a se mover.

As propostas de movimento do nome argumentavam que este deveria mover-se para NumP, mas já mostramos que em PB o número é interpretado no determinante e não no nome. Sendo assim, este não é um fator que motiva o movimento do nome em português. Assim, não há argumentos para mover o nome no DP. Também não há argumentos para movimento do determinante. Os traços de definitude são inerentes, e a especificidade também fica clara pela seleção da projeção de tópico. Numa estrutura contendo artigo específico, adjetivo qualificativo pré-nominal, adjetivo exclusivamente pré-nominal, nome e adjetivo relacional, o qualificativo é o único que apresenta evidências de movimento.

Esta proposta, portanto, dá conta de explicar o que ocorre em DPs contendo dois ou mais adjetivos, e sugere que o problema do espelho, citada no capítulo um, é possivelmente um problema mal compreendido, visto que os grupos de línguas analisados quando se discutiu este problema (para lembrar, as línguas românicas e germânicas) possuem determinantes com propriedades bastante diferentes, e a comparação entre elas será falha até que se leve em consideração o nome e o determinante que o acompanham no DP.

Ainda não deixamos claro nesta proposta como explicar o exemplo (53), retomado em (320). Neste exemplo, o adjetivo *supostos* tem escopo sobre *desonestos*, que tem escopo sobre *chineses*.

(320) Os supostos professores chineses desonestos

A estrutura apresentada em (319) não requer nenhum tipo de ajuste para explicar estes dados: o adjetivo *suposto* é um adjetivo exclusivamente pré-nominal, e por isso é concatenado numa posição mais alta que *desonestos*; este, por sua vez, é um adjetivo qualificativo, que é concatenado a um NP mais alto que o que contém o adjetivo relacional *chineses*. As relações de escopo estão, portanto, previstas pela proposta apresentada.

3.4.1 Evidências de movimento por especificidade em diversas línguas

Uma questão que nos colocamos é: há algum outro tipo de evidência independente mostrando que elementos portando o traço [+específico] desencadeiam movimento? Abaixo, apresentaremos três evidências que demonstram movimentos motivados por especificidade em outros contextos do PB e também de outras línguas.

A primeira evidência é apresentada por Ihsane e Puskás (2001), que mostram que em Húngaro o DP definido pós-verbal em exemplos como (321) tem leitura preferencialmente não-específica, mas na posição pré-verbal o DP é obrigatoriamente específico quando ocupa a posição de tópico.

- (321) a. Anna lemaradt a vonatrol. (preferencialmente não-específico)
 Anna down-stayed the train-from.
 Anna perdeu o trem.
- b. A vonatrol lemaradt Anna. (específico)
 The train-from down-stayed Anna.
 O trem, a Anna perdeu.

Ihsane e Puskás (2001) defendem que o DP *o trem* foi fronteado em (321b) para a projeção Top, e o fato de o Húngaro não poder frontear DPs que trazem informação nova evidencia esta análise – lembrando que Tópico é relacionado a informação velha. Os autores assumem que o DP em (321b) é específico, e isto o habilita a ser licenciado na projeção de Tópico frasal em Húngaro. Também comentam que isto é independente dos traços de definitude do DP.

A segunda evidência é mencionada por Mathieu (2009), que remete aos trabalhos de Holmberg (1999), e Chomsky (2001). Em Norueguês e Sueco, a mudança da ordem dos objetos está correlacionada à interpretação específica. Objetos não-específicos nunca mudam de posicionamento em nenhuma língua escandinava. Holmberg propõe que a mudança de ordem dos objetos está correlacionada ao movimento do verbo para Tópico. O exemplo a seguir, em Sueco, é apresentado por Holmberg (1999, p.1).

- (322) a. Jag kysste **henne** inte [_{VP} t_v t_o]
Eu beijei ela não
b. ^(*)Jag kysste inte henne.
Eu beijei não ela.
- (323) a. *Jag har **henne** inte [_{VP} kysst t_o]
Eu tinha ela não beijado
b. Jag har inte kysst henne.
Eu tinha não beijado ela.
- (324) a. *...att jag **henne** inte [_{VP} kysste t_o]
Que eu ela não beijei
b. ... att jag inte kysste henne.
Que eu não beijei ela.

O autor mostra com os exemplos acima que se o verbo não pode se mover – porque o verbo auxiliar bloqueia a subida do verbo principal, no caso de (323a), ou porque não há movimento de verbo em sentenças encaixadas no Sueco, como mostra (324a) –, não há deslocamento do objeto. Holmberg postula que em (322a) temos subida do pronome fraco relacionada a movimento do verbo de V – para I – para C, o que resulta em topicalização do verbo.

A terceira evidência é apresentada por Den Dikken (2006, p.91) para o inglês. As inversões de predicado em sentenças copulares só são permitidas em sentenças equativas ou especificacionais. O predicado pode ocupar a posição mais alta quando for uma pseudo-clivada específica. Mas o caso mais interessante ocorre com inversão locativa (ver (327)), pois neste caso a inversão é obrigatória.

- (325) a. Brian is an excellent doctor.
b. An excellent doctor is Brian.
- (326) a. The Vietnam War and the Gulf War are examples of this.
b. Examples of this are the Vietnam War and the Gulf War.
- (327) a. *Imogen expects on this wall to be hung a portrait of Brian.
b. On this wall Imogen expects to be hung a portrait of Brian.

Den Dikken (2006, p. 98) aponta que “Locative Inversion within the infinitival clause is possible only if the locative PP does not actually surface there but instead shows up in topic position in the matrix clause.”

Isto mostra que especificidade desencadeia movimento de várias categorias, não somente de adjetivos.

Dissemos que as generalizações feitas até então se aplicam a contextos reais. Veremos no próximo capítulo que nos contextos irrealis podemos ter uma estrutura para o constituinte nominal diferente, com uma posição diferente para receber o adjetivo movido. Mas antes, voltemos aos dados diacrônicos, apresentados no início deste capítulo, e vamos ver de que forma a nossa proposta lida com os dados presentes no Corpus Histórico do Português Europeu.

3.4.2 Os dados diacrônicos

No início deste capítulo, mostramos brevemente que os dados do Corpus Históricas do Português Europeu (textos escritos em prosa por portugueses nascidos entre 1500 e 1850. Projeto Tycho Brahe (cf. <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>)) consultados evidenciam a importância de se considerar o papel dos determinantes na leitura e no posicionamento do adjetivo. Os dados mostraram que os indefinidos tiveram um comportamento particular até o final do século XVII. Já pontuamos anteriormente que com definidos e nus há um comportamento homogêneo dos autores de cada século acerca do posicionamento dos adjetivos pré-nominais. Quanto aos indefinidos, há grande variação de um autor para outro, mesmo considerando autores de mesma geração. Retomamos o Gráfico 1, para facilitar a discussão.

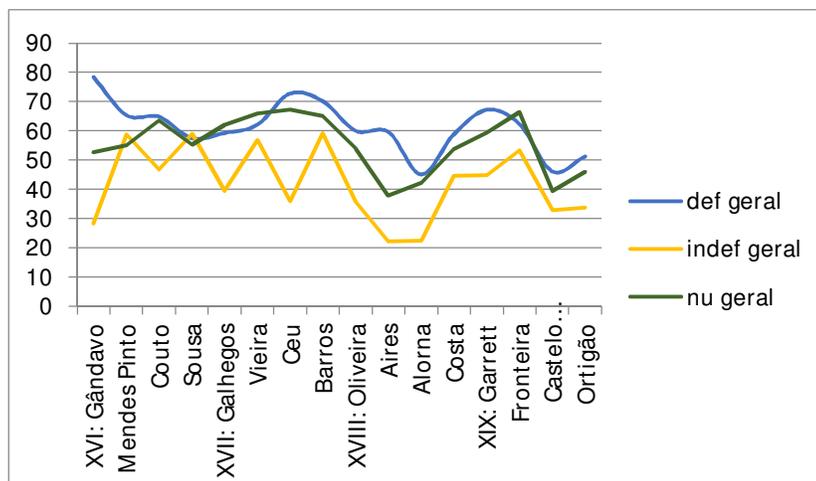


Gráfico 1: Resultados gerais de adjetivos pré-nominais antecidos por artigo definido, indefinido ou nu. Estão anotados os resultados de cada um dos quatro textos de cada um dos séculos estudados. Fonte: Prim (manuscrito)

A proposta que apresentamos prevê que possa haver diferença no posicionamento dos adjetivos de acordo com o tipo de determinante que o antecede, o que nos motiva a tentar responder a seguinte pergunta: qual seria a razão para o adjetivo ter passado a preferir a posposição em relação ao nome?

Um corpus como o Tycho Brahe agiliza e facilita a pesquisa, porque as buscas são feitas por meio de ferramentas automáticas disponíveis. Isso permitiu que o trabalho de Prim (manuscrito) tenha conseguido reunir mais ou menos 17.690 DPs. Esse número inviabiliza a análise da interpretação de cada um dos determinantes e dos adjetivos em cada DP. Não cabe neste trabalho um debruçamento tão profundo sobre estes dados, mas vamos buscar lançar hipóteses que possam servir de base para futuras investigações.

Pudemos perceber no Gráfico 2, apresentado no início deste capítulo e lembrado abaixo, que a coordenação de adjetivos pré-nominais em DPs definidos e nus era preferencialmente pré-nominal nos séculos XVI e XVII, diferentemente dos indefinidos.

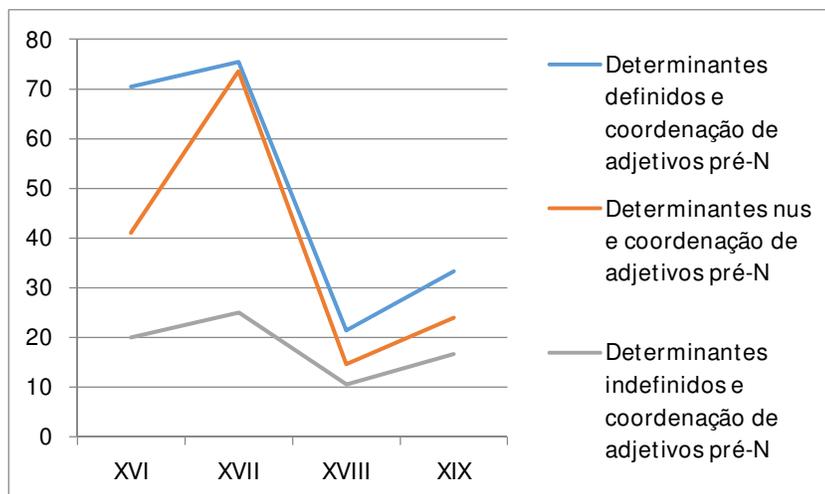


Gráfico 2: Resultados da busca quando considerados os tipos diferentes de determinante e a coordenação de adjetivos no campo pré-nominal. Fonte: Prim (manuscrito)

Apontaremos a seguir alguns levantamentos de dados adicionais na base de dados utilizada por Prim (manuscrito).

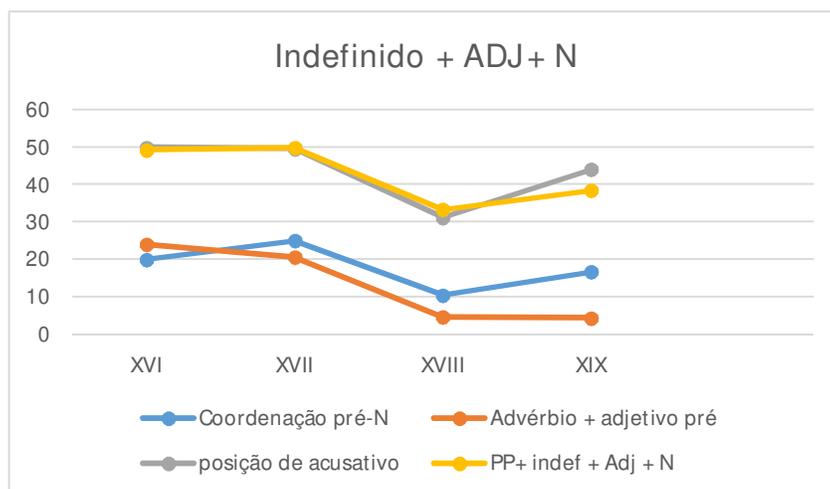


Gráfico 3: Resultados da busca feita em DPs indefinidos contendo adjetivos pré-nominais nas seguintes situações sintáticas: coordenação de adjetivos pré-nominais, DPs indefinidos com adjetivos pré-nominais na posição de acusativo, DPs indefinidos com adjetivos pré-nominais modificados por advérbio e preposição mais DPs indefinidos com adjetivos pré-nominais.

O gráfico acima nos mostra que quando há coordenação de adjetivos na posição pré-nominal ou quando o adjetivo neste campo é modificado por um advérbio, o percentual de anteposição do adjetivo é em média 30% menor do que se estivéssemos analisando a posição sintática do DP na estrutura, como a posição de acusativo ou dativo (no caso do PP). Ou seja, no caso

dos DPs indefinidos, havia larga preferência pela posposição do adjetivo quando este estava coordenado, modificado ou continha um complemento. Parece então que o peso do AP era determinante da posição que o adjetivo ocuparia apenas nos DPs indefinidos, mas não nos definidos e nus (como mostraram os dados de coordenação no Gráfico 2).

Além do peso, podemos dizer que a posição sintática que o DP ocupa também esteve envolvida na mudança. O gráfico abaixo mostra que mesmo no início do século XVII os índices de adjetivo anteposto ao nome decrescem em DPs sujeito, o que não é o esperado, visto que é neste período que aparecem os textos barrocos do Português, e em geral isso é responsável pelo aumento de anteposições dos adjetivos que vimos nos gráficos 1 e 2.

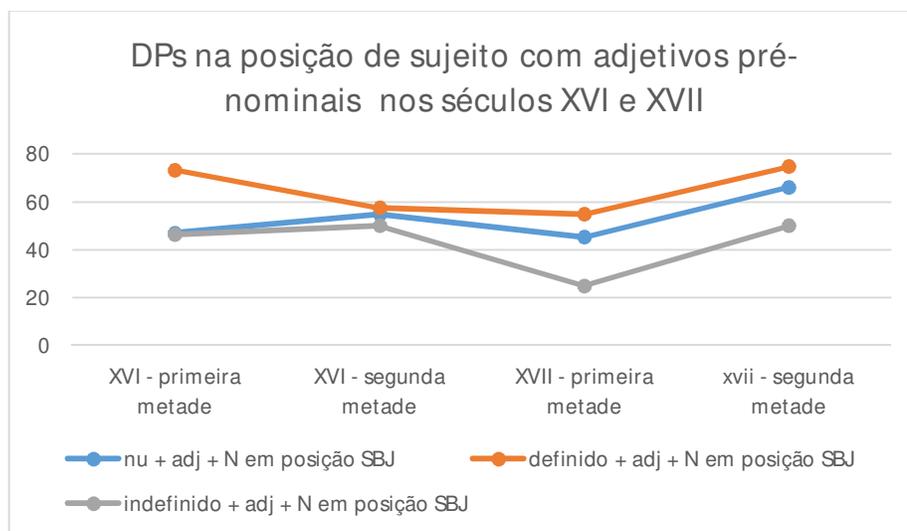


Gráfico 4: DPs com adjetivos pré-nominais ocupando a posição de sujeito. Textos dos séculos XVI e XVII.

Já em DPs acusativos, não houve esta mesma queda de anteposição do adjetivo no século XVII. Se olharmos para os dados da primeira metade do século XVII, enquanto DPs indefinidos na posição de sujeito com adjetivos pré-nominais ocorriam apenas 25% das vezes (ver gráfico 4), os DPs indefinidos acusativos ocorriam com adjetivos pré-nominais em 50% das vezes (ver gráfico 5).

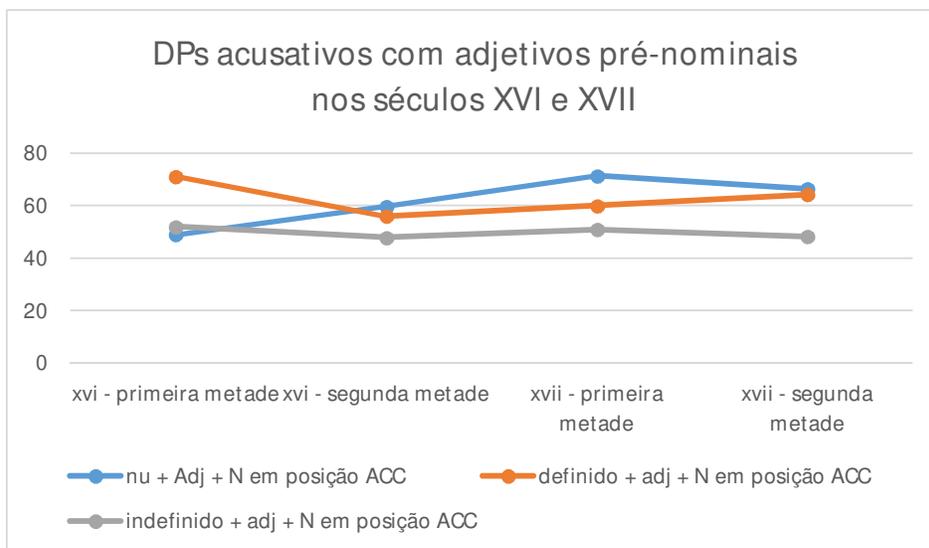


Gráfico 5: DP's acusativos com adjetivos pré-nominais. Textos dos séculos XVI e XVII.

Nos Gráficos 3, 4 e 5, vemos que as posições sintáticas estavam estabilizadas nos séculos XVI e XVII, ou seja, havia discrepância se considerarmos o tipo de determinante que encabeça o DP (como mostram os Gráficos 1 e 2), mas não a posição sintática que o DP ocupa. A partir do século XVIII, observamos uma certa estabilidade no posicionamento do adjetivo anteposto ao nome de acordo com o determinante (gráfico 1). O Gráfico 6 mostra a discrepância no comportamento dos adjetivos se levarmos em consideração o determinante que o antecede nos séculos XVI e XVII.

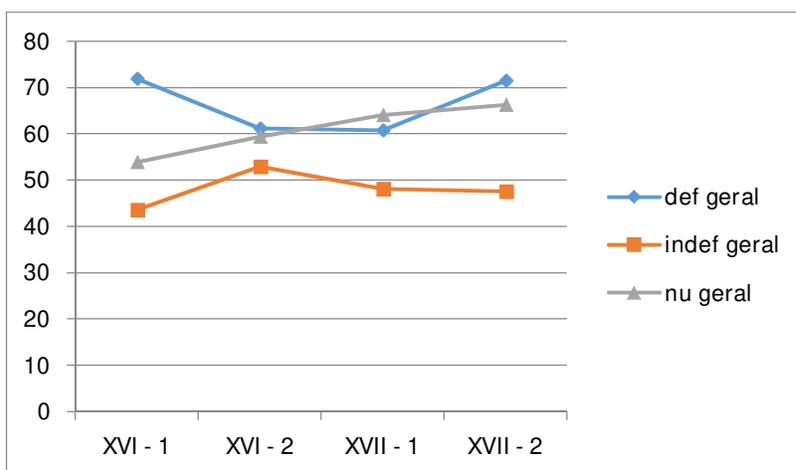


Gráfico 6: DP's definidos, indefinidos e nus com adjetivos pré-nominais. Textos dos séculos XVI (primeira e segunda metade) e XVII (primeira e segunda metade).

Nossa hipótese é que a mudança da ordem preferencial dos adjetivos entre os séculos XVII e XVIII foi iniciada pelo peso do AP nos definidos e nus em comparação ao que já ocorria com os indefinidos. Seria necessário ter acesso a dados do século XX para verificarmos a mudança de APs contendo apenas um adjetivo também. Após esse primeiro momento, arriscamos dizer que houve uma reinterpretação de como se organizavam os adjetivos nos DPs. Hipotetizamos que nos séculos XVI e XVII o posicionamento do adjetivo na posição pré-nominal poderia depender tanto do determinante que encabeça o DP (vistos os dados de coordenação – Gráfico 2) quanto da posição sintática que este DP ocupava. A partir do século XVIII, permanece apenas a possibilidade de associar a posição do adjetivo no campo pré-nominal com as propriedades do determinante que o antecede.

Mas ainda fica a pergunta: por que os APs coordenados, em DPs indefinidos, ocorriam na posição pós-nominal desde o século XVI? Novamente, sem uma análise da leitura que estes adjetivos possuíam e um estudo das propriedades dos determinantes nestes casos não será possível chegar a uma resposta precisa. Deixamos este ponto para pesquisas futuras. Nosso objetivo nesta subseção era apenas indicar que nossa proposta oferece ferramentas para se entender o que ocorre com os dados diacrônicos do Português, mas que não dispensa uma investigação mais aprofundada dos dados.

Antes de fechar este capítulo, relembremos nossa proposta: mostramos que os adjetivos qualificativos, gerados em adjunção à direita, são os únicos adjetivos que podem se mover. Defendemos que o movimento do adjetivo é motivado pelo determinante que encabeça o DP, que projetará DefP e TopP se for [+/- definido] e [+específico], mas projetará somente DefP se não contiver os traços de especificidade. Esta proposta segue a linha de Ihsane e Puskás (2001), que defendem que Tópico é uma categoria sempre [+específica], e a linha de Aboh (2009), que argumentam por projeções Tópico e Foco dentro da estrutura do DP. Nossa proposta prevê corretamente que os adjetivos qualificativos pré-nominais só poderão ser específicos se inseridos em DPs referenciais. Nada mencionamos sobre a possibilidade de foco na posição pré-nominal, e é principalmente nas seguintes perguntas que nos concentraremos no próximo capítulo: os adjetivos pré-nominais podem ser focalizados? Ou, de uma forma mais geral, o adjetivo pré-nominal pode ter outra leitura que não a específica? Chegamos a mencionar anteriormente que as generalizações feitas neste capítulo cobrem os casos de sentenças reais. O que ocorre com as sentenças do contexto irrealis?

4 O ADJETIVO PRÉ-NOMINAL EM QPS DO CONTEXTO IRREALIS

Mencionamos anteriormente que as generalizações feitas no capítulo três davam conta dos DPs referenciais, que de modo geral têm preferência por sentenças do contexto realis. Veremos neste capítulo que os contextos irrealis parecem diferir-se dos realis no que concerne ao comportamento dos adjetivos. Primeiro explicamos o que são os contextos irrealis: são as situações que cobrem as coisas que ainda não aconteceram, e por isso é impossível determinar a factualidade da proposição. Ocorre, por exemplo, em sentenças condicionais, imperativas, com verbos no subjuntivo. Nos exemplos abaixo, o adjetivo qualificativo aparece na posição pré-nominal, mas não podemos dizer que há leitura específica do adjetivo, ou seja, o falante não tem um referente específico pré-determinado em sua mente quando profere (328) ou (329), mas sim que há leitura subespecífica do adjetivo pré-nominal (sobre a diferença entre leitura subespecífica e não-específica, remetemos o leitor à nota 30).

(328) Se eu quiser contratar um excelente professor, terei que entrevistar muita gente.

(329) Esta revista mostra como fazer uma incrível viagem sem estresse.

Uma diferença básica das sentenças apresentadas no capítulo três desta tese para as que vemos em (328) e (329) é que nestas últimas o DP está inserido em uma sentença irrealis. Neste capítulo, buscaremos entender o que ocorre com adjetivo pré-nominais como os vistos nos exemplos acima, e tentaremos esclarecer porque sua leitura pode ser outra que não a específica. Há uma forte tendência de os contextos irrealis conterem DPs não referenciais, o que torna essa discussão necessária.

Croft (1983) mostra que a relação entre a leitura subespecífica e o contexto irrealis de certa forma é esperado, visto que essa leitura subespecífica requer um domínio de possibilidades, assim como é esperado que o contexto realis esteja relacionada a uma leitura referencial, visto que esta leitura requer que haja um objeto no mundo real para ser seu referente.

Segundo Givón (1994), a distinção realis/irrealis raramente é realizada como um traço binário simples. Não existe língua em que todas as funções irrealis são marcadas pelo mesmo

morfema gramatical. Irrealis é uma dimensão escalar complexa. Para o autor, os contextos irrealis são: tempo futuro, sentenças condicionais, complementos de verbos modais, de manipulação e cognitivos não-factivos não-implicativos (como *querer, falar e pensar*, respectivamente), escopo de advérbios epistêmicos (*talvez*) e atos de fala não-declarativos (*was she there?*). Já o contexto realis, segundo Givón, “typically is to be found in main, declarative, affirmative clauses with a past/perfective tense-aspect, and where neither the irrealis environment, nor the presuppositional environments are involved”. (1994, p.133)

A presença de um dos operadores de sentenças irrealis altera a preferência da leitura do adjetivo qualificativo movido, pois já não podemos dizer que o movimento do adjetivo qualificativo para a posição pré-nominal ocorre somente quando há especificidade e tópico. Os exemplos abaixo mostram que (328-329) não são exceção, pois em (330-332) também temos leitura subespecífica do adjetivo pré-nominal.

(330) No programa de hoje a gente vai te ensinar a preparar um delicioso jantar.

(331) Eu queria que você me contasse sobre um complicado momento de sua carreira.

(332) Para melhorar a clientela do seu restaurante, contrate um ótimo cozinheiro e compre uma bela louça.

Nos exemplos (328-332), não temos leitura referencial do determinante, nem [+especificidade], mas ainda assim podemos ter adjetivos qualificativos pré-nominais. A primeira vista podemos dizer que a diferença entre estes exemplos e os apresentados no capítulo três é que estas sentenças possuem operadores, de diferentes tipos, mas todos associados ao contexto irrealis. O fato de estarem em um contexto irrealis favorece a interpretação não-referencial do DP.

Segundo Deen & Hyams (2006), a oposição semântica *realis/ irrealis* se manifesta de formas diferentes, a depender de outras propriedades da língua, como o sujeito nulo, o infinitivo raiz, a ausência de forma infinitiva, mas em especial a oposição sintaxe finita/não-finita parece determinante dessa diferença. Chafe (1995), por exemplo, mostra que em Caddo, língua falada por pouquíssimas pessoas já idosas na região sudeste de Oklahoma, Estados Unidos, há uma partícula prefixal que expressa realis ou irrealis em todos os seus verbos de forma não ambígua, e que nesta língua o imperativo e o futuro são marcados como

realis. Isso não seria entendido como uma inconsistência se virmos pelo ângulo de que a realidade não seria composta de um sistema binário, mas sim de uma gradiência na qual o imperativo e o futuro expressam ideias de que estão mais de acordo com a realidade do que o subjuntivo, por exemplo. Portanto, o que é marcado como irrealis em uma língua pode ser marcado como realis em outra. Esta também é uma distinção indispensável a ser considerada por quem se propõe a buscar generalizações para o posicionamento do adjetivo que abarquem diferentes línguas.

Vamos iniciar, portanto, observando separadamente alguns dos contextos irrealis bem como as restrições de movimento do adjetivo qualificativo nestes casos.

I. Sentenças imperativas em geral desfavorecem a leitura referencial e específica do determinante indefinido. No caso da leitura quantificacional do DP *um livro*, em (333), podemos perceber que o adjetivo terá exatamente a mesma leitura tanto se anteposto quanto se posposto ao nome: (333b-c) só pode significar que o falante está aconselhando o ouvinte a ler um dos livros classificados como bom.

- (333) a. Lê um livro, escreve um conto... Vai te distrair...
 b. Lê um livro bom...
 c. Lê um bom livro...

II. Em contextos com modais habituais como *costumar* e advérbios genéricos como *sempre* o adjetivo pré-nominal também não tem preferencialmente leitura específica. A leitura preferencial do adjetivo pós-nominal é exatamente a mesma encontrada no campo pré-nominal: subspecífica. Em (335), por exemplo, podemos considerar que a leitura quantificacional do DP *um filme* está disponível, assim como a referencial, e na presença de um adjetivo pré-nominal, como em (335b), a possibilidade de interpretar o DP como quantificacional se mantém.

- (334) a. Uma tese costuma despender horas de leituras.
 b. Uma pequena tese costuma despender horas de leituras.
 c. Uma tese pequena costuma despender horas de leituras.

- (335) a. Sempre se vê um filme com agrado.
 b. Sempre se vê um premiado filme com agrado.
 c. Sempre se vê um filme premiado com agrado.

III. Indefinidos não são ambíguos em sentenças do tipo *ter/haver*, em sentenças com verbos de atitude proposicional e modais deônticos. Nestes casos, o indefinido não será referencial (nota-se que sequer é necessário que exista o tal espião ou a mesa citada em (336) e (337)), o que não impede a ocorrência de adjetivos pré-nominais nos exemplos abaixo. Novamente, apontamos que o adjetivo tem exatamente a mesma leitura subespecífica tanto quando anteposto quanto quando posposto ao nome.

- (336) a. João acredita que há um espião na faculdade de Letras.
 b. João acredita que há um perigoso espião na faculdade de Letras.
 c. João acredita que há um espião perigoso na faculdade de Letras.
 (337) a. Deve haver uma mesa no hall do prédio.
 b. Deve haver uma boa mesa no hall do prédio.
 c. Deve haver uma mesa boa no hall do prédio.

IV. Indefinidos sob o escopo da negação, preso por um item de polaridade negativa, não pode ser específico nem referencial. Como nos casos anteriores, o adjetivo terá a mesma leitura observada na posição pós-nominal, subespecífica, e o determinante é quantificacional.

- (338) a. Não li um livro sobre nenhum destes temas.
 b. Não li um excelente livro sobre nenhum destes temas.
 c. Não li um livro excelente sobre nenhum destes temas.

V. Indefinidos com relativa no subjuntivo estão presos por um operador intensional e também não apresentam leitura específica nem referencial. Não se difere dos casos anteriores: o determinante é quantificacional e o adjetivo pré e pós-nominal tem leitura subespecífica.

- (339) a. Procuro um ator que tenha muita experiência.
 b. Procuro um talentoso ator que tenha muita experiência.
 c. Procuro um ator talentoso que tenha muita experiência.

VI. As famosas *donkey-sentences* também são indicadores de não-especificidade do indefinido porque este também está sob o escopo de um operador. A leitura referencial não está disponível; o DP é quantificacional e o adjetivo qualificativo pré ou pós-nominal tem leitura subespecífica.

- (340) a. Todo fazendeiro que tem um burro alimenta ele.
 b. Todo fazendeiro que tem um pequeno burro alimenta ele.
 c. Todo fazendeiro que tem um burro pequeno alimenta ele.

Basicamente o que vemos é que a presença de um operador de algum tipo irrealis mais alto que o DP indefinido contendo um adjetivo pré ou pós-nominal força a leitura subespecífica deste. Em algumas das sentenças vimos que a leitura referencial está disponível, mas nunca é a leitura preferencial do DP. Quando interpretado referencialmente, o adjetivo qualificativo só poderá se mover para a posição pré-nominal se houver projeção de Tópico, como explicitado anteriormente. O que não está claro é por que o adjetivo pré-nominal pode ter a leitura subespecificada, e é disto que iremos tratar neste capítulo.

A literatura consultada não confronta os contextos realis e irrealis no que toca aos adjetivos, com poucas exceções, como Cornilescu & Dinu (2013), que apontam as diferenças em Romeno do contexto genérico para os demais contextos. Visto que a pouca bibliografia existente se refere apenas ao contexto genérico, daremos atenção especial a este tipo de sentença neste capítulo também.

Cornilescu & Dinu (2013) mostram que, em Romeno, os adjetivos pré-nominais nas sentenças genéricas não possuem somente leitura específica, mas há também a possibilidade de leitura não-específica (subespecífica, na nomenclatura utilizada neste trabalho, como mencionamos na nota 29), o que vai de encontro às generalizações de muitos autores que defendem que na posição pré-nominal só há leitura específica do adjetivo.

- (341) Un groaznic de rău platnic trebuie ocolit.
/Um terrível de mau pagador deve ser evitado/
Um terrível mau pagador deve ser evitado
- (342) Un (foarte) înalt funcționar este bine plătit.
um (forte) alto official é bem pago.
- (343) O foarte mare soprană trebuie răsfățată de public.
Um ótimo soprano deve ser amimado pelo público

Crisma (1993) também menciona o contraste, já citado neste trabalho, e retomado a seguir.

- (344) a. Uma brutal agressão pode deixar marcas ineludíveis na mente da vítima.
b. *A brutal agressão pode deixar marcas ineludíveis na mente da vítima.

A autora mostra que adjetivos pré-nominais podem modificar sentenças genéricas somente se introduzidas por um artigo indefinido. Outro exemplo seria:

- (345) a. Um provável problema não deve desencorajar um investigador.
b. *O provável problema não deve desencorajar um investigador.

Mas isso não é de todo correto, ao menos em PB. Nos exemplos abaixo, mostramos exemplos de DPs definidos ocorrendo em sentenças genéricas. Mas há uma diferença quanto ao tipo de DP nos exemplos de (344) e nos exemplos (346) e (347): nos dois últimos, os DPs são genéricos, interpretação que não ocorre em *o provável problema* em (345b).

- (346) O primeiro filho é sempre o mais esperado.
(347) O verdadeiro/ velho/ grande/ amigo não mente nunca.

Precisamos esclarecer neste momento, portanto, se estamos tratando de sentenças genéricas ou de DPs genéricos.

4.1 A sentença genérica versus o DP genérico

Krifka, Pelletier, Carlson et al. (1995) distinguem dois fenômenos que comumente são classificados como genéricos. O primeiro é a referência a uma classe (*kind*). No exemplo abaixo, O DP *a batata* não se refere a uma batata em particular, nem mesmo a um grupo de batatas, mas a toda a classe. Neste caso, o que é genérico é o DP.

(348) A batata foi inicialmente cultivada na América do Sul.

(349) A economia irlandesa se tornou dependente da batata.

O segundo fenômeno são as proposições que não expressam episódios específicos ou fatos isolados, mas sim uma propriedade geral que sintetiza o conjunto de episódios e fatos. Em outras palavras, genericidade neste caso se refere a toda a sentença. Neste caso, os argumentos podem ser de qualquer tipo.

(350) João fuma um cigarro depois do jantar.

(351) A batata contém vitamina C.

Obviamente, os dois tipos podem coocorrer:

(352) A batata é altamente digestiva.

Mas há algo em comum entre sentenças genéricas e DPs genéricos: no primeiro se abstrai de eventos e fatos particulares, no segundo de objetivos particulares.

No caso dos DPs genéricos, não podemos dizer que a sua genericidade também é totalmente independente da sentença, ou seja, parece que nenhum DP/NP demanda obrigatoriamente uma referência a um *kind*.

(353) O leão é um gato predador.

(354) O leão escapou do zoológico ontem.

De fato, nem DPs genéricos nem sentenças genéricas são claras e desambiguizadas, por isso Krifka, Pelletier, Carlson et al. (1995) propõem alguns testes para distinguir dos DPs/sentenças não genéricos(as).

As sentenças genéricas diferem das quantificadas universalmente por permitir exceções: a sentença abaixo não deixa de ser verdadeira se João não fumar cachimbo todo dia, ou se um dia ele fumar cigarro. Nem sempre essas sentenças são claramente marcadas, e muitas vezes são ambíguas entre ser uma sentença particular ou uma sentença genérica:

(355) João fuma cachimbo.

Na sentença acima, podemos interpretar como um evento particular, que ocorre no momento em que a sentença é proferida (leitura não preferencial), ou como uma sentença genérica, indicando algo habitual (leitura preferencial). É possível que na sentença genérica apareça algum reforçador de sua leitura, como o uso de advérbios como *nunca*, *raramente*, *comumente*, *sempre*, o uso de verbos auxiliares como *costumar*, ou mesmo de outras formas idiossincráticas de marcar a genericidade da sentença, como *ter o hábito de*, *frequentar*, *tender*, etc.

- (356) a. João sempre fuma cachimbo.
 b. João costuma fumar cachimbo.
 c. João tem o hábito de fumar cachimbo.

O segundo teste é a transformação da sentença em uma forma progressiva, pois é bastante difícil que se mantenha a leitura genérica com uma sentença progressiva, como a que vemos abaixo. Este segundo teste não é muito definitivo para o PB, sendo considerado apenas como um indicador. De qualquer modo esse teste é interessante, por mostrar a ideia de que as sentenças genéricas são tipicamente estativas, enquanto as sentenças particulares não são estativas, de modo geral.

(357) João está fumando cachimbo.

O terceiro teste proposto pelos autores é na verdade uma indicação de leitura. As sentenças genéricas não expressam propriedades acidentais, mas essenciais. Popular é uma característica acidental dos madrigais; ser polifônico é uma característica essencial.

- (358) a. O madrigal é polifônico.
 b. Um madrigal é polifônico.
 (359) a. O madrigal é popular.
 b. ??Um madrigal é popular.

Além disso, os autores apontam que nomes agentivos, por serem tipicamente caracterizadores, levam a sentenças genéricas, assim como adjetivos deverbais terminados em *-vel*, e sentenças na voz média.

- (360) João é um fumador de cachimbo.
 (361) Este livro é legível.
 (362) Essa camisa passa fácil.

Vamos nos utilizar neste capítulo de sentenças genéricas marcadas com algum reforçador de sua leitura, para não dar margem a ambiguidades causadas pela possibilidade de leitura de evento particular.

Sobre os DPs genéricos, Krifka, Pelletier, Carlson et al. (1995) mostram que há alguns predicados que só se combinam com argumentos do tipo *kind*. Alguns exemplos seriam os verbos *inventar* ou *exterminar*, que só se combinam com objetos *kinds*, ou o predicado *estar extinto*, que só se combina com sujeitos *kinds*. É interessante apontar que neste caso nem todos os tipos de determinante se encaixam em DPs genéricos:

- (363) a. O leão se tornará extinto logo.
 b. Leões estarão extintos logo.
 c. Bronze é um metal/ foi inventado 3000a.C
 d. *Um leão se tornará extinto.
 e. Um (certo) leão se tornará extinto (só um tipo de leão)

A diferença entre (363d) e (363e) é que no segundo temos o que Krifka, Pelletier, Carlson et al. (1995) chamam de leitura taxonômica. Isso quer dizer que em geral os indefinidos não são determinantes que encabeçam DPs genéricos (com exceção dos casos em que há leitura taxonômica).

Também é interessante apontar que os DPs genéricos não podem ser substituídos por DPs menos informacionais sem tornar a sentença falsa (ver (364)), ao contrário de DPs não genéricos (ver (365)). Mas deve-se dizer que este teste não é confiável em sentenças genéricas, como mostra (366).

- (364) a. Ursos pandas estão ameaçados de extinção.
 b. Ursos estão ameaçados de extinção.
- (365) a. Ursos pandas fugiram do zoológico.
 b. Ursos fugiram do zoológico.
- (366) a. Vivem ursos pandas nas montanhas chinesas.
 b. Vivem ursos nas montanhas chinesas.

Os autores mostram que os DPs genéricos, assim como os não genéricos, podem ser específicos ou não-específicos, mas que existe uma tendência em sentenças genéricas possuírem DPs não-específicos e sentenças não genéricas, DPs específicos. Sobre o exemplo em português, temos a princípio a falsa impressão de que (368b) é ambígua entre um DP específico ou não-específico. Mas se estivermos interpretando o DP como específico, o predicado já não é mais genérico, e significa algo como *um cachorro late agora*.

- (367) a. A dog is barking.
 b. A dog barks.
- (368) a. Um cachorro está latindo.
 b. Um cachorro late.

Essa informação nos guiará, de certa forma, por este capítulo, pois tentaremos entender o comportamento dos DPs nessas sentenças genéricas, e principalmente, como atuam os

adjetivos movidos nestes casos. Como vimos que os DPs indefinidos são os únicos que não podem ser DPs genéricos, nos restringiremos neste capítulo a estes DPs para garantir que é a sentença que é genérica, e não o DP.

4.1.1 A leitura dos adjetivos na posição pré-nominal em DPs inseridos em sentenças genéricas

Como vimos, em DP indefinidos ocupando a posição de objeto em sentenças genéricas, o adjetivo qualificativo poderá ocupar a posição pré-nominal tendo leitura subespecífica. É interessante que nos contextos genéricos, o DP indefinido pode ser referencial, mas não como leitura preferencial. Nos exemplos abaixo, a leitura do determinante é preferencialmente quantificacional e do adjetivo, subespecífica.

- (369) a. João nunca se lembra de um aluno.
 b. João nunca se lembra de um péssimo aluno.
- (370) a. João sempre encontra uma pessoa para conversar.
 b. João sempre encontra uma interessante pessoa para conversar
- (371) a. João sempre tem uma desculpa para seu atraso.
 b. João sempre tem uma ótima desculpa para seu atraso.

Os exemplos (369 – 371) contêm todos DPs indefinidos, que segundo Krifka, Pelletier, Carlson et al. (1995) não permitem leitura genérica do DP (salvo quando há interpretação taxonômica), mas somente da sentença. Para entender por que o adjetivo pré-nominal nos exemplos acima não ocorre somente com determinantes específicos, é preciso analisar se o que ocorre com indefinidos ocorre também com os determinantes definidos *o/a* e nu singular (os mesmos determinantes analisados no capítulo 3 deste trabalho) quando há um operador de um dos contextos irrealis presente na sentença.

No caso dos DPs definidos inseridos em sentenças genéricas, a leitura do adjetivo pré-nominal sempre é específica e referencial.

- (372) João sempre encontra a interessante pessoa para conversar.
 (373) João tem fumado a nova marca de cigarro.
 (374) João costuma falar do excelente motivo que tem para estar com a Maria.
 (375) João sempre dá a ótima desculpa para o seu atraso.
 (376) João raramente se lembra do péssimo aluno.

Nos exemplos (372-375) acima, a leitura do adjetivo pré-nominal é sempre específica, assim como o determinante. Mas em (376) temos uma segunda possibilidade, a de que João não costuma lembrar de alunos ruins, mas apenas de alunos bons. Neste caso, *o aluno* seria o *kind*, e *o péssimo aluno* seria uma *subkind* de alunos, dos quais João raramente se lembra.

Se o DP definido não for específico, o movimento para a posição pré-nominal poderá ocorrer se o adjetivo for um epíteto, assim como ocorria nos contextos reais.

- (377) a. A competição ocorrerá amanhã. Se o vencedor quiser, ele poderá trocar seus prêmios por dinheiro.
 b. A competição ocorrerá amanhã. Se o (?inteligente) vencedor quiser, ele poderá trocar seus prêmios.

Em (377), o determinante e o adjetivo pré-nominal podem não ter leitura específica se estivermos interpretando o adjetivo *inteligente* como um epíteto, ou seja, se estivermos concluindo que, independentemente de quem for, o vencedor com certeza é uma pessoa inteligente, afinal ele venceu. As leituras dos DPs em (376) e (377) não são específicas, e sim subespecífica, no primeiro caso, e não-específica no segundo. Em (376), temos um DP genérico, e assim vemos que não são só as sentenças genéricas que permitem o anteposicionamento de adjetivos que não tem leitura específica, mas também os DPs genéricos.

Os DPs com determinante nu, por sua vez, não aceitam adjetivos pré-nominais no singular. Isto é interessante se posto ao lado da distinção DP/NP feita anteriormente e das generalizações que apontamos: naquela situação, o DP nu só aceitava adjetivo pré-nominal se este fosse específico. Já os NPs não aceitavam nenhum adjetivo anteposto ao nome. Mas no caso dos exemplos abaixo, inseridos em sentenças genéricas, o DP nu não é específico e

estes adjetivos podem ocorrer antepostos ao nome em DPs inseridos em sentença genérica. A particularidade é que novamente temos um nome *kind* e o adjetivo atua formando um *subkind*, mesmo quando ocupa a posição pré-nominal.

(378) João raramente se lembra de péssimo aluno.

(379) Sempre vem antigo morador reclamar.

Vimos que os casos em que o adjetivo pré-nominal pode ter leitura subespecífica são em DPs indefinidos presentes em sentenças genéricas (e outras sentenças irrealis), e os DPs definidos e nus quando o DP é genérico. No caso dos definidos e nus, a leitura genérica só ocorre porque o nome é um *kind*, diferentemente do que ocorre com indefinidos.

Deixaremos os casos de *kind* para estudos futuros, e nos concentraremos em entender o comportamento dos DPs inseridos em sentenças genéricas, pois a leitura do adjetivo movido é influenciada neste caso por elementos que estão fora do DP, o que se constitui em um caso mais interessante de investigação. Os DPs genéricos ficarão para estudos futuros, mas ressaltamos a semelhança com as sentenças genéricas: a leitura do adjetivo pré-nominal é subespecífica de qualquer modo, o que difere é a propriedade do nome com o qual se combina.

Vamos ver a seguir que há algumas propriedades interligadas a essa leitura subespecífica pré-nominal. A primeira sobre a qual vamos nos debruçar são as interações de escopo, que divergem das sentenças reais.

4.2 As interações de escopo

Primeiramente, observemos uma sentença de contextos reais.

(380) a. Todos os alunos elogiaram um professor.

b. Todos os alunos elogiaram um excelente professor.

Bosque (2001) aponta que os adjetivos pré-nominais não ocorrem quando estão inseridos em um DP indefinido que recebe escopo estreito. Dito de outro modo, o autor mostra que em (380a) o DP *um professor* pode receber escopo amplo (um professor é elogiado por todos os alunos) ou estreito (cada aluno elogia um professor diferente), mas em (380b), em que há um adjetivo qualificativo pré-nominal no DP indefinido, o DP *um excelente professor* só poderá ter escopo amplo sobre *todos os alunos*.

Isto não está totalmente correto. Em (380a), temos três possibilidades de interpretação: uma com escopo estreito (cada aluno elogiou um professor diferente), uma com escopo amplo (um professor X foi elogiado por todos os alunos) e uma sem escopo, em que o DP *um professor* é interpretado como uma descrição indefinida (um professor, o Fernando), um referencial específico. Assim, em (380b), a única leitura possível é referencial. Como este DP é uma descrição indefinida, ele está livre das relações de escopo e a leitura do adjetivo, portanto, será específica.

Quando a sentença é irrealis, no entanto, o escopo de um DP indefinido contendo um adjetivo pré-nominal pode ser estreito ou amplo, e nos dois casos a leitura do adjetivo não é específica, mas subespecífica ou não-específica (este último caso nas situações de adjetivos epítetos). Além disso, como leitura não preferencial, ainda há a possibilidade de interpretar o DP como referencial, sem escopo e com adjetivo pré-nominal específico.

No caso da interpretação referencial do indefinido, a leitura do adjetivo é específica, e ocorre da mesma forma nos contextos realis e irrealis. Neste caso, também no contexto irrealis temos leitura específica do adjetivo pré-nominal – algo já previsto pela proposta apresentada no capítulo 3 deste trabalho.

- (381) a. Todos os alunos sempre elogiam um professor.
 b. Todos os alunos sempre elogiam um ótimo professor.
- (382) a. Todo mundo quer contratar uma secretária.
 b. Todo mundo quer contratar uma boa secretária.

Além da leitura específica do determinante *uma* e do adjetivo *boa*, ou seja, da interpretação referencial, podemos interpretar ainda o exemplo (382) com escopo estreito (cada pessoa quer contratar uma secretária que seja boa) ou com escopo amplo (todos decidiram que vai

ser contratada uma secretária que seja eficiente). Dos dois modos, a leitura do adjetivo pré-nominal é subespecífica.

Parece estar claro que nos contextos irrealis a presença de um adjetivo pré-nominal não altera as possibilidades de escopo dos DPs indefinidos quantitativos. Se o DP estiver livre das relações de escopo, o adjetivo pré-nominal poderá ser específico porque o DP é referencial. Mas se estiver interagindo com o escopo da sentença, o adjetivo pré-nominal será subespecífico, assim como o é na posição pós-nominal.

A primeira pergunta que surge quando nos deparamos com os dados acima é: por que os adjetivos poderiam se mover mesmo tendo leitura subespecificada? Seguramente o adjetivo não pausa em Tópico, visto que esta categoria não é composta por um traço binário [+/- específico], mas apenas [+específico]. Além de tópico, a estrutura dos DPs acima também parece não comportar definitude, pois este é um traço próprio dos DPs referenciais.

DPs que atuam nas relações de escopo são quantitativos. Não encontramos trabalhos que falem sobre quantificação e adjetivos. Vamos percorrer um caminho alternativo então, para entendermos o que ocorre com o movimento do adjetivo nestes casos.

No capítulo três aproximamos a estrutura do DP à da sentença ao propor movimento para tópico, que tem uma natureza referencial na estrutura do nome bem como na estrutura da sentença. Vamos apresentar então o que tem sido proposto para o movimento de quantitativos para a periferia esquerda da sentença para então vermos se há aplicabilidade na estrutura do DP.

4.3 Comparando: quantitativos na periferia esquerda da sentença

Rizzi (1997), ao traçar as diferenças entre tópico e foco, aponta que apenas o segundo é quantitativo. Esta afirmação é comprovada, segundo Rizzi (1997) e Mioto (2003), pelo fato de o foco não poder vincular o vestígio por cima do pronome *dele*, ou seja, ele reage aos efeitos do cruzamento fraco (WCO), como mostram os exemplos em (a) abaixo. Em (b), mostramos que a estrutura com tópico, que representamos como estando separada do comentário por vírgula, não sofre estes mesmos efeitos.

- (383) a. ?(?)[F O João_i] que a mãe dele_i ama t_i, não a Maria.
 b. O João_i, a mãe dele_i ama ele_i.
- (384) a. [F Para ninguém] ele vai mandar cartão de Natal este ano.
 b. *Para ninguém, ele vai mandar cartão de Natal este ano.
- (385) a. *Foi [F aquele carro] que a Maria comprou ele domingo.
 b. Aquele carro, a Maria comprou ele domingo.

O foco é um constituinte discursivo que veicula informação nova. É comum encontrarmos a separação de diferentes tipos de foco: o de informação (que simplesmente fornece uma informação solicitada), o contrastivo (que envolve contraste ou correção de uma informação anterior) e o de identificação (que aparece quando a propriedade envolvida é de informação exaustiva).

Mioto (2003) assume que o foco de informação não ocorre em constituintes movidos, mas apenas nos que permanecem *in situ*. O autor mostra que nos tratamentos clássicos se postula que a focalização envolve um tipo de quantificação em que o foco vincula uma variável. Esta relação é explícita quando o foco é deslocado, mas é construída abstratamente quando *in situ*, ficando o movimento como uma operação opcional na sintaxe visível. O autor argumenta que só o movimento para a periferia esquerda da sentença, como tradicionalmente se admite, pode ser diretamente associado a uma verdadeira quantificação.

O autor, ao unir as propostas de Zubizarreta (1998) e Kiss (1998), assume que são dois os traços capazes de distinguir os tipos de foco, que seriam o contrastivo e o exaustivo. O foco de informação não é nem contrastivo nem exaustivo. O foco contrastivo se caracteriza por ser contrastivo e exaustivo. Por fim, o foco de identificação não é contrastivo, mas é exaustivo. Já dissemos que o foco de informação é o único que permanece *in situ*, o que leva Mioto a defender que para haver movimento é preciso que o traço exaustivo ou contrastivo seja positivo.

- (386) O que o João comprou?
- a. João comprou aquele carro.
 b. Aquele carro João comprou.
 c. Aquele carro que João comprou.

Apenas a sentença (386a) responde apropriadamente a pergunta feita em (386). O constituinte está *in situ*, e o foco é de informação. Mas se eliminada a pergunta, (386a) também pode ter foco contrastivo (... e não aquela moto), ou foco de identificação (quando se pode associar a informação dada no discurso de que João havia comprado o carro e alguém, vendo um carro na sua garagem, o aponta e diz (386a, b ou c)); ou seja, o foco *in situ* é ambíguo.

Dissemos que o tópico não é de natureza quantificacional. Leonetti (2009) também explica a relação:

if the quantifiers are typically or by default non-specific, they will be unable to give rise to a nominal expression with independent reference, thus becoming incompatible with syntactic positions where a requirement of independent reference is in force, such as in topics. (LEONETTI, 2009, p.89)

Olhando para o tópico na periferia esquerda da sentença e não interno ao DP, o fato de ele não ser quantificacional capta que a relação que ele mantém com a posição A não deve ser de quantificador-variável, e o fato dele poder ser retomado por um pronome ou um clítico assegura esta previsão.

- (387) a. O João, eu acabei de encontrar ele no cinema.
 b. O João, eu acabei de encontrá-lo no cinema.

Mesmo que o pronome/clítico seja nulo, não é possível afirmar que o tópico é um elemento quantificacional. No nível do DP, é interessante observar que o tópico igualmente não está associado à quantificação, como já mostramos.

Vemos portanto que há uma relação entre leitura subespecífica do adjetivo pré-nominal, foco e quantificação.

Trazemos um caso do Turco para exemplificar a relação que estamos propondo. Kennelly (2004) mostra que um objeto específico é marcado com um clítico acusativo nesta língua, e que os objetos não-específicos não são marcados com Caso. Na língua escrita, Kennelly menciona que este objeto não marcado deve ocorrer na posição de Foco pré-verbal. São casos em que temos não-especificidade (no nosso caso seria subespecificidade), foco e quantificação (ao menos em todos os exemplos da autora). No exemplo abaixo, apresentado

por Enç (1991), tem-se como contexto que várias crianças entraram na minha sala. Em (388a), o falante se refere a garotas dentre aquelas crianças que entraram na sala. Em (388b), as garotas não podem fazer parte do grupo de crianças que entrou na sala. A ausência de especificidade em (388b) no DP objeto indica que o referente do DP não é membro do grupo indicado, o que torna a sentença infeliz neste contexto. Em tempo: @ sinaliza que não há Caso marcado.

- (388) a. ki kız-1/çocu-u tanıyordum.
 2 garotas-ACC/ crianças-ACC eu.conheço
 'Eu conheço duas das garotas/ crianças.'
- b. # ki kız/çocuk⁶⁴ tanıyordum.
 2 garotas-@/crianças-@ eu.conheço
 Eu conheço duas garotas.'

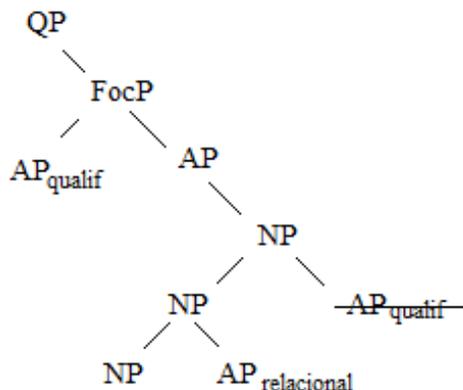
Assim como Rizzi (1997) postula que há uma categoria FocP na periferia esquerda da sentença, assumimos que pode haver projeção de Foco dentro da estrutura do constituinte nominal; não em DPs com definitude, mas em DPs com quantificação. Rizzi aponta que “If focus is quantificational and topic is not, the first difference also follows: the focalized element [...] must bind a syntactic variable”. No caso dos DPs, somente o determinante indefinido pode ser uma variável sintática dentre os determinantes analisados neste trabalho (definido *o/a*, indefinido *um/uma*, nu singular), o que nos leva a entender que os adjetivos focalizados estarão presentes em DPs com quantificação.

4.4 Foco nos DPs quantitativos

Vamos defender que há uma projeção complexa Q-Det nestes casos, mas não vamos entrar no mérito da discussão de se há uma projeção DP abaixo/ acima deste Q-Det. Esta projeção de quantificação está diretamente relacionada a foco. O adjetivo encontra um lugar de pouso novamente nas posições mais altas que o nome.

⁶⁴ *Çocuk* se refere a crianças de ambos os sexos, assim como em Português.

(389)



Na sentença abaixo, o determinante é um quantificador e o adjetivo movido não é específico, mas subespecífico, assim como o é na posição pós-nominal. A possibilidade de marcar prosodicamente este adjetivo ratifica que este esteja ocupando uma posição de foco pré-nominal.

- (390) a. João quer contratar um excelente cozinheiro.
 b. João quer contratar um cozinheiro excelente.

Nossa proposta prevê que essa leitura subespecificada que ocorre na posição pré-nominal só esteja disponível quando há projeção de foco disponível. Leonetti (2009), ao tratar dos deslocamentos para a periferia esquerda da sentença, explica a relação:

Information structure constrains the availability of specific and non-specific readings for DPs, but only indirectly: topic positions favour specific readings [...], but focus positions do not force any kind of readings. This is why Contrastive Focalization is free from definiteness or specificity constraints. If the non-specific reading is the default one in VFF [Verum Focus Fronting], it is because nothing is there to force a specific reading for the fronted constituent, and the Non-Topic condition has to be maintained and obeyed. In my view, non-specificity is an effect of the non-partitioned status of the construction. Contrastive Focalization is obviously a clear case of informational partition, and the stressed constituent is not expected to obey any condition on referentiality. (LEONETTI, 2009, p. 108, grifo nosso)

O foco, portanto, não tem a propriedade de forçar uma mudança de leitura do adjetivo. Na posição pós-nominal, os adjetivos dos DPs apresentados neste capítulo só possuem leitura subespecificada (com exceção dos casos em que se tem ambiguidade e se possa interpretar o DP também como referencial), e é apenas com esta leitura que o adjetivo permanece após seu movimento. A razão do movimento é a mesma razão de um constituinte mover-se para a periferia esquerda da sentença: ser focalizado. Este movimento é dependente do determinante na medida em que esta categoria de Foco é projetada a depender das propriedades do determinante. Uma das possibilidades tratadas é de foco projetado por quantificacionais. Outras possibilidades ficarão para oportunidades futuras de estudo.

Além da obrigatoriedade desta relação entre DPs quantificacionais e foco para que o adjetivo possa se mover, temos todos os requisitos da posição pré-nominal já pontuados anteriormente na seção 3.1 que também se aplicam aos DPs quantificacionais: a posição pré-nominal não aceita adjetivos intersectivos na posição pré-nominal em nenhum tipo de DP, pois esta restrição é própria da posição pré-nominal.

- (391) a. Se eu encontrar um cantor muito egoísta....
 b. *Se eu encontrar um egoísta cantor.

O exemplo acima é composto por um adjetivo qualificativo, e a modificação depõe a favor desta análise, mas o adjetivo não pode se mover para a posição pré-nominal porque tem leitura intersectiva: é cantor e é egoísta. Além disso, os adjetivos que possuem complemento também não podem se mover para a posição pré-nominal mesmo em contextos irrealis e DPs quantificacionais.

- (392) a. Sempre visitamos um restaurante famoso de verdade.
 b. *um famoso de verdade restaurante

Se as previsões deste capítulo estiverem corretas, os adjetivos pré-nominais antecidos por um determinante que nunca pode ser referencial e é sempre quantificacional, como *nenhum*, *cada* e *algum*, terão sempre leitura subespecífica (ou não-específica, se for um epíteto) do adjetivo qualificativo pré-nominal.

- (393) a. Se nenhum famoso ator mexicano entrar na lista dos mais votados...
b. Nenhum bom violinista estava disponível?
c. ...que nenhum velho companheiro saia perdendo!
- (394) a. Se cada famoso ator mexicano entrar na lista dos mais votados...
b. Cada velho amigo meu deve entrar no testamento.
- (395) a. Se algum famoso ator mexicano entrar na lista dos mais votados...
b. Alguma surpreendente notícia virá nas próximas horas.

Nestes exemplos também temos exaustividade do adjetivo pré-nominal. Assim, se juntarmos o fato de que temos ora o movimento do adjetivo para tópico (quando há especificidade) ora para foco (quando há quantificação), chegaremos à conclusão de que o movimento do adjetivo está sempre relacionado à exaustividade em um sentido mais amplo.

Vimos neste capítulo que os contextos Irrealis têm preferência por DPs quantificacionais e estes pela leitura subespecífica do adjetivo pré-nominal. Argumentamos que é isto que ocorre em DPs quantificacionais, que projetam uma categoria FocP capaz de receber o adjetivo qualificativo movido. Essa proposta foi baseada em estudos feitos sobre o Foco da periferia esquerda da sentença. Rizzi (1997) aponta que Foco é quantificacional. Desse modo, mostramos que a comparação entre a estrutura do DP e a periferia esquerda da sentença é ainda mais vantajosa do que a comparação que a literatura tem feito entre os adjetivos e advérbios, como mostramos no início deste trabalho.

CONCLUSÕES E REFLEXÕES

Este trabalho apresentou uma nova forma de analisar a ocorrência de adjetivos adnominais no PB. Isso se mostrou necessário visto que nenhum dos muitos trabalhos sobre sintaxe de adjetivos, ao menos dos que encontramos nesse período de investigação, é capaz de explicar o contraste apresentado em (1), (2) e (3), e reapresentado abaixo.

- (396) a. O mais velho estudante da turma (será o representante da sala).
 b. *Um mais velho estudante da turma (será o representante de sala).
- (397) a. Uma brutal agressão (deixa marcas na mente da vítima).
 b. *A brutal agressão (deixa marcas na mente da vítima).
- (398) a. O maravilhoso professor mais votado ganhou o prêmio.
 b. *O maravilhoso professor mais votado ganhará o prêmio.

Argumentamos que a falha da maioria dos trabalhos consultados está em restringir-se à correlação posição do adjetivo – interpretação do adjetivo. Estas teorias estão fadadas a falhas por não preverem que o nome, o determinante e as características da sentença possam influenciar na leitura e no posicionamento do adjetivo.

Defendemos que os adjetivos exclusivamente pós-nominais (adjetivos relacionais) e os adjetivos que podem aparecer nas posições pré e pós-nominal (adjetivos qualificativos) são gerados em adjunção à direita. Mostramos que os adjetivos pós-nominais podem ter leitura subespecífica ou específica. Nesta posição pós-nominal, o adjetivo não é influenciado nem pelo determinante nem pelas propriedades da sentença, mas única e exclusivamente pelo nome que o antecede. Este nome o seleciona semanticamente, diferentemente do que ocorre com os adjetivos exclusivamente pré-nominais, que não são selecionados, e este é um dos motivos que nos leva a defender a adjunção à direita. Outras razões são, por exemplo, o contraste NP/DP e os resultados de busca em corpora de aquisição da linguagem, que mostraram que as crianças começam a utilizar adjetivos antepostos ao nome apenas quando próximas de completar três anos de idade, mas o uso de pós-nominais ocorre desde um ano e poucos meses. Isso mostra que os adjetivos não devem ser gerados todos da mesma forma,

pois deste modo a criança conseguiria ter acesso a todos os adjetivos igualmente, o que não ocorre.

No capítulo três nos concentramos nos adjetivos que ocorrem antepostos ao nome. Argumentamos que os adjetivos exclusivamente pré-nominais são gerados como núcleo numa posição mais alta que o NP. Já os qualificativos pré-nominais provêm de movimento de uma posição mais baixa que o nome, à direita de N, para a posição pré-nominal. Defendemos que seu movimento é motivado pelo determinante. Mostramos que, quando o DP é referencial, o determinante será concatenado numa posição de definitude. E se específico, DefP projetará TopP, uma projeção relacionada à especificidade por muitos autores, como Ihsane & Puskás (2001), dentre outros. Esta projeção de tópico oferecerá um lugar de pouso para os adjetivos qualificativos, que, se movidos, só poderão ter leitura específica, pois a projeção de tópico não carrega traços de não-especificidade. Defendemos que se Def é específico, ele projeta TopP; caso contrário, não há projeção alguma relacionada à não-especificidade. Isso nos garante que o adjetivo não se moverá se não tiver leitura específica.

Esta proposta põe os adjetivos qualificativos pós-nominais específicos em xeque: por que seu movimento não é obrigatório para a projeção de tópico? Nossa ideia é que TopP é projetado neste casos também, mas o adjetivo checa especificidade por Agree, uma tendência nas línguas já apontada por Roberts (2007), que argumenta que esta opção é mais econômica para a língua que o movimento.

A pergunta que segue a esta, claro, é por que então o adjetivo se move, se ele pode checar seus traços por Agree. Hipotetizamos que a checagem por Agree pode ser uma inovação da língua, mas talvez ainda estejamos distantes de uma mudança de posicionamento categórica do adjetivo, de modo que a posição pré-nominal se torne não usual. É necessário ainda uma análise diacrônica para comprovar a hipótese de que a leitura específica passou a ser permitida na posição pós-nominal ao longo da história do Português. A busca que fizemos não explorou a semântica dos adjetivos nos séculos XVI ao XIX, mas apenas a (morfo)sintaxe destes adjetivos, e mostrou uma tendência ao aumento no número de adjetivos pós-nominais em especial em DPs definidos e nus, que até o século XVII preferiam contextos em que o adjetivo estivesse prenominalizado. Já os DPs indefinidos, desde o século XVI, mostraram preferir o posposicionamento do adjetivo qualificativo.

A desvantagem que pode surgir a partir da análise apresentada é que desse modo se perdem as generalizações feitas sobre a aproximação de categorias como Adjetivos e Advérbios – o primeiro seria a contraparte nominal do segundo. Esta perda não se refere ao lugar da adjunção em si, pois existem trabalhos que sugerem a adjunção à direita também para advérbios, como é o caso do trabalho de Ernst (2004), mas sim ao fato do movimento do adjetivo ser motivado pelo determinante e pelo fato de ser mais dificilmente argumentável o movimento do advérbio motivado pelas categorias mais altas da sentença.

Quanto ao paralelismo com outras categorias, nossa proposta leva vantagem sobre as de adjunção à esquerda: adjetivos são gerados na posição pós-nominal (com exceção dos exclusivamente pré-nominais), assim como o genitivo e as relativas são gerados após o nome, sem ter de propor movimento algum. Ou seja, se estes outros modificadores de nome aparecem sempre na posição à direita, não nos parece intuitivo propor que eles sejam gerados à esquerda e que sempre passem por movimentos. Uma consequência de adjungir os modificadores à esquerda é imaginar que a criança sempre começa pelo movimento e depois passa a produzir adjetivos *in situ*, o que não é plausível de nenhum modo. A teoria de adjunção à direita prevê esse comportamento, e o explica sem ser nada evasiva: a criança começa utilizando adjetivos em sua posição de origem e depois adquire o movimento do adjetivo.

Mas independentemente de gerar o adjetivo à direita ou à esquerda, se faz necessário postular movimentos para explicar por que nas línguas românicas podemos ter adjetivos ocupando tanto a posição pré-nominal quanto a pós-nominal. Se considerarmos que a leitura existente na posição pré-nominal também ocorre na pós-nominal, podemos pensar que essa “liberdade” de movimento poderia se constituir como um padrão violador na língua. Dissemos neste trabalho que não há obrigatoriedade de movimento do adjetivo, e isto porque tal afirmação nos faria ignorar todos esses fatos bastante conhecidos sobre os adjetivos. Kato (1988), dentre outros, sinaliza que o adjetivo ocorre mais naturalmente na posição pré-nominal quando o nome é seguido de um complemento. Ou seja, nem sempre a explicação para o posicionamento do adjetivo pode ser unicamente sintática, mas sim de outra natureza – ainda que seja a sintaxe que determine quais os contextos possíveis de movimento. Nesse sentido, não cabe uma teoria em que o movimento do adjetivo seja obrigatório. A possibilidade do movimento sim, esta é licenciada pela sintaxe, deve-se reforçar. A

maleabilidade no posicionamento do adjetivo não deve ser vista como um enfraquecimento da sintaxe, visto que esta predetermina quando o falante tem ou não essa escolha.

No último capítulo deste trabalho buscamos explorar um terreno até então pouquíssimo observado no que toca aos adjetivos: mostramos que, nos contextos irrealis, DPs aceitam adjetivos pré-nominais sem leitura específica, mas subespecífica. Isto não se mostra controverso para nossa proposta apresentada no capítulo três, pois se tratam de DPs com propriedades distintas. Os DPs apresentados no capítulo três são referenciais, ou seja, existe um referente que permite a substituição por outro termo de mesma designação sem perder o valor de verdade, ou seja, *salva veritate*. Já os DPs que aceitam adjetivos pré-nominais subespecíficos ocorrem quando estão sob o escopo de um operador relacionado ao irrealis, interagem com escopo e o determinante é quantificacional; a substituição por outro termo de mesma referência no mundo, neste caso, está fadado a fazer com que a sentença perca seu valor de verdade.

No caso da interpretação não-específica/subespecífica do adjetivo pré-nominal, o adjetivo só poderá se mover se houver uma projeção de foco para o receber. Como esta projeção não carrega nenhum traço consigo capaz de delimitar a leitura do adjetivo movido, ele continuará com leitura subespecificada na posição pré-nominal assim como continha na posição pós-nominal. Indiretamente, o movimento do adjetivo também está neste caso relacionado ao determinante – o adjetivo só será focalizado se o determinante não for referencial, mas quantificacional – e às propriedades da sentença – se o DP estiver interagindo com um operador relacionado ao irrealis.

Este trabalho propôs o movimento do adjetivo motivado pelos determinantes definido *o/a*, indefinido *um/uma* e nu singular. Ainda que não seja objetivo deste trabalho, uma previsão que nossa proposta faz é relacionar-se a outros determinantes. O demonstrativo, por exemplo, deveria sempre funcionar como referencial específico e sempre aceitar, portanto, adjetivos pré-nominais, o que parece verificável pelos seguintes exemplos.

(399) Este inteligente professor recebeu o prêmio. (leitura específica em contexto realis)

(400) Se homenagearem àquele inteligente professor, eu estarei na plateia. (leitura específica e contexto irrealis)

Sobre os DPs referenciais plurais, a previsão de nossa proposta é de que o adjetivo só poderá ser prenominalizado se o determinante definido plural não for partitivo. Mas isso tem motivação: partitivos não são específicos.

- (401) a. As camisas bonitas que eu comprei são amarelas, mas eu comprei camisas de várias cores.
- b. #As bonitas camisas que eu comprei são amarelas, mas eu comprei camisas de várias cores.

Sobre os determinantes nus plurais, o português se distingue das demais línguas românicas por permitir que estes ocupem posição argumental. Estes casos devem ser analisados juntamente com os nomes *kinds*, que deixamos aparte. Mas para apontar uma direção, nos parece que no caso dos *kinds* o adjetivo pré-nominal não será específico porque não se pode referir aos átomos presentes na classe. Nem mesmo na posição pós-nominal há leitura específica. Seria preciso estudar o comportamento dos determinantes nestes casos para entender a razão do movimento do adjetivo, que também tem leitura subespecífica/ não-específica.

- (402) a. Maria colheu cenouras.
- b. Maria colheu boas cenouras.

Já havíamos mencionado que uma das possíveis desvantagens deste trabalho é que perdemos a aproximação que a literatura tem feito entre adjetivos e advérbios. Mas mostramos que uma comparação mais rica pode ser feita com os movimentos para a periferia esquerda da sentença. Diversos autores, como Rizzi (1997) e Cinque (1990), falam sobre a natureza quantificacional do foco, a incompatibilidade do tópico nas estruturas de quantificação e a natureza referencial do tópico. Assim vemos que a razão de o adjetivo se mover, mesmo tendo a possibilidade de ser checado *in situ*, deve ser a mesma razão de um constituinte se mover para a periferia esquerda da sentença: ele pode permanecer na sua posição de origem, mas o movimento o topicaliza/focaliza. Obviamente, parte das limitações

de aplicabilidade do que é proposto para a sentença no nível do nome deve-se ao estatuto defectivo dos DPs em relação às sentenças.

Este trabalho, não é desnecessário dizer, não esgota de nenhum modo as discussões acerca do tema. Mas esperamos estimular a pesquisa sob um outro ponto de vista, observando mais o ambiente em que o adjetivo se encontra e menos para a correlação posição- interpretação.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Barbara. Definite and Indefinite. In: BROWN, Keith (ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. 2nd ed. v. 3. Oxford: Elsevier, 2006. p. 392-399.

ABNEY, S. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. PhD Dissertation. Cambridge: MIT, 1987.

ABOH, E. et al. DP internal information structure: some introductory remarks. *Lingua*, p. 782-801, 2009.

ARSENIJEVIC, Boban; BOLEDA, Gemma; GEHRKE, Berit; MCNALLY, Louise. Unifying the semantics for “thematic” and “classificatory” uses of ethnic adjectives. In: CONFERENCE ON QUANTITATIVE INVESTIGATIONS IN THEORETICAL LINGUISTICS, 4th, 28 a 31 de março de 2010, Berlim/Alemanha. *Handout*. Berlim/Alemanha: [S. l.], 28 a 31 de março de 2010. Disponível em: <http://parles.upf.edu/llocs/bgehrke/home/jsm_ho_final.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2014.

ALEXIADOU, A.; HAEGEMAN, L.; STAVROU, M. *Noun Phrase in Generative Perspective*. Berlim: Walter de Gruyter, 2007.

BAKER, Mark. *Lexical Categories: Verbs, Nouns and Adjectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. [Cambridge Studies in Linguistics].

BAKER, Mark. The Mirror Principle and Morphosyntactic Explanation. *Linguistic Inquiry*, v. 16, n. 3, Summer 1985.

BERNSTEIN, Judy. *Topics in the syntax of nominal structure across romance*. PhD Dissertation. New York: CUNY, 1993.

BHATT, R.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Object Shift and Specificity: Evidence from ko-phrases in Hindu. In: DOBRIN et al. *Papers from the main session of CLS 32*. 1996.

BONET, Eulàlia. Variation in the exponence of determiners and other prenominal elements. In: WORKSHOP ON SYNTACTIC VARIATION IN CATALAN AND SPANISH, Barcelona, 26-28 de junho de 2013. *Handout*. Barcelona: CLT/UAB, 26-28 de junho de 2013.

BORGES NETO, José. O adjetivo e a construção do sintagma nominal: alguns problemas. *Letras*. n. 34, p. 28-38, Curitiba, UFPR, 1995.

BORIK, Olga; Espinal, M.T. *Reference to kinds: definiteness and number*. [Barcelona]: Universitat Autònoma de Barcelona, 2013.

- BOSQUE, Ignácio. Adjective position and the interpretation of indefinites. In: GUTIERREZ-REXACH, Javier; SILVA-VILAR, Luis (ed). *Current issues in Spanish Syntax and Semantics. Studies in generative grammar*, 53 ed. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2001.
- BOSQUE, Ignácio. Sobre las diferencias entre los adjetivos relacionales y los calificativos. *Revista argentina de linguistic*, 9 (1-2), p. 9-48, 1993.
- BOSQUE, Ignácio; PICALLO, C. Postnominal adjectives in Spanish DPs. *Linguistics*, 32, p. 349-385, 1996.
- CALLOU, Dinah; PORTELA, Kate; AVELAR, Juanito; SERRA, Carolina. Dinâmica do Específico e do Genérico: artigo definido e construções existenciais. *Veredas*, revista de estudos linguísticos Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 81-88, 2009.
- CARLSON, G; PELLETIER, F. (eds). *The generic book*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- CASTRO, Ana. *On Possessives in Portuguese*. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Paris: Université Paris 8, 2006.
- CHAFE, Wallace. The Realis-Irrealis distinction in Caddo, the Northern Iroquoian Languages And English. In: BYBEE, Joan L.; FLEISCHMAN, Suzanne (eds.). *Modality in Grammar and Discourse*. Typological Studies in Language, 32. Amsterdam/Philadelfia: John Benjamins, 1995. p. 349-366.
- CHIERCHIA, Gennaro. Individual-Level Predicates as Inherent Generics. 1995. Disponível em: <http://scholar.harvard.edu/files/chierchia/files/1995_individuallevelpredicatesasgenerics.pdf>. Acesso em: 9 set. 2014.
- CHOMSKY, N. Derivation by Phases. In: KENSTOWICZ, M. (ed). *Ken Hale: A life in Language*. Cambridge MA: MIT Press, 2001, p.1-52.
- CINQUE, Guglielmo. On the Evidence for Partial N-movement in the Romance DP. In: Working Papers in Linguistics, 3.2. *Paper. University of Venice: Centro Linguistico Interfaculta*, 1993, p. 21-40. Disponível em: <www.lear.unive.it>. Acesso em: 24 jun. 2013.
- _____. *The syntax of adjectives: a comparative study*. Cambridge, MA: MIT Press. Linguistic Inquiry Monograph Fifty-Seven. 2010.
- _____. *Types of A' dependencies*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- CYRINO, S. M. L. On the richness of tense and verb movement in Brazilian Portuguese. In: CAMACHO-TABOADA, Victoria; JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, Ángel L.; MARTÍN-

GONZÁLEZ, Javier; REYES-TEJEDOR, Mariano (eds.). *Information Structure and Agreement*. 2013. p. 297–318.

CYRINO, S.; ESPINAL, M. T. Bare nominals in BP: more on the DP/NP analysis. *Natural Language and Linguistic Theory*, September 2014. [No prelo].

COHEN, Ariel. Existential Generics. *Linguistics and Philosophy* 27, p.137-168, 2004.

CORNILESCU, Alexandra; DINU, Anca. Adjectives and Specificity. *RRL*, București, LVIII, 4, p. 455–480, 2013.

CRISMA, Paola. *Functional categories inside the noun phrase: a study on the distribution of nominal modifiers*. Tese. University of Venice. 1990.

_____. On Adjective Placement in Romance and Germanic Event Nominals. In: *Rivista di Grammatica Generativa*, 18: p. 61-100, 1993. Disponível em: <<http://lear.unive.it/handle/10278/410>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

_____. On the configurational nature of adjectival modification, 1996. In: ZAGONA, K. (ed). *Grammatical Theory and Romance Languages*, number 133 in Current Issues in Linguistic Theory. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1996.

CROFT, William. Quantifier Scope Ambiguity and Definiteness. In: *Proceedings of the Ninth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 25-36, 1983.

DEEN, K.; HYAMS, N. The morphosyntax of mood in early grammar with special reference to Swahili. *First Language*, p. 67-102, 2006.

DEMONTE, V. A minimal account of Spanish Adjective position and interpretation. In: FRANCO; LANDA; MARTIN (eds). *Grammatical analyses in Basque and Romance Linguistics*. Coleção Current Issues in Linguistic Theory. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1999.

_____. Meaning-form correlations and adjective position in Spanish. In: MCNALLY, L.; KENNEDY, C. *Adjectives and Adverbs*. Oxford University Press: UK, 2008. p. 71-100.

_____. Semantics of adjectives and adverb(ial)s. In: VON HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. *Semantics: an international handbook of natural language meaning*. Berlin

/ Boston: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2011. p. 1314-1340.

DIESING, M. *Indefinites*. Cambridge: MIT Press, 1992.

DOBROVIE-SORIN, Carmen; BEYSSADE, Claire. Redefining Indefinites. Série Studies in Natural Language and Linguistic Theory. v. 85. New York, London: Springer, 2012.

DOBROVIE-SORIN, Carmen; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Reference to Kinds in Brazilian Portuguese: Definite Singular vs Bare Singulars. In: GRØNN, Atle (ed). *Proceedings of SuB12*, Oslo. ILOS 2008, p. 107-121. Disponível em: <http://www.hf.uio.no/ilos/forskning/aktuelt/arrangementer/konferanser/2007/SuB12/proceedings/dobrovie-sorin_oliveira_107-121.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2014.

DONATI, Caterina; CECHETTO, Carlo. *Nouns do not take complements: A theoretical claim and a psycholinguistic experiment*. The Proceedings of the Fourteenth Tokyo Conference on Psycholinguistics (TCP2013).

ENC, Murvet. The semantics of specificity. *Linguistic Inquiry*, 22. 1. 1-25, 1991.

ERNST, Thomas. *The Syntax of Adjuncts*. Cambridge Studies in Linguistics, 96. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

ESPINAL, M. Teresa; MCNALLY, Louise. Bare nominals and incorporating verbs in Catalan and Spanish. *Journal of Linguistics*, 47, p. 87-128. 2011.

FODOR, J; SAG, I. Referential and Quantificational Indefinites. *Linguistic and Philosophy*, p. 355-398, 1982.

GIORGI, A.; LONGOBARDI, G. The Syntax of Noun Phrase: Configuration, Parameters and empty Categories. In: *Studies in Language*, 16, 1, p. 201-205, 1992.

GIVON, Thomas. Irrealis and the Subjunctive. In: *Studies in Language*, v. 18, n.2, p.265-337, 1994.

GIUSTI, G. Is there a FocusP and a TopicP in the Noun Phrase Structure? *Working Papers in Linguistics*, v. 6, n. 2, 1996. p. 105-128.

HAWKINS, J. A. Cross-category harmony, X-bar and the predictions of markedness. *Journal of Linguistics*, 18, p. 1-35, 1982.

HOLMBERG, A. Remarks on Holmberg's Generalization. *Studia Linguistica*, 53, p. 1-39, 1999.

IHSANE, T.; PUSKÁS, G. Specific is not definite. *Generative Grammar in Geneva*, 2: p. 39-54, 2001.

JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.

KAYNE, R. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

KATO, Mary. A sequencia Adj+N em português e o princípio da harmonia transcategorial. *Letras & Letras* 4 (1-2), 1988, p.205-13.

KENNELLY, Sara. *Quantificational Dependencies*. Utrecht: LOT, Landelijke Onderzoekschool Taalwetenschap, vol 97, 2004

_____. The implications of quantification for the role of focus in discourse structure. *Lingua*, 113, p.1055–1088, 2003.

KISS, K. Identificational focus *versus* information focus. *Language*, v. 74, n. 2, p. 245-273, 1998.

LAMARCHE, J. Problems for N-movement to NumP. *Probus*, 3, p. 215-236, 1991.

LAMBRECHT, K. *Information Structure and Sentence Form. Topic, focus and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LARSON, R. Events and Modifications in Nominals. 1998. STROLOVITCH, Devon; LAWSON, Aaron (eds), *SALT*, VIII, p. 145-168, Ithaca, NY: Cornell University. Disponível em: <<http://semlab5.sbs.sunysb.edu/~rlarson/salt8.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2012.

_____. *Olga is a beautiful dancer*. 1995. Disponível em <<http://semlab5.sbs.sunysb.edu/~rlarson/lisa95.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2012.

_____. ACD in AP? In: WEST COAST CONFERENCE OF FORMAL LINGUISTICS (WCCFL 19), 19th, 2000, Los Angeles, CA. *Paper*. Los Angeles: WCCFL, 2000. Disponível em: <<http://semlab5.sbs.sunysb.edu/~rlarson/wccfl19.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

LEMLE, Míriam. A ordem dos adjetivos no sintagma nominal inglês: implicações para a teoria gramatical. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGUÍSTICA, III, 1979, Rio de Janeiro. *Comunicação*. Rio de Janeiro: PUC, 1979.

LEONETTI, Manuel. El artículo. In: BOSQUE, I; DEMONTE, V. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Espasa: Madrid, 1999. p. 787-890.

_____. Remarks on Focus Structure and Non-Specificity. In: ESPINAL, M.T; LEONETTI, M; MCNALLY, L. (eds). *Proceedings of the IV NEREUS International Workshop “Definiteness and the DP Structure in Romance Languages”*. Fachbereich Sprachwissenschaft Universität Konstanz. 2009

LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and Proper Names: A theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, v. 25, n. 4, p. 609-665, outono 1994.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. [Cambridge textbook in linguistics series].

MATHIEU, Eric. From local blocking to Cyclic Agree: The role and meaning of determiners in the history of French. In: GHOMESHI, Jila; PAUL, Ileana; WILTSCHKO,

Martina (eds.). *Determiners: Universals and variation*. [Amsterdam/ Philadelphia]: John Benjamins, 2009, p. 123–158.

MCKAY, T.; NELSON, M. *Propositional attitude reports*. Stanford: [s. n.], 2010. [The Stanford Encyclopedia of Philosophy].

MCNALLY, L; BOLEDA, G. Relational adjectives as properties of kinds. In: BONAMI, O.; HOFHERR, P. Cabredo (eds.). *Empirical Issues in Syntax and Semantics 5*, p. 179-196, 2004. Disponível em: <<http://www.semanticsarchive.net/Archive/jU4MWYwZ/mcnally-boleda.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

MENDES, Fernanda. *Estruturas possessivas: a aquisição de posse inalienável no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, Campinas, 2015.

MENUZZI, Sergio. Adjectival positions inside DP. In: CREMMERS, C.; BOK-BENEMA, R. (eds.). *Linguistics in the Netherlands*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1994, p. 127-138.

MIOTO, Carlos. Focalização e quantificação. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 169-189, Editora UFPR, 2003.

MULLER, A.; NEGRÃO, E.; NUNES-PEMBERTON, G. Adjetivos no português do Brasil: predicados, argumentos ou quantificadores? In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Angela C. S. (Org.). *Gramática do Português Falado: novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, v. VIII, p. 317-344.

PARTEE, Barbara. Privative adjectives: subjective plus coercion. 2010. Disponível em: <<http://people.umass.edu/partee/docs/ParteeInPressKampFest.pdf>>. Acesso em: 2014.

_____. Opacity, coreference, and pronouns. In: DAVIDSON, Donald; HARMAN, Gilbert. (eds.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, 1972, p. 415-441.

PICALLO, Carme. *A mark of specificity in indefinite nominal*. 1994. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/pub/cwpil/1132256Xv4n1p143.pdf>>. Acesso em: 2014.

PRIM, Cristina de Souza. *A sintaxe de adjetivos nas posições pré- e pós-nominal*. 2010. 109p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____. O percurso diacrônico dos adjetivos adnominais do Português Europeu: Séculos XVI ao XIX. Texto manuscrito.

_____. Notas sobre a Aquisição de Adjetivos no Português Brasileiro. Texto em fase de elaboração.

RIJKHOFF, J. Order in the noun phrase of the languages of Europe. In: SIEWIERSKA, A. (Ed.). *Constituent Order in the Languages of Europe*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 321–382.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.

RIZZI, L. *Relativized minimality*. Cambridge, MA, US: The MIT Press, 1990. 147 p. [Linguistic inquiry monographs, 16].

ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. Oxford Textbooks in Linguistics. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

RUSSELL, Bertrand. *On Denoting. Mind*. New Series. v. 14, n. 56, p. 479-493. Nova Iorque: Oxford University Press, 1905. Disponível em: [http://www.uvm.edu/~lдерosse/courses/lang/Russell\(1905\).pdf](http://www.uvm.edu/~lдерosse/courses/lang/Russell(1905).pdf). Acesso em: 15 mar. 2014.

SIEWIERSKA, A.; UHLIROVA, L. An overview of word order in Slavic languages. In: SIEWIERSKA, A. (Ed.). *Constituent Order in the Languages of Europe*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 105–149.

VON HEUSINGER, K. Specificity and definiteness in sentence and discourse structure. *Journal of Semantics*, 19, p. 254–274, 2002. Disponível em: <http://germanistischelinguistik.phil-fak.uni-koeln.de/kvh/pub/pub02/SpeDefSenDisStr/02SpecDef.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2013.

VON HEUSINGER, K. Specificity. In: VON HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. (Eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. v. 2. Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 2011.

ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.